

# VARIAÇÃO ENTRE FUTURO DO PRETÉRITO E PRETÉRITO IMPERFEITO NA EXPRESSÃO DE HIPÓTESE

Fernando Pereira Lemos  
Sérgio de Moura Menuzzi<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho procura analisar a alternância entre o uso do pretérito imperfeito e do futuro do pretérito do indicativo nas formas sintética (*estudava* e *estudaria*) e perifrástica (*ia estudar* e *iria estudar*; *devia estudar* e *deveria estudar*; *podia estudar* e *poderia estudar*) em construções realizadas para expressar a ideia de hipótese (*irrealis*) em entrevistas. O objetivo é verificar se os fatores que outros estudos identificaram como condicionantes da variação em registros diversos também se manifestam num *corpus* que, acreditamos, reflete de modo mais uniforme o que seria a “fala culta nacional”. Foram utilizadas quatro entrevistas reproduzidas da revista *Caros Amigos*, e suas ocorrências dos tempos verbais em questão foram analisadas com relação aos fatores *saliência fônica*, *extensão lexical* e *tipo textual*. Concluiu-se que esses fatores são relevantes na escolha das variantes – em maior ou menor escala que nas pesquisas precedentes –, exceto o fator *tipo textual*, que, ao menos em relação ao nosso *corpus*, mostrou-se não tão simples de averiguar.

**Palavras-chave:** futuro do pretérito; pretérito imperfeito; alternância; *irrealis*.

## Introdução

Observa-se, no português brasileiro, uma alternância entre o uso futuro do pretérito e pretérito imperfeito do indicativo para indicar a ideia de hipótese (*irrealis*). Said Ali (1965, p. 143) afirma que a falta de um futuro do indicativo nas línguas românicas – e, por extensão, no português – que havia no latim foi suprida unindo ao infinitivo do verbo principal o presente do auxiliar *haver* para o futuro do presente; analogamente, processo similar levou ao futuro do pretérito pela junção do imperfeito *havia* (contraído em *hia*); ou seja, passa a existir um futuro do pretérito a partir da união do imperfeito do auxiliar *haver* com o verbo principal. Dessa maneira, parece-nos que essa alternância de uso entre futuro do pretérito e pretérito imperfeito não é mero equívoco.

---

<sup>1</sup> Professor da 8ª. Edição do Curso de Especialização em Gramática e Ensino da Língua Portuguesa – UFRGS.

O presente trabalho procura analisar como se dá essa alternância de uso em entrevistas da revista *Caros Amigos* que foram reproduzidas em *sites* e *blogs* de terceiros. A escolha deste *corpus* tem por objetivo verificar os resultados obtidos em registros menos formais da língua e mais restritos (por pesquisas anteriores) se manifestam num *corpus* de língua escrita que tende a reproduzir traços da fala culta nacional, submetido ao crivo da aceitabilidade dos falantes nativos (os editores da Revista *Caros Amigos*) e dirigidos a um público culto nacional (os leitores da Revista *Caros Amigos*). Foram verificadas as variantes futuro do pretérito sintético, pretérito imperfeito, *ia* + infinitivo, *iria* + infinitivo, *devia* + infinitivo, *deveria* + infinitivo, *podia* + infinitivo e *poderia* + infinitivo. Quanto aos fatores – linguísticos – investigados, nos valemos basicamente dos trabalhos de Costa (2005; 2006) e Tesch (2011), que fizeram estudos similares em outros registros da língua. Os fatores analisados foram saliência fônica, extensão lexical e tipo textual.

## 1 Revisão bibliográfica

De acordo com Sousa (2009, p. 1) “a alternância entre os tempos verbais do pretérito imperfeito e futuro do pretérito se torna possível pelo fato de esses verbos compartilharem a possibilidade de manifestar traços de aspecto inconcluso”. Admitem a possibilidade dessa alternância Cunha e Cintra (2014, p. 466), ao apontar que o pretérito imperfeito, além de outros seis empregos, também é utilizado “pelo futuro do pretérito, para denotar um fato que seria consequência certa e imediata de outro, que não ocorreu, ou não poderia ocorrer”. Como exemplos dessa possibilidade de uso, os autores trazem os seguintes trechos, o primeiro, de Monteiro Lobato, o segundo, de M. Torga:

(1) – O patrão é porque não tem força. Tivesse ele os meios e isto **virava** um fazendão.

(2) – Se eu não fosse mulher, **ia** também!

Said Ali (1964, p. 165) também nos ensina que “nas orações condicionadas”, o futuro do pretérito pode ser substituído pela forma do imperfeito; adiciona, ainda, que o imperfeito é mais

utilizado na “linguagem familiar”. Como exemplo, traz a seguinte frase: “Se chovesse, eu *tomava* um carro”.

Costa (2005, p. 938 – 939), remetendo à sua dissertação de mestrado de 1997, analisa a variação de tempo verbal para expressar hipótese usando amostras de língua falada e escrita. Para tanto, usou amostra do Censo do projeto PEUL/UFRJ – constituída no começo dos anos 1980 – como amostra de língua falada e, como amostra de língua escrita, utilizou cartas pessoais escritas por cariocas e coletadas por Paredes Silva (cartas dos anos 1980 e cartas escritas entre os anos 1940 a 1970). Dentre as cartas escritas na década de 80, havia cartas de adolescentes (cursando da oitava série até o ensino médio ou pré-vestibular), de jovens universitários (entre 18 e 25 anos) e de adultos de nível superior completo (entre 26 e 50 anos); já as escritas entre as décadas de 40 e 70, eram de escritores cariocas ou radicados no Rio de Janeiro. Vê-se que é um *corpus* bastante heterogêneo, envolvendo diferentes registros e, dentro do mesmo registro (cartas), diferentes finalidades e, possivelmente, níveis de formalidade.

Analisando as ocorrências de futuro do pretérito, pretérito imperfeito, perífrases *ia/iria* + infinitivo, Costa (2005, p. 939) chegou às seguintes conclusões:

- a) Nas cartas, houve uma preferência pelo futuro do pretérito do pretérito foi maior (70%), enquanto houve um equilíbrio do uso entre futuro do pretérito e pretérito imperfeito;
- b) A variante *ia* + infinitivo mostrou-se produtiva, na amostra de língua falada, entre os informantes mais jovens.

Este último resultado motivou Costa a proceder outro estudo, de 2003, no qual analisa peças teatrais do início do século XVIII “até nossos dias”. Observe-se que o registro, agora, é o do texto literário que, possivelmente, procura refletir a fala de diferentes personagens em seus diálogos. Pode-se admitir que se trata, portanto, da fala culta – mas isso na verdade depende dos autores e das peças. De qualquer modo, segundo Costa, os resultados desse estudo confirmaram o caráter inovador de *ia* + infinitivo: esse é usado com maior frequência no decorrer dos anos, chegando a superar o pretérito imperfeito e o futuro do pretérito no final do século XX.

Os fatores analisados por Costa que condicionariam a escolha entre os tempos verbais alternantes foram os seguintes: paralelismo, extensão lexical, referência temporal, tipo de texto, ambiente sintático e escolaridade. As conclusões obtidas foram as seguintes:

- a) Paralelismo: em ocorrências em cadeia, o imperfeito leva ao imperfeito, o futuro do pretérito leva ao futuro do pretérito; em seu estudo, o paralelismo surgiu como fenômeno típico da fala; na escrita, de acordo com a autora, ocorre de forma “isolada”, e não em cadeias de frases;
- b) Extensão lexical: verbos mais longos (de três sílabas ou mais), na fala, atraem o uso das formas perifrásticas (*ia/iria* + infinito); ao fazer isso, segundo a pesquisadora, “o informante distribui o peso de um item lexical longo em dois vocábulos” (COSTA, 2005, p. 941) – portanto, trata-se de fator relacionado à extensão das palavras fonológicas (*en.ten.der*, 3 sílabas > *en.ten.de.ri.a*, 1 palavra e 5 sílabas vs. *ia en.ten.der*, 2 palavras e 4 sílabas); o mesmo fator parece atuar na escrita, também, já que com verbos de três sílabas ou mais, o futuro do pretérito também é evitado;
- c) Referência temporal: tanto na fala quanto na escrita, se a hipótese se projeta num tempo futuro em relação ao momento da fala. Como exemplo desse tipo de construção, a autora traz a seguinte sequência: “Vou torcer para eles se casarem. Quem sabe não me convidam para ser madrinha deles? SERIA a glória!”. Nesse caso, de acordo com ela, a variante preferida é o futuro do pretérito;
- d) Tipo de texto: o futuro do pretérito é preferido em estruturas argumentativas e o imperfeito em narrativas;
- e) Ambiente sintático: (i) quanto ao período hipotético, a inversão da ordem canônica (condição + consequência) favorece a escolha do futuro do pretérito – “Eu *mandaria* ladrilhar essa rua, se ela fosse minha”; na ordem canônica, o uso do pretérito imperfeito é mais frequente: “Se essa rua fosse minha, eu *mandava* ladrilhar”; de acordo com Costa (2005, p. 942), tal preferência está relacionada ao princípio da *iconicidade*: o uso do imperfeito na ordem inversa tornaria a interpretação mais difícil ao receptor, uma vez que a oração condicionante ainda não teria sido enunciada, fazendo com que a interpretação do imperfeito ficasse ambígua: trata-se de uma hipótese ou de um fato recorrente no passado (“Eu *mandava* ladrilhar [...]”)?; (ii) já a variante *ia* + infinitivo é preferida em orações encaixadas, preferencialmente no discurso indireto; Costa (2005, p. 942) exemplifica com a frase “... nós chamamos ela, ela disse que não IA VIR.”; de acordo

com a autora, “isto mostra que o auxiliar IR mantém uma noção de intenção, resquício de sua origem como verbo de movimento”<sup>2</sup>;

- f) Escolaridade: em seu estudo de 2003, em que foram feitas entrevistas com o mesmo informante em dois momentos diferentes, com um intervalo de vinte anos, Costa constatou um aumento de ocorrência de futuro do pretérito na fala dos que continuaram estudando; segundo ela, estes informantes raramente usavam esta variante na época da primeira entrevista, em que eram adolescentes ou pré-adolescentes; além disso, a amostra de cartas escritas por informantes com nível superior de escolaridade revelou, também, uma preferência pela variante futuro do pretérito.

Outro estudo da variação das formas alternantes de expressão do futuro do pretérito que apresenta certas limitações quanto ao registro é o de Tesch (2011). Sua investigação busca verificar fatores semelhantes aos estudados por Costa, mas utilizando como *corpus* entrevistas com informantes capixabas. Tesch analisa seis grupos de fatores que condicionariam a escolha das formas variantes em questão (futuro do pretérito “sintético”, pretérito imperfeito “sintético”, futuro do pretérito “perifrástico” *iria* + *v*, pretérito imperfeito “perifrástico”<sup>3</sup> *ia+v*): paralelismo, tipo de texto, saliência fônica (estes três de caráter linguístico), faixa etária, gênero/sexo, escolaridade (de caráter extralinguístico). Resumidamente, Tesch chegou aos seguintes resultados (2011, p. 108):

- a) Paralelismo: o paralelismo tem poder condicionante, na medida em que a presença de uma forma leva a outra idêntica, tanto quando no discurso do próprio informante quanto no discurso do entrevistador (entrevistado tende a repetir a forma utilizada na pergunta em sua resposta);
- b) Tipo de texto: sequências argumentativas e listas de atitudes hipotéticas – conforme Costa (1997, p. 147 apud TESCH, 2011, p. 100) “lista de planos que seriam realizados pelo informante sob certas condições ou caso estas condições fossem efetivadas” – favoreceram o uso de futuro do pretérito; sequências narrativas/descriptivas, o pretérito

---

<sup>2</sup> Idem, Ibidem, p. 5.

<sup>3</sup> Em nosso trabalho, discordamos da posição adotada pela autora, pois, para nós, a forma perifrástica *ia* + infinitivo, apesar de possuir o verbo auxiliar *ir* no pretérito imperfeito, não expressa pretérito imperfeito, mas, sim, futuro do pretérito.

imperfeito, assim como a variante *ia + v* – a explicação (breve) para tal fenômeno é a de que “o pretérito imperfeito é um tempo verbal típico das narrativas”<sup>4</sup>;

- c) Saliência fônica: na amostra de verbos não modais, o futuro do pretérito é favorecido pelos verbos “mais salientes” – principalmente por *ser* – e o pretérito imperfeito é inibido pelas formas mais salientes; de acordo com a autora, formas mais salientes favorecem a escolha de futuro do pretérito por apresentarem “diferenciação fônica” mais acentuada, facilitando a percepção de que são formas distintas; formas não salientes favoreceram o uso das variantes do futuro do pretérito precisamente por serem menos distintas, facilitando a analogia das formas (para mais detalhes, ver seção 3.1 a seguir);
- d) Fatores extralinguísticos (gênero, faixa etária e escolaridade): a pesquisadora conclui que esses fatores não são significativos na escolha das variantes, apesar de, com relação à escolaridade, ter notado uma maior preferência no uso de futuro do pretérito a pretérito imperfeito entre informantes com ensino médio, quando comparados aos que possuíam apenas o ensino fundamental; por outro lado, de acordo com ela, não houve diferença significativa na preferência de futuro do pretérito ao comparar informantes com ensino médio e ensino superior: houve, contrariando suas expectativas, mais ocorrências de futuro do pretérito em informantes com ensino médio do que com ensino superior.

Assim, nos trabalhos de Costa e Tesch, como pode ser observado, os fatores que são analisados tanto em um quanto no outro são *paralelismo* e *tipo de texto*; nos “fatores extralinguísticos”, o fator *escolaridade* repete-se nas duas pesquisas. O fator *paralelismo* não foi estudado em nosso trabalho, pois nos parece que ele apenas confirma uma lei geral do processamento gramatical, e na verdade pouco revela sobre a variação específica do futuro do pretérito com as formas que o substituem. Já o fator *escolaridade* não interessa em nosso *corpus*, visto que nele, todos os entrevistados possuem o mesmo nível escolar (ensino superior).

Na próxima seção, descrevemos o método utilizado em nossa pesquisa.

---

<sup>4</sup> TESCH, 2001, p. 102.

## 2. Metodologia

O *corpus* escolhido para nossa pesquisa é constituído de entrevistas da revista *Caros Amigos* reproduzidas na *internet* em *sites* e *blogs* de terceiros. Como já dissemos, nosso objetivo era obter um *corpus* de “língua culta nacional” que fosse, de um lado, relativamente imune a fortes variações de registro (seja regional, seja de formalidade, seja de faixa etária) e, de outro, que fosse suficientemente próximo a um registro falado de modo a favorecer a ocorrência de variantes oriundas da fala, mas que já fazem parte do “falar prestigiado” e, portanto, considerado “padrão” nacionalmente. Essa a razão por constituir o *corpus* com textos do gênero entrevista, publicados em revistas de circulação nacional. Escolhemos as entrevistas da revista *Caros Amigos*, por outro lado, porque, após estudo de entrevistas publicadas na *Veja*, na *IstoÉ* e na *Época*, percebemos que nestas últimas muitos elementos de coloquialidade característicos da fala eram suprimidos; de fato, a incidência das variantes que nos interessavam parecia ser pequena nas entrevistas destas revistas. As entrevistas da *Caros Amigos* parecem sofrer, em sua redação, menor interferência revisional, transparecendo uma linguagem mais coloquial (ao menos mais do que em outras publicações do gênero). Seleccionamos quatro entrevistas, nas quais foram entrevistados Protógenes Queiroz, Cecílio Almeida, Roberto Romano e Chico Buarque (doravante E1, E2, E3 e E4, respectivamente). Estas foram seleccionadas por possuírem pelo menos mais de uma ocorrência de pretérito imperfeito com o valor de futuro do pretérito; sendo assim, poderíamos analisar esse uso em comparação com outras variantes.

Levantamos as seguintes possibilidades de realização de *irrealis*: futuro do pretérito, pretérito imperfeito, além do futuro do pretérito em suas formas perifrásticas conjugadas com os modais *ir*, *dever* e *ter*. Calculamos o número de ocorrências de cada uma dessas variantes; em seguida, analisamos essas ocorrências em relação a fatores linguísticos já estudados na literatura, a saber, saliência fônica, extensão lexical e tipo de texto.

Na próxima seção, discutimos os resultados obtidos nesta pesquisa.

## 3. Resultados e análise

Primeiro, consideremos as variantes de futuro do pretérito (FP, PI e perífrases *ia/iria* + verbo no infinitivo). Levantamos o número de ocorrências de futuro do pretérito sintético (FP) –

exemplo (3) –, pretérito imperfeito sintético (PI) – exemplo (4) –, *ia/iria* + verbo significativo no infinitivo (*ia+v* e *iria+v*, respectivamente) – exemplos (5) e (6).

(3) E essas organizações sociais **teriam** determinada quantidade de dinheiro, básica, e **procurariam** junto ao próprio Estado ou à iniciativa privada os meios que faltam. (E3)

(4) Se eu estivesse com minha família, meus filhos pequenos, eu **tirava** meu relógio, tome o relógio, só não quero que façam nada com a minha mulher. (E2)

(5) Pensei: ficar na mão de gente assim? Eu **ia mandar** queimar a casa desse filho da puta. (E2)

(6) Vou lá na minha enciclopédia, porque tenho certeza de que **iria ficar** preso e viciado mesmo. (E4)

Dessa maneira, chegamos aos seguintes valores, descritos na Tabela 1:

**Tabela 1: Distribuição de ocorrências das variantes FP, Ia + V, Iria + V, PI**

	Número de Ocorrências	Percentual
Futuro do pretérito (sintético)	123	72%
<i>Ia</i> + infinitivo	25	15%
Pretérito imperfeito	13	8%
<i>Iria</i> + infinitivo	8	5%
Total	169	100%

Como pode ser observado da tabela, a ocorrência de futuro do pretérito sintético superou bastante a ocorrência das outras variantes, diferentemente dos resultados obtidos por Tesch (2011, p. 95), a qual chegou a valores relativamente equilibrados entre FP e PI (41% e 38%, respectivamente); Costa (2005, p. 939) encontra um percentual de ocorrências também equilibrado entre o futuro do pretérito sintético e o pretérito imperfeito (FP: 35%, PI: 35%) na amostra Censo do Projeto PEUL/UFRJ<sup>5</sup> (de acordo com ela, com nenhum informante com nível de escolaridade acima do ensino médio); essa discrepância com relação aos resultados de Costa e Tesch pode ser explicada pelo fato de que em nosso *corpus* os quatro entrevistados possuem ensino superior, o que favoreceria a preferência por um registro mais formal, daí a preferência pelo uso de FP, enquanto no *corpus* das duas pesquisadoras, o nível de escolaridade varia desde

<sup>5</sup> Nessa pesquisa, essa amostra é de língua falada.

pessoas com ensino fundamental ao ensino superior. Comparando, porém, os resultados de Costa no *corpus* “amostra de cartas” (registro escrito), FP teve ocorrência de 70% e PI, 18%, sendo que nessa amostra de cartas, o nível de escolaridade dos informantes é, em sua maioria, acima do ensino médio (a pesquisadora não especifica em números o quanto seria essa “maioria”).

Analisando, contudo, a ocorrência *ia* + infinitivo, chegamos a valores um pouco mais parecidos com os das duas pesquisadoras: em nossa pesquisa, houve ocorrência de 15%; Costa, com a amostra Censo (PEUL), chega a 28% de ocorrência *vs.* 6% de ocorrência na amostra de cartas; já Tesch registra a ocorrência de 21%. Isso demonstra, a nosso ver, que, entre as duas variantes ao futuro do pretérito, a que está se tornando mais difundida é a forma perifrástica *ia* + infinitivo, e não o pretérito imperfeito. Para efeito de comparação, a variante *iria* + infinitivo teve os seguintes percentuais de ocorrência: em nosso trabalho, 8%; em Costa (amostra Censo), 3% e 6% na amostra de cartas; em Tesch, 0%.

A variação entre futuro do pretérito e pretérito imperfeito pode, também, ser investigada na alternância *deveria/devia* + infinitivo – exemplos (7) e (8) – e *poderia/podia* + infinitivo – exemplos (9) e (10):

(7) A cabeçona é o número de funcionários e de grupos que ficam na reitoria em detrimento do lugar onde se **deveria fazer** pesquisa e ensino. (E3)

(8) Infelizmente não tenho nenhum filho com ela, **devia ter**, o filho nós perdemos, eu queria, tenho certeza que seria formidável ter um filho com ela. (E2)

(9) Falei com o pró-reitor de pós-graduação, José Dias, que me indicou todos os diretores que **poderiam estar** interessados, sobretudo da área de humanas. (E3)

(10) Aí o reitor *pro tempore*, porque não **podia ser** reitor ainda, nos chamou e disse [...] (E3)

Isso é possível porque há ocorrências em que as duas formas são intercambiáveis sem alteração notável de sentido. É claro que, aqui, trata-se de um sistema de variação específico a cada um destes pares: (a) nenhum dos pares compete com o futuro do pretérito sintético do verbo, pois além de veicularem a ideia de “futuro do pretérito”, adicionam a ela noções de modalidade próprias dos auxiliares *dever* e *poder* (ou seja, em geral *faria* não poderá ser substituído, conservando seu sentido básico, seja por *deveria fazer* ou *poderia fazer*); (b) e os pares *deveria/devia* + infinitivo e *poderia/podia* + infinitivo também não competem entre si, já que não

são substituíveis – a noção de modalidade expressa por *dever* (necessidade) não é semanticamente equivalente à expressa por *poder* (possibilidade).

Por outro lado, acreditamos que os fatores que intervêm na variação *deveria/devia* + infinitivo provavelmente são os mesmos que intervêm na variação *poderia/podia* + infinitivo, pois em ambos se trata de expressar o “futuro do pretérito” adicionado de alguma modalidade; além disso, a estrutura mórfica de *dever* e *poder* também é igual, o que nos faz crer que fatores relativos à forma (por exemplo, número de sílabas) atuarão de modo semelhante. Assim, cremos que podemos estabelecer, como um sistema de variação análogo ao que há entre futuro do pretérito (de verbo principal) vs. pretérito imperfeito (de verbo principal), o sistema de variação *deveria/poderia* + infinitivo vs. *devia/podia* + infinitivo. Quanto a este sistema de variação, obtivemos os seguintes resultados:

**Tabela 2: Distribuição de ocorrências das variantes Poderia/Deveria + v e Podia/Devia + v**

	Número de Ocorrências	Percentual
Poderia/Deveria + infinitivo	21	72%
Podia/Devia + infinitivo	8	28%
Total	29	100%

Como se vê, a ocorrência de *poderia/deveria* + infinitivo é bastante superior ao de *podia/devia* + infinitivo. Nossa decisão em tratar a oposição *poderia/deveria* + infinitivo vs. *podia/devia* + infinitivo como equivalentes à oposição futuro do pretérito “sintético” vs. demais variantes que podem substituí-lo parece ter sido acertada. Especificando: (i) os modais (*poder*, *dever*), a forma no futuro do pretérito teve ocorrência de 72% contra 28% de sua forma variante; (ii) quanto ao sistema de variação nos verbos principais (Tabela 1), temos uma distribuição idêntica: 72% para ocorrências de futuro do pretérito contra 28% para as demais variantes (*PI*, *ia/iria* + infinitivo). Dessa maneira, parece-nos fazer sentido estudar a variação *poderia/deveria* + infinitivo vs. *podia/devia* + infinitivo como mais uma manifestação (modalizada, neste caso) da alternância de uso entre o futuro do pretérito vs. variantes que expressam futuro do pretérito; contudo, diferentemente deste, naquele imaginamos que exista apenas uma variante, a não ser que houvesse outras formas concorrentes, como *ia/iria poder* + infinitivo e *ia/iria dever* + infinitivo. Se for assim, um estudo mais aprofundado sobre essas variantes seja interessante no futuro.

A seguir, discutiremos os resultados obtidos ao analisarmos os fatores saliência fônica, extensão lexical e tipo textual.

### 3.1 Saliência fônica

De acordo com o princípio da saliência fônica, uma oposição é “mais saliente” fonicamente que outra se as formas que a opõe são fonicamente mais diferentes. A ideia é que oposições salientes são mais facilmente percebidas e, por isso, *desfavorecem* o uso de uma forma por outra; oposições menos salientes são menos facilmente percebidas e *favorecem* o uso de uma forma por outra; ou seja, haveria uma tendência a se usar formas mais semelhantes (menos marcadas) fonicamente. Sendo assim, o pretérito imperfeito e as perífrases com *ia/iria* seriam menos usados (no lugar do futuro do pretérito) com *ser, ter, vir* e verbos da primeira conjugação em comparação com verbos da 2ª e da 3ª conjugação. No primeiro grupo, as formas de pretérito imperfeito e futuro do pretérito são fonicamente muito diferentes e, em particular, não têm a mesma terminação (*era/seria, tinha/teria, vinha/viria, precisava/precisaria*; exemplos (11), (12), (13) e (14), respectivamente); no segundo grupo, as duas formas terminam em *-ia* (*cabia/caberia, pedia/pediria, fariam/faziam*; exemplos (15), (16) e (17), nesta ordem).

(11) Um mafioso você vai pegar naquela situação mais simples. A complexa é onde ele está preparado. Qual **seria** a espinha dorsal dele? (E1)

(12) E essas organizações sociais **teriam** determinada quantidade de dinheiro, básica, e procurariam junto ao próprio Estado ou à iniciativa privada os meios que faltam. (E3)

(13) Foram sucessivos atos que dão conta de que ele é uma pessoa muito poderosa e que esse poder **viria** com uma velocidade e uma força [...] (E1)

(14) Por que o auxílio da Abin? Eu estava fragilizado em recursos humanos, com uma operação gigantesca dessa **precisaria** uns 50 policiais. (E1)

(15) Aí eu perguntei para o Luís Cláudio: "Qual é o nome da tua namorada?" – para ver se **cabia**, mas não cabia na coisa. Aí falei, não, tem de ser um nome assim, só isso. Simplesmente. (E4)

(16) [...] e para isso **pediriam** bolsa de novo etc. etc. (E3)

(17) [...] e assim uns leriam Locke, outros leriam Rousseau de novo (coitado do Rousseau!), e aí **fariam** um levantamento [...] (E3)

Para verificarmos as ocorrências de futuro do pretérito, pretérito imperfeito e formas perifrásticas, elaboramos a seguinte tabela e chegamos aos seguintes números:

**Tabela 3: Influência da saliência fônica na escolha de FP, perífrases *ia/iria* + v e PI**

	<i>ser, ter, vir</i> ; verbos da 1ª conjugação		<i>fazer/trazer</i> etc.; verbos de 2ª e 3ª conjugação	
	Ocs.	%	Ocs.	%
Futuro do pretérito	91	75%	32	65%
Perífrases <i>ia/iria</i> + inf.	20	17%	13	27%
Pretérito imperfeito	9	8%	4	8%
Total	121	100%	49	100%

Tendo em vista o exposto anteriormente, esperava-se (i) menor ocorrência de pretérito imperfeito e perífrases nos verbos do primeiro grupo – por serem *mais* salientes, mais marcados – e (ii) maior ocorrência de verbos nas outras variantes – tanto do primeiro quanto do segundo grupo, por serem *menos* salientes. Os resultados parecem, a princípio, confirmar a hipótese inicial, ainda que pareça um efeito relativamente pequeno – uma diferença percentual de 10%: das 121 ocorrências de verbos do primeiro grupo (*ser, ter, vir* + verbos da 1ª conjugação), 75% foi de futuro do pretérito e 65% no segundo grupo (verbos de 2ª e 3ª conjugação), ambos com terminação em *-ia*, menos saliente.

É interessante observar que, com os verbos em que a falta de saliência fônica desfavorece o uso do futuro do pretérito, a variante que parece ocupar o espaço assim aberto *não* é o pretérito imperfeito (8% dos casos nos dois grupos de verbos); antes, parece que o espaço é ocupado pelas perífrases de *ir* (17% nos verbos com “saliência fônica” do futuro do pretérito, e 27% nos verbos sem “saliência fônica”). Isso pode ser mais um indício de que as variantes em expansão são as perífrases com *ir* (especialmente *ia* + infinitivo). Ou pode ser um indício de que, quando o fator condicionante tem a ver com a *forma* (nesse caso, grau de diferença fonética entre formas alternantes), a escolha preferencial é pela variante “mais próxima em significado”. Cremos que é possível argumentar que *ia* + infinitivo é mais próxima em significado ao futuro do pretérito do que o pretérito imperfeito: *ia* + infinitivo contém os dois componentes do futuro do pretérito (pretérito, no tempo de imperfeito, e futuro no verbo *ir*) independentemente do contexto; o pretérito imperfeito só contém um dos elementos (a ideia de pretérito) e depende do contexto para

expressar “futuro do pretérito”. Essa é uma questão que talvez mereça estudos mais aprofundados no futuro.

### 3.2 Extensão lexical

Outro fator estabelecido por Costa (2005, p. 940) para a escolha de uma das variantes é a extensão lexical, conforme já mencionado na seção 1. Ao nosso ver, parece haver algum tipo de preferência para palavras de no máximo 4 sílabas; como o futuro do pretérito adiciona *duas sílabas* ao verbo (exemplo 18), toda a vez que o adicionamos a um verbo de três ou mais sílabas, ultrapassamos o limite preferencial de 4 sílabas (exemplo 19). Nesse caso, esperamos que ocorra um favorecimento das demais formas: com o imperfeito, a forma ficará no limite (exemplo 20); com as perífrases, também, já que é o auxiliar que flexiona (exemplo 21).

(18) Eu, não, quem **faria** isso **seria** a polícia, o Estado. (E2)

(19) Mas como o pessoal do MST é rico, e só tem comuna no INCRA, que acha que tem que tirar dos ricos para dar para os pobres... Os caras estão brincando. Eu **defenderia** a minha terra. (E2)

(20) Até porque tinha gravado que “lá em cima” ele **resolvia** (E1)

(21) Pânico, não. Me senti um pouquinho preso. Achei que **ia passar** um mês, quarenta dias, me divertindo, vendo futebol, jogando bola, comendo, mas na verdade ficava quatro dias mais ou menos da semana preso, e assistindo, também tinha isso, assistindo um pouquinho preocupado com o que eu **ia escrever** depois. Então existia uma tensão a mais, não é? (E4)

No exemplo (18), os verbos *fazer* e *ser* – 2 e 1 sílabas – são conjugados no FP, mantendo o limite “preferencial” de sílabas – até 4 sílabas; em (19), o verbo *defender* extrapola o limite preferencial de sílabas ao ser conjugado no FP – *de.fen.de.ri.a*, 5 sílabas, que também ocorreram na pesquisa; em (20), o verbo *resolver* – composto por 3 sílabas – foi conjugado no PI (*re.sol.vi.a*); caso fosse conjugado no FP, extrapolaria o limite “preferencial” de até 4 sílabas (*re.sol.ve.ri.a*); já em (21), as formas perifrásticas *ia passar* e, especialmente, *ia escrever*, evitam que o número de sílabas passe do limite de até 4 sílabas no verbo significativo – *i.a es.cre.ver*, 3 sílabas no verbo significativo; *es.cre.ve.ri.a*, 5 sílabas, caso fosse escolhida a forma no FP.

Ao verificarmos esse fator, o número de ocorrências obtido foi o seguinte:

**Tabela 4: Influência do número de sílabas dos verbos na escolha de FP, PI e perífrases *ia/iria + v***

	Futuro do pretérito (sintético)		Pretérito imperfeito, <i>ia/iria + infinitivo</i>	
	Ocorrências	%	Ocorrências	%
Verbos com até 2 sílabas	108	88%	32	70%
Verbos com 3 ou mais sílabas	15	12%	14	30%
Total	123	100%	46	100%

Nota-se que apenas 12% dos verbos conjugados no futuro do pretérito possuem três sílabas ou mais; com as formas variantes em pretérito imperfeito e perifrásticas (*ia/iria + infinitivo*), o número de ocorrências é de 30% das formas verbais de três sílabas ou mais. Há um indício, dessa maneira, ao menos em nosso *corpus*, de que há uma preferência por formas verbais conjugadas com até 4 sílabas.

### 3.3 Tipo de texto

Seguindo a investigação de Tesch (2011, p. 100) e Costa (2005, p. 941), tentamos analisar os tipos textuais que favoreceriam a escolha de uma das variantes analisadas. Os tipos textuais verificados pelas pesquisadoras foram sequências narrativas/descritivas, sequências argumentativas, e listas de atitudes hipotéticas. Fazendo uma análise de uma das entrevistas que faz parte de nosso *corpus* (E1), porém, encontramos alguns problemas para a análise desse fator. A seguir, apresentamos a análise das quatro primeiras ocorrências apenas para ilustrar como sua classificação, em relação a este fator, parece difícil. A primeira ocorrência é a seguinte:

(22) No primário fui aluno razoável. No ginásio, você já começa a ser um pouco peralta. Sempre fui ativo. Meu pai era militar, lembremos, imaginava que o país **poderia entrar** em guerra e você **teria** que sobreviver sozinho. A gente tinha que plantar guandu, aipim [...]

A sequência (22) é formada por uma narrativa; contudo, quando o entrevistado usa o futuro do pretérito – “poderia entrar em guerra”, “teria que sobreviver sozinho” – não se descreve

uma ação que ocorre no mundo que está sendo narrado, mas sim algo que é imaginado pelo pai. O que ele imagina é parte de seu mundo mental – trata-se de uma “atitude proposicional” ou hipotética, no sentido de poder ou não ser verdade no mundo narrado. Dessa maneira, poderíamos aventar que se trata de um futuro do pretérito que expressa atitude hipotética no interior de uma sequência narrativa. O problema é: como classificar esta ocorrência de acordo com os critérios adotados por Costa e Tesch: Como (parte de uma lista de) atitude hipotética ou como parte de uma sequência narrativa? O fato é que os dois trabalhos não apresentam os critérios pelos quais fizeram esta classificação. Consideremos a próxima ocorrência:

(23) Ele homem do regime, mas crítico. Dizia que depois de Castelo Branco [chefe do primeiro governo militar, 1964-1966] não **existia** um governo militar que prestasse, que estavam cometendo muito excesso.

Este caso é semelhante ao anterior: a frase que contém o imperfeito não está reportando um fato do mundo narrado; o fato do mundo narrado é que o pai do narrador dizia algo. “Não existia um governo militar que prestasse” é a opinião dele. Note que “ele dizia”, aqui, corresponde a “ele achava/acreditava” etc. Portanto, trata-se de um imperfeito em oração complemento de verbo de “atitude proposicional”, de novo. Vejamos o próximo caso:

(24) Dizia que advogado não presta. É, igual Lênin. Advogado, nem do partido, e ele era advogado. Mas entendi que dentro da advocacia **ia contribuir** mais que na área tecnológica. Estagiei na Defensoria Pública três anos.

Novamente, temos aqui uma atitude hipotética dentro de uma sequência narrativa, mas uma sequência que envolve ações/estados mentais. A “ação” que é parte da narração é o fato de o entrevistado ter entendido algo. O algo que ele entendeu era uma opinião dele – outra “atitude proposicional” (portanto, hipotética). Mas a sequência de “ações” envolve várias “atitudes proposicionais”: “Meu pai não queria *algo* (que eu fosse advogado). Dizia *algo* (que advogado não presta). Mas entendi *algo* (que ia contribuir mais dentro da advocacia). (Por isso, fiz o curso e) estagiei na Defensoria Pública etc.” Estamos diante de uma sequência narrativa, ou de uma lista de “atitudes hipotéticas”?

Como se pôde observar, a análise do fator *tipo textual* como condicionante para a escolha das variáveis estudadas, ao menos nas entrevistas colhidas por nós, é um tanto problemática: é difícil determinar quando uma sequência é “puramente” argumentativa, descritiva, narrativa, e assim por diante. Os artigos que fazem análise quantitativa deste fator normalmente não esclarecem que critérios utilizaram para dizer se a ocorrência está em um trecho narrativo, um trecho argumentativo, ou se é uma atitude hipotética; e os casos que discutimos acima mostram que estabelecer tais critérios não será tarefa fácil. Assim, achamos que, sem uma discussão realmente esclarecedora das noções envolvidas, não é possível, no presente momento, tirar qualquer conclusão acerca deste fator.

### **Considerações finais**

Ao compararmos os resultados obtidos em nossa pesquisa com relação aos fatores *saliência fônica*, *extensão lexical* e *tipo textual* aos alcançados por Tesch e Costa, chegamos às seguintes conclusões:

Sobre o fator *saliência fônica*, em nossa pesquisa, os resultados confirmaram, de certo modo, nossa hipótese inicial, ainda que pareça um efeito relativamente pequeno – uma diferença percentual de 10%: das 121 ocorrências de verbos do primeiro grupo (*ser*, *ter*, *vir* + verbos da 1ª conjugação), 76% foi de futuro do pretérito e 65% no segundo grupo (verbos de 2ª e 3ª conjugação), ambos com terminação em *-ia*, menos saliente. Porém, os resultados também apontam como dado interessante o fato de que, nos verbos em que a saliência fônica desfavorece o uso de FP, a variante que ocupa essa lacuna são as perífrases de *ir*, ao invés de PI; isso parece ser mais um indício de que essa variante vem ganhando força na fala dita “cultura”. Outra hipótese é a de quando o fator condicionante tem a ver com a *forma*, a escolha preferencial é pela variante “mais próxima em significado”, como já discutimos na seção 3.1. Já em Tesch – Costa não avalia esse fator –, a saliência fônica mostrou-se influente enquanto fator influenciador na escolha de FP: o verbo *ser* (principalmente) e os verbos da 1ª conjugação foram os que mais favoreceram a escolha de FP; os verbos *fazer*, *dizer* e *trazer* favoreceram a ocorrência da forma perifrástica *ia* + infinitivo, devido ao fato de que, segundo ela, nesses verbos, há alomorfia do radical quando conjugados no FP e no PI (*faria vs. fazia*; *diria vs. dizia*; *traria vs. trazia*). Ainda em Tesch, a

variante *ia*+infinitivo (ela não verifica a ocorrência de *iria*+infinitivo) ocorreu com menos frequência que a de PI com verbos na 2ª e 3ª conjugações, ao contrário de nosso resultado.

Quanto à *extensão lexical*, as hipóteses de Tesch e Costa foram confirmadas em nossa pesquisa: quando um determinado tempo verbal – no caso, o FP – torna o item lexical mais longo (a preferência “limite” parece ser até 4 sílabas), ele é evitado, preferindo-se ou PI ou as formas perifrásticas de *ir* (já que somente o auxiliar é que flexiona).

Ao tentarmos analisar o fator *tipo textual*, observamos que ele não é tão simples de determinar, ao menos em nosso *corpus*, pois foi difícil identificar quando uma sequência é “puramente” argumentativa, descritiva, narrativa, e assim por diante. Acreditamos que isso ficou bastante patente na análise que fizemos na seção 3.3. Por outro lado, Costa não apresenta uma justificativa – ao menos não em seu artigo de 2005, talvez isso apareça em sua tese de 1997, à qual infelizmente não tivemos acesso – para o fato de haver preferência pelo PI em sequências narrativas/descriptivas e pelo FP em sequências argumentativas; Tesch menciona brevemente, como justificativa para a preferência de PI em sequências narrativas, que “o pretérito imperfeito é um tempo verbal típico das narrativas.”

Em linhas gerais, podemos concluir dos resultados de nossa pesquisa que o sistema de variação futuro do pretérito *vs.* formas concorrentes que se apresenta na “fala culta nacional” é basicamente o mesmo que se encontra em estudos de amostras mais “locais”. Seria interessante investigar se, como nestas amostras, também se apresenta sinais de mudança em movimento.

## Referências

ALMEIDA, Cecílio do Rego. *Deputado do PT homenageia o “maior grileiro do mundo*. Caros Amigos, São Paulo, n 102. Disponível em: < <http://www.viomundo.com.br/denuncias/deputado-do-pt-homenageia-o-maior-grileiro-do-mundo.html>>. Acesso em: 26 dez. 2014.

BUARQUE, Chico. Entrevista *Revista Caros Amigos*: 12/98. Caros Amigos, São Paulo, n 21. Disponível em: <[http://www.chicobuarque.com.br/texto/entrevistas/carosamigos\\_98.htm](http://www.chicobuarque.com.br/texto/entrevistas/carosamigos_98.htm)>. Acesso em: 26 dez. 2014.

COSTA, Ana Lúcia dos Prazeres. *Mudança no sistema verbal do português: variantes do futuro do pretérito e gramaticalização*. Gragoatá, Niterói (RJ), v. 11, n. 21, 2006. Disponível em: <[www.uff.br/revistagracoata/ojs/index.php/gragoata/article/.../302/303](http://www.uff.br/revistagracoata/ojs/index.php/gragoata/article/.../302/303)>. Acesso em: 16 fev. 2015.

COSTA, Ana Lúcia dos Prazeres. *O futuro do pretérito e suas variantes na fala e na escrita*. Estudos Lingüísticos, Campinas (SP), v. XXXIV, 2005. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2005/4publica-estudos-2005-pdfs/o-futuro-do-preterito-1889.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

CUNHA, Celso. & CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.

QUEIROZ, Protógenes. *Protógenes Queiroz: entrevista a Caros Amigos*. Caros Amigos, São Paulo, n desconhecido. Disponível em: <<http://laurocampos.org.br/2009/03/protogenes-queiroz-entrevista-a-revista-caros-amigos/>>. Acesso em: 26 dez. 2014.

SAID ALI, M. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1965.

SAID ALI, M. *Gramática Secundária de Língua Portuguesa*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964.

TESCH, Leila Maria. *A variação entre as formas do futuro do pretérito e pretérito imperfeito do indicativo na fala capixaba*. PERcursos Linguísticos, Vitória (ES), v. 2, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/1705/1294>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

ROMANO, Roberto. *Revista Caros Amigos entrevista com Roberto Romano*. Caros Amigos, São Paulo, n 23. Disponível em: <<http://oapolitico.blogspot.com.br/2007/02/revista-caros-amigos-entrevista-com.html>>. Acesso em 26 dez. 2014.

SOUSA, Fernanda Cunha. *A variação de usos entre pretérito imperfeito e futuro do pretérito do indicativo na expressão da hipótese*. Revista Gatilho, Juiz de Fora (MG), volume 6, 2007. Disponível em: <[http://www.ufjf.br/revistagatilho/files/2009/12/artigo-para-Gatilho\\_fernanda.pdf](http://www.ufjf.br/revistagatilho/files/2009/12/artigo-para-Gatilho_fernanda.pdf)>. Acesso em: 31 ago. 2014.

## **Anexo A - Entrevista 1 (E1)**

O delegado Protógenes Queiroz nos deu uma entrevista de seis horas, de 14h30 a 20h30, e saiu lamentando que faltou contar mais coisas, por exemplo a máfia russa e o magnata Boris Berezovsky. Por meia hora, ainda conversou conosco enquanto esperava o táxi. Discorreu que Daniel Dantas, o banqueiro, pode mandar muito, mas é apenas um “braço” de algo mais poderoso – quem sabe o Citigroup? Gravado mesmo, contou histórias arrepiantes. Algumas frases dele ao acaso colhidas dão ideia: “É muita picaretagem!”, “A mentira perdura pouco, a verdade é eterna.”, “Você vai investigando, vai dar nas construtoras, na concorrência pública, e nos políticos”. E sobre um dos casos cabulosos que investigou ficou este diálogo bastante sugestivo:

PROTÓGENES: QUEREM ESSA HISTÓRIA?

TODOS: SIM!

PROTÓGENES: VOCÊS NÃO VÃO DORMIR DIREITO.

MYLTON SEVERIANO – Vamos começar esquentando as turbinas. Onde nasceu, a infância, os pais.

Sou filho de branco com preto. Nasci em 20 de maio de 1959, em Salvador. Meu pai era da Marinha de Guerra, ex-combatente da Primeira Guerra Mundial. Aos meus três meses, foi para o Rio, participar de uma intervenção. Era o almirante Protógenes Guimarães. Por isso meu nome. Minha mãe embarcou num avião da FAB, eu e meus outros nove irmãos. Primeiro fui morar num bairro de Niterói, Barreto, num sobrado de frente pra praia.

MYLTON SEVERIANO – Você estudou em Niterói?

Isso. Tinha uma igreja do Barreto, a gente tinha que assistir a missa, participar das festas. Eu gostava, era criança, tem que estudar, ir para a igreja, brincadeira de rua.

MARCOS ZIBORDI – A família era como?

Minha mãe era de descendência africana, escravos, meu pai de portugueses, espanhóis, branco de olhos azuis, uma semelhança com aquele artista, Paul Newman. Meu pai é abandonado pela esposa, e minha mãe contratada para cuidar dos filhos. Aí ele se apaixona. Ela estava com quinze anos, e era muito bonita. Meus irmãos por parte de pai chamavam minha mãe de mãe e a mãe deles pelo nome, devido à relação materna bem forte. A família do meu pai tinha fazenda no interior da Bahia. Meu bisavô era padre: Antônio Pinheiro de Queiroz. Fundou uma cidade, Conceição de Oliveira dos Campinhos.

MARCOS ZIBORDI – Estudou em escola particular?

Não. Eu não gostava. Escola pública era melhor. No primário fui aluno razoável. No ginásio, você já começa a ser um pouco peralta. Sempre fui ativo. Meu pai era militar, lembremos, imaginava que o país **poderia entrar** em guerra e você **teria** que sobreviver sozinho. A gente tinha que plantar guandu, aipim, e colher. Eu adorava colher aipim, puxar a raiz, era divertidíssimo. Não gostava do guandu, aquela vagem machucava a mão. Minha mãe, semi-analfabeta, mas de um coração muito forte, era ligada a ajudar as pessoas, e meu pai mandava até fazer roupa. Sei sentar numa máquina e fazer um short, uma camisa. Em casa a gente ajudava a mãe a cortar roupas, pregar botão, fazer bainha. Você chegava ralado, minha mãe: “vai pra máquina cerzir, essa roupa tá boa ainda”. E também uma coisa peculiar de meu pai: ser bem informado. Antes do jantar, ele colocava o rádio sobre a mesa, tínhamos que ouvir a Ave Maria, a Voz do Brasil e depois o Repórter Esso. A voz do homem tá na minha memória até hoje.

MYLTON SEVERIANO – Heron Domingues.

Exatamente, depois é que íamos fazer a ceia, e no dia seguinte tínhamos que ler os jornais. Para ter o hábito. Eu lembro, tinha sete, oito aninhos, ir no jornaleiro e trazer aquele saco de jornais. E se precisava de dinheiro para um cinema, tinha que vender saco, garrafa. Deliberadamente meu pai não dava mesada, não. E passa a infância, vou para um colégio público, em 1970. Tinha dez, onze aninhos. O que mais me despertou foi eletrônica e eletricidade.

MYLTON SEVERIANO – Você foi da UNE?

Fui delegado da UNE, em 1980.

MYLTON SEVERIANO – E foi para o Direito deliberadamente?

Sim.

MYLTON SEVERIANO – Mas tinha despertado para a política, esquerda, direita?

Não, eu tinha consciência do que era certo, errado, meu pai era um crítico do regime.

CAMILA MARTINS – Estava na ditadura militar?

Ele homem do regime, mas crítico. Dizia que depois de Castelo Branco [chefe do primeiro governo militar, 1964-1966] não **existia** um governo militar que prestasse, que estavam cometendo muito excesso.

MYLTON SEVERIANO – E você pendeu para que lado?

No colégio, jogava futebol escondido, meu pai dizia que era coisa de vagabundo.

FERNANDO LAVIERI – Jogava bem?

Bem. Meu apelido no Niteroiense era Ferretão: magro, comprido. Um meio-campo avançado. E no colégio Hélder Câmara me desperta a atenção um professor de geografia chamado Milton, usava bolsa de couro, barbichinha. Um contestador. Falei “o canal é esse, área humana”. Montamos um minigrêmio. E, numa feira de ciências, a professora Marlene ficou orgulhosa, era a empreendedora, chamou autoridades, inauguração de novas salas, e destinou uma para o nosso trabalho. De madrugada, pichamos o muro: Terrorismo é ditadura que mata e tortura. Já causou um estrago danado. Aí tá lá o senador Saturnino Braga, o prefeito, comandante do Exército, da Polícia Militar, Marinha. E chega na nossa sala, trancada. Quando ela pediu para abrir, era uma sala de tortura. Tinha pau-de-arara com boneco, boneco com fio na cabeça. A professora “ah, meu Deus! Desculpe! Fecha tudo isso aí”. E minha turma espalhando jornalzinho, o Alerta Geral.

MARCOS ZIBORDI – O que estava escrito?

Pedíamos eleição direta, perguntávamos por que presidente general, pedíamos a melhoria do ensino, que tinha que ser público. E todo o mundo se mandou, a polícia atrás. Chegou a professora Marlene, meu pai falou “menino, você tá louco, os professores vão ser presos, cadê o jornal que você fez?”. Deu quase expulsão.

MYLTON SEVERIANO – Você tinha 17 anos?

É, 1976.

MARCOS ZIBORDI – É nessa idade que começam esses comunistas...

Exatamente. Vou estudar na Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas, particular. Meu pai acreditando que tava fazendo engenharia. Tinha uma intervenção no diretório, comecei a contestar. Ouvi colegas dizer “você vai encontrar espaço para discutir no Centro Acadêmico da Nacional”.

MYLTON SEVERIANO – O Cândido Oliveira?

É, eu atravessava a Praça da República, ia conversar [p imp], comia no bandeirão. E teve o congresso da UNE em Cabo Frio.

FERNANDO LAVIERI – Seu pai sabia?

Meu pai, quando descobriu que eu tava fazendo Direito, corta a mensalidade. Tinha o crédito educativo, fui pra Caixa Econômica fazer, com minha mãe.

MARCOS ZIBORDI – Por que ele não queria?

Dizia que advogado não presta. É, igual Lênin. Advogado, nem do partido, e ele era advogado. Mas entendi que dentro da advocacia **ia contribuir** mais que na área tecnológica. Estagiei na Defensoria Pública três anos. Saía dez, onze da noite. Ficava penalizado, as pessoas com senha, estavam sendo despejadas. E tenho contato com movimentos sociais, associação de moradores, começa a se formar um movimento social. As pessoas se organizando pra reivindicar. Conheço o pessoal da Contag [Confederação de Trabalhadores na Agricultura], para advogar para a Via Campesina, Sindicato dos Operários Navais, esse caminho até 1987, advogando para associações, partidos, PDT, PT...

CAMILA MARTINS – Chegou a se filiar?

Nunca quis, era me rotular. Eu tinha envolvimento com outros partidos, e uma formação forte dentro do Partido Comunista Brasileiro. Em 1982, o grupo da clandestinidade a que eu pertencia eram todos velhos comunistas, Hércules Corrêa, que faleceu há pouco. Obrigatoriamente você tinha que ler O Capital, de Karl Marx. E engraçado: hoje, com essa crise, onde é que os capitalistas estão lendo fundamentos para corrigir o erro? Está sendo obrigatória a leitura de Marx, Engels, Hegel. As corporações estão recomendando que seus diretores leiam.

MYLTON SEVERIANO – Vamos para sua ida para a Polícia Federal.

É. O encontro. Recebo convite para ser procurador-geral de São Gonçalo. Em 1992 me deparo com um pedido para ajudar num processo de impeachment de um prefeito, Aires Abdala. Falei para o vereador “vamos pegar fatos de repercussão nacional pra ecoar”. Peguei desvio de merenda escolar e remédios. Tinha criança desnutrida, e ele desviando. Botava pra vender em supermercado dele.

MYLTON SEVERIANO – Além de corrupção, cruel.

Beira o genocídio. Bebês morriam por falta de leite materno, que **poderia ser** suprido com leite que o governo dava. Ingressamos com processo, e deu resultado. Era o cacique político da região. E durante o processo foram muitas pressões, ameaças, tentativas de corrupção. Eu sabia que **poderia sofrer** uma decepção.

FERNANDO LAVIERI – Você temia problemas na votação?

Sim, a vida política é promíscua. O próprio processo eleitoral. Você chega a um eleitor, “o que você vai me dar?” Não pensa no coletivo. Parti para um jogo arriscado. A lei que regula o impeachment dizia que a votação é secreta. Era do regime militar. Falei “terá que ser aberta, quem for a favor do ladrão do dinheiro público vai prestar conta”. E o povo gritando “ladrão, ladrão”. Os advogados dele sorriram dizendo que estava contrariando a lei. Protestaram. E o povo aplaudindo.

PALMÉRIO DÓRIA – E você foi responsabilizado?

Não. Ganhei. E o doutor Evandro Lins e Silva, no impeachment do Collor, o que fez? Adotou. O processo já estava consolidado. O prefeito tinha que ir pra rua. Aí, no processo do Collor houve a mesma coisa. Perante o Supremo Tribunal Federal consolidou o processo. Percebeu-se que o mais democrático era o voto aberto.

PALMÉRIO DÓRIA – E você não é candidato?

Não. Eu não era, por que **seria** agora? Entendi que **era** mais útil à sociedade trabalhando de outra forma, cassando um prefeito, investigando corrupção. Em dez anos dentro da Polícia Federal veja o que produzi pra sociedade. Aí me desencanto. Atentam contra minha vida, sou agredido, **iam me seqüestrar**, passo trinta dias escondido. “Vou é ser advogado e largar esse cargo.” Fui advogado, advogando para a colônia francesa, no Rio. E participo de uma concorrência pública representando duas empresas. A Constituição não permitia que empresa estrangeira participasse, a não ser como parceira de empresa nacional. A empresa que representei fez parceria com uma construtora. Ganhamos o processo para fazer a extensão do metrô Botafogo a Copacabana. E fomos surpreendidos por um ato de corrupção da Queiroz Galvão. Ela coloca um dormente que quebra a cada período. O que **íamos colocar** era de qualidade excepcional. E mais barato. Meus clientes falaram “estamos indo embora, não vamos investir nenhum centavo mais, é um país de ladrão, entre com uma ação indenizatória contra essa construtora”. Fiquei decepcionado.

WAGNER NABUCO – A ação está em andamento?

Ganhei em primeira instância, em segunda, está no STJ [Superior Tribunal de Justiça]. É uma ação de mais de 60 milhões.

MYLTON SEVERIANO – Contra a Queiroz Galvão?

Sim, e o Estado do Rio.

PALMÉRIO DÓRIA – Você vai ficar riquíssimo?

Nessa época comprei um Gol zero. E o carro pára a poucos metros, em frente a uma agência do Banco do Brasil. Vi um cartaz de concurso pra Polícia Federal. Delegado, agente, perito. Falei “hum... o caminho é esse”. Passei, escondido da sócia, não **ia entender** como eu **ia largar** uma carteira que ganhava de 30 a 50 mil dólares por mês, pra viver de salário de funcionário público. Tem momentos que você cuida da sua vida, tem momentos que você olha e vê que falta muito a construir. Não adianta construir pra si, senão você vai viver numa ilha.

PALMÉRIO DÓRIA – Era uma Polícia Federal comprometida com...

Era uma guarda pretoriana do regime militar.

MYLTON SEVERIANO – Você acha que apuraram seu passado?

Acredito que sim. E fui chamado em 1998. Abandono as delícias da burguesia e vamos ser funcionário público. Aí vou pro Acre.

MYLTON SEVERIANO – Que situação você viu lá?

Autoridades ligadas ao narcotráfico. Rio Branco tinha 980 pontos de distribuição de cocaína. Uma coisa assustadora. Polícia Militar, Civil, Ministério Público, Justiça Estadual, prefeitura, governador, Assembleia, Câmara Municipal. Um juiz com ponto de drogas, desembargador viciado. “Identifiquei caixa dois, dinheiro de narcotráfico. O grande volume foi de desvio de recurso público, o que me deixou chateado. Aí pegamos os políticos. Sim, Maluf estava lá. Daniel Dantas.”

MYLTON SEVERIANO – Em que ano?

Em 1999. José Roberto Santoro era o procurador que me auxiliava. Abro inquérito por lavagem de dinheiro para o narcotráfico, quebra de sigilo bancário: governador, prefeito, exgovernador, Fernandinho Beira Mar que tinha ligação com o narcotráfico, com a narcoguerrilha colombiana, as Farc, o Hildebrando Pascoal [ex-deputado federal, o “homem da motosserra” que mandou cortar em pedaços um desafeto]. Aí o Santoro dá um parecer paralisando a investigação, dizendo que não **poderia investigar** [Hildebrando] por lavagem de dinheiro, tinha que comprovar que era narcotraficante. Não dei bola. Fizemos a prisão preventiva por grupo de extermínio. A primeira condenação foi por lavagem de dinheiro. Fechei a investigação em cima do Hildebrando e dos 40 que estavam com ele. Eu disse “doutor Santoro, o tempo é o senhor da razão”. Ele disse que eu estava vendo muito filme.

PALMÉRIO DÓRIA – E o Fernandinho Beira Mar?

Onde foi preso? Na selva colombiana, 1999. Saio com a missão concluída. Vou pra Brasília. E tinha um ofício para me apresentar em Foz do Iguaçu. Investigar lavagem de dinheiro, evasão de divisas no Cone Sul. Batizei de Operação Macuco [o “caso Banestado” – Banco do Estado do Paraná]. Macuco é típico da região, quem achar um ovo azul do macuco tem vida longa. Se todo o mundo procura e não está vendo, vamos ver se a gente enxerga. Foi um trabalho complexo, todo o mercado financeiro envolvido, internacional também, até o Banco Central do Paraguai. E o nosso.

PALMÉRIO DÓRIA – O maior vazador de grana do Brasil.

A maior lavanderia se instalou ali, e com apoio político. Começamos a escanear todo aquele processo, identificando os atores.

WAGNER NABUCO – O Gustavo Franco mudou a norma e permitiu que os bancos fizessem lavagem, não?

Tenho receio quando se muda uma lei do sistema financeiro. As leis, feitas pelos banqueiros, são para beneficiar a si próprios. Como agora. A norma estabelecia regras para a conta CC5. É conta de não-residente, de estrangeiro no Brasil. Em linguagem fácil: estrangeiro vem portando 100.000 dólares e quer comprar alguma coisa. Quer ter uma vida social aqui, e pega esses 100.000 e registra. Se investe numa carrocinha de pipoca, o dinheiro gerado ele vai depositar nessa conta CC5, que permite a ele voltar com esses recursos ganhos. Ela foi feita, na concepção reconhecida mundialmente, pra trazer investimentos pro país. Não pagava imposto.

MYLTON SEVERIANO – E como é que os bandidos do colarinho branco usam?

No caso Banestado, o esquema é montado com banqueiros do Brasil, pra tirar dinheiro daqui. Se pegar os recursos que ingressaram e os que saíram, vai ver, saiu mais dinheiro do que entrou.

WAGNER NABUCO – Eles precisavam de uma empresa-fantasma.

Ou montava uma empresa-laranja, ou eram estrangeiros-laranja. Até mesmo brasileiro que se permitia dizer que vendeu algum bem pro estrangeiro e depositava na conta desse estrangeiro que não existia. Simples. O sujeito abria poupança com 10 reais. No dia seguinte, chegava com 100.000. E o gerente aceitava. E sucessivamente. Transferia para a CC5, dizendo que tinha vendido algum bem para aquela “empresa” estrangeira. Eles usavam pessoas humildes, empregada doméstica, desempregado, ambulante. Por que surgiu o “conheça o seu cliente”? Porque o Protógenes começou a prender gerente, diretor, e a discutir, “não leve a mal, mas vocês estão sendo indiciados porque, como é que, em sua consciência, aceitam abrir conta de um pipoqueiro com 10 reais e no dia seguinte aceitam 100.000 sem falar ‘Você vendeu muita pipoca, hein?’, e não aceito dizer que precisa cumprir metas”. Mas chega um momento que o volume de dinheiro era tão grande, que o gerente passou a entrar no esquema. Quando passa a cumprir hora extra, chegar mais cedo, sair mais tarde, virar a noite, já foi tragado pelo sistema e já recebe pra abrir conta laranja. O lavador de dinheiro já não tinha preocupação, “ô, meu amigo, abre mil contas pra mim aí”.

WAGNER NABUCO – E aí já estava abrindo conta com CPF falso.

Tinha de tudo. Mais de 100 bilhões de dólares saiu. Tinha um ex-diretor do Banco Central paraguaio que conseguiu o mandado de prisão. Saturnino Ramirez. Movimentou 1 bilhão e 400 milhões de dólares num ano e meio. Identifiquei caixa dois, dinheiro de narcotráfico. O grande volume foi de desvio de recurso público, o que me deixou chateado. Aí pegamos os políticos. Sim, Maluf estava lá. Daniel Dantas.

WAGNER NABUCO – Não entra só político.

Tem OAS, Mendes Júnior, Odebrecht, a Queiroz Galvão. Todas as grandes construtoras. Você vai investigando, vai dar nas construtoras e na concorrência pública. E nos políticos.

MYLTON SEVERIANO – Em Foz do Iguaçu quem foi preso?

Muitos. Passei quase dois anos lá. O primeiro ano foi difícil, começo a cercar os tubarões. Indiciei o sobrinho do Jorge Bornhausen, Alberto Dalcanalle Neto, em 174 inquéritos, vou para Curitiba, muita pressão. Fiz inspeção no banco dele, Araucária, logo o Banco Central fechou o banco. O presidente do Banco Central era o Armínio Fraga, “doutor Protógenes, estamos preocupados”, falei “quer arrumar um instrumento para me ajudar, fecha as contas CC5, o senhor acaba com a evasão de divisa, lavagem de dinheiro, estou enxugando gelo”. Qual era a resposta? “Se a gente fizer isso, cai todo o mundo aqui, não dá, faz parte do sistema.” Convidei colegas a ir embora ou se danar comigo, “vou passar urucum no rosto”.

MYLTON SEVERIANO – O que significa passar urucum no rosto?

Vou guerrear, com instrumentos que a lei me permite, falei “vamos pegar um caso de reflexo internacional”. Começamos a investigar um garoto chamado Victor Hugo Nunes, bonito, classe média. Transportava dinheiro do Paraguai e depositava na CC5. Sobrinho de uma senadora do Paraguai. Um dia, transportando 3 milhões e uns quebradinhos, de motocicleta, atravessou pro Brasil, na avenida Kennedy a gente “blum!”. Arrancamos a mochila, cheio de cheque. Engraçado que tinha um disquete já com a compensação do banco. A coisa estava tão sofisticada que, além dos 3 milhões, tinha mais alguns já compensados, colocava no computador e transferia: aquele dinheiro já tava em outro lugar. Que acontece quando prende alguém importante? Gritou imprensa, embaixadora, Parlamento, presidente do Paraguai. Na semana seguinte fecharam as contas CC5. Aí, manter preso o garoto. Tinha o juiz, eu disse “doutor Emerson, ele tem direito a fiança”, e foi a mais alta arbitrada no país. Pedi um milhão. O Emerson falou “você é louco, eu sou juiz novinho”, falei “também sou novo, se a gente não fizer isso não vamos acabar com a lavagem de dinheiro, estão sangrando o país, aperta a caneta aí”. Ele colocou 500 mil reais. A estratégia era saber quem **ia pagar**. Sabia que era alguma autoridade. O garoto foi solto, cheque de quem? Presidente do Banestado. Reinhold Stephanes.

MYLTON SEVERIANO – Atual ministro da agricultura.

Aí comprovei que estava no esquema. Pra se livrarem do problema maior fecham as contas CC5. Permaneci um tempo, porque tentaram, um banqueiro, uns doleiros, me comprar, ofereceram 5 milhões de dólares, e viram que não tinha chance, aí fizeram um plano pra me executar. Minha esposa grávida teve que ir embora, eu andava com quatro colegas fazendo a segurança.

PALMÉRIO DÓRIA – E o caso do Law Kim Chong?

O chinês era poderoso e tinha ligações na Polícia Federal, provavelmente algo ligado a financiamento de campanha, ligações na sociedade paulista. Um mafioso você vai pegar naquela situação mais simples. A complexa é onde ele está preparado. Qual **seria** a espinha dorsal dele?

Contrabando e pirataria, talvez atividades municipais. Aqui, vou bater nele e voltar. Passo cinco anos investigando e busquei a via mais frágil, a corrupção.

MYLTON SEVERIANO – E como se deu?

Estamos com a CPI da Pirataria, o presidente é o deputado Luiz Antônio Medeiros, e me procura, “o Law quer me pagar 2 milhões de dólares pra deixá-lo fora da CPI”. Passei ao plano de pegá-lo naquilo que ele seria frágil, pagamento de propina. O deputado passa a fazer uma ação controlada (é acompanhada pelo Ministério Público e pelo juiz), com um assessor, o Fernando, policial rodoviário, e o Fernando fica com medo. Falei “deputado, não vou perder esse trabalho, haverá um prejuízo grande pra sociedade”, “qual a saída?”, “precisa arrumar outro”, “quem?”, “o senhor”, “eu?”,”sim, você não foi do Partido Comunista? Não foi exilado na Rússia? Tem todos os requisitos pra uma operação de infiltração”, “eu topo”. Firmeza. Falei “o Law não confia em ninguém, chega um momento que tem que estar presente com o dono do negócio, e o senhor é o dono”.

MYLTON SEVERIANO – O Medeiros não ficou nervoso?

Ele foi muito frio. Corajoso. É produzido um encontro em Araraquara. E o deputado, embora nervoso, sai muito bem. O chinês é um iceberg. Entrou, logo tira o paletó, o que sugestiona “não tenho gravador, nada”. O deputado, “não vou tirar meu paletó, ou confia ou pode ir embora”. E cheio de equipamento por baixo.

“Me ofereceram 5 milhões, e viram que não tinha chance, aí fizeram um plano para me executar.”

MYLTON SEVERIANO – É uma casa térrea...

Um hotel. Esse vídeo é fantástico. Um diálogo sugestionado por nós. O Law marca pra entregar o valor num ninho nosso, São Paulo. Você pensa “vai marcar um local de confiança e depois mudar”. É um misto de probabilidades, oportunidades, sorte. Ele indicou o shopping Center Norte, **seria** uma carnificina a prisão dele, **poderia ter** reação. Os guarda-costas dele eram policiais militares, falei “o lugar provável que ele vai trocar, Medeiros, vai ser seu escritório”. O local onde ele mais **confiaria**, “sou o corruptor, vou marcar na casa do corrupto, se for preso levo ele”. Chega no shopping, entrega o dinheiro para o intermediário, o telefone toca e o Medeiros ouve “não vai ser mais no shopping, vai ser no seu escritório”. Saímos batendo carro, chegamos minutos depois do intermediário chegar com o dinheiro. O Law já em fuga. Veio um grupo executar a prisão, uma parte do Rio, uma parte de Florianópolis. Ele é preso entre onze horas e meio-dia. Tava na garagem da rua 25 de Março pra pegar o carro.

MYLTON SEVERIANO – O encontro pra dar dinheiro pro deputado foi que hora?

Meio-dia. Nós tínhamos um informante em frente daquela loja de pedra dele, Brasil Stone, e ligou, “tá atrás da pilastra no estacionamento”, e chegam os nossos, seis, e ele tinha quinze seguranças, sacaram as armas, e ele pergunta “você são policiais de São Paulo?”, “não, diretoria de inteligência de Brasília”, logo percebi”. Engraçado, mas é triste, ele não **aceitaria** traição. A única condenação dele foi por corrupção.

PALMÉRIO DÓRIA – A do Maluf talvez seja a prisão mais emblemática, você pega o político.

Tem uma história pesada, a sociedade paulistana se identifica com o modo político, o “rouba mais faz”. O Ministério Público vai à Polícia Federal em 2001 procurar o delegado que vem de Foz do Iguaçu, “temos um expediente aqui e queremos o delegado Protógenes”. Foi produzido um volume de informações, uma sala de documentos. Pedimos quebra de sigilo bancário internacional. Demorou uns três anos, chegou em 2004. Um marco, nenhum paraíso fiscal manda informação. A Suíça foi a primeira. O marco foi o 11 de setembro de 2001, os atentados. Há uma nova ordem financeira internacional. Ele tem dupla cidadania, brasileiro e libanês. E a cada ano vivia oito ou nove meses no Oriente Médio. Um mês em Paris. E quando chegaram os documentos no início do governo Lula, o Márcio Thomaz Bastos [ministro da Justiça] cria um departamento chamado DRCI [Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional]. Os documentos vieram bagunçados. Fora de ordem, faltando. Quer dizer, um departamento que era para facilitar a recuperação de recursos ilícitos, dificulta. Antes tínhamos contato direto com as autoridades internacionais, hoje vai ter contato com esse departamento. Já entrei em choque. Só tive uma reunião com esse departamento. O diretor hoje advoga para um dos escritórios que advoga para o Daniel Dantas. O dono foi procurador da Fazenda, Madruga; e tinha uma procuradora também, chamada Vani. Na primeira reunião queriam ditar regras e normas na investigação do Maluf. Eu disse “vocês recepcionaram documentos e bagunçaram, vou apurar responsabilidades”. Esse departamento foi criado para dificultar. Comecei a traçar estratégias para prender o Maluf. Descobri o doleiro, Vivaldo Alves. Mexia no fio do telefone dele, mulher, filho, de mais doleiros, “se tiver uma relação de confiança com o Maluf, a primeira pessoa com quem vai gritar é com o patrão”. Não deu outra.

PALMÉRIO DÓRIA – Grampo?

Exatamente. O Flávio Maluf foi quem começou a cair, telefone de uma empresa, se não me engano de alimentação. E o Maluf cai justamente na corrupção. Propina ao doleiro, para mentir na investigação. Só que no grampo também cai a juíza que determina o grampo. Na interceptação, dizia-se “fala com aquela senhora, da segunda vara”, e no dia seguinte tinha um despacho dela obstruindo o trabalho. Falei com o procurador, “vou prender essa mulher”, e ele, com temor, fala para ela. E me disse. Quando ele falou para ela, ela fala para o Maluf. Quer dizer, para o advogado do Maluf, o José Roberto Batocchio. Ela chama o Batocchio no gabinete, à noite. Batocchio sai de lá às dez da noite. No dia seguinte vai à superintendência, pedindo medida cautelar, “quero vistas da interceptação que o senhor está fazendo contra meu cliente”. Olhei para ele, “sinto não poder”. “O senhor vai cumprir sim.” “Não vou! Fale para o seu patrão, e para a doutora Silvia, sua amiga particular, que ela venha ao meu gabinete me obrigar a cumprir essa ordem judicial.” “Vou representar contra o senhor, o senhor é louco.” “Represente muito bem. Se não, vou representar contra o senhor também. Agora, minha representação o Brasil vai conhecer.” Ele saiu louco da vida. E trato de fechar a operação. Já tinha vazado. Mandeí o relatório para ela, pedi a prisão preventiva do Maluf e do Celso Pitta. Ela ficou nervosa.

MYLTON SEVERIANO – Tinha que ser com ela.

Ela pega uma cópia do relatório e entrega para o Batocchio. E o Batocchio chama jornalistas. A Lilian Christofoletti, da Folha de São Paulo, e Fausto Macedo, do Estadão, salvo engano. Dois de confiança, para divulgar. Mandeí recado para o procurador, “fale com a doutora Silvia, ela tem

que decretar a prisão do Maluf, senão vou prendê-la, o nome da senhora está no grampo”. Foi uma agonia para que ela decretasse a prisão. Ela decreta. E sai de férias.

MYLTON SEVERIANO – Decretou de todos que você pediu?

Não. Ela não decreta a do Pitta. Só do Maluf e do filho. Falei “um dia vou buscá-lo”.

WAGNER NABUCO – Mas por que, em geral, o furo é da Globo?

O furo só reconheço se for bom pra sociedade. A Thais Oyama, da Veja, teve um furo que furou meus olhos. Foi a máfia do apito. Ela destruiu um trabalho. E o que mais doeu foi que me disse “sua investigação vai ser matéria de capa e vender 150 mil revistas”. “Thais, descobrimos corrupção, tem jogadores envolvidos, árbitro, dirigente. Tenho consolidada a fraude na arbitragem, não tenho a fraude nos atletas e nos dirigentes.” “Não interessa! Já está fechado.” Quando é na sexta já está na internet. Os bandidos fugiram. Não se pode fazer isso.

PALMÉRIO DÓRIA – Estamos prontos para falar da Satiagraha? Como ela sai do mensalão e vira o que virou?

A origem não é mensalão, é Operação Chacal. A investigação da Parmalat, envolvida em fraude na Itália e no Brasil. Lavagem de dinheiro, evasão de divisas. Investigação presidida pelo delegado Elpídio Nogueira. Ele monta uma estação de trabalho em São Paulo, em 2003, 2004. O Elpídio entra em parafuso, vai para tratamento. E o doutor Paulo [Lacerda, ex-chefe da PF] decidiu ficar em cima da Kroll, junto com a Parmalat, a que a Kroll prestava serviço. E descobre que a Kroll é uma empresa americana de espionagem. Uma estação privada da CIA aqui. Esse volume de dados vai para a diretoria de inteligência, e descobrimos que a Kroll **seria** também um braço de espionagem que servia ao grupo Opportunity, à BrasilTelecom. E nasce uma operação para investigar a Kroll. A Operação Chacal.

MARCOS ZIBORDI – Daí sai o HD do Oppotunity, na verdade cinco.

Não. É um. Ele depois é copiado. Na Chacal, vem junto o grupo Opportunity do Daniel Dantas. Ele usa a Kroll para espionar adversários dele.

WAGNER NABUCO – Gente do governo?

Sim. Gushiken, ministro da Comunicação, o ex-chefe da Casa Civil José Dirceu, presidentes de banco, Fundos de Pensão, Banco Central, Banco do Brasil, ministros... Pra que possa ter um dossiê de todas essas pessoas. Quando a Chacal chegou no Opportunity é que apreende um HD. Estava ligado ao desktop ligado ao banco. Tipo 160 gigas de memória. O juiz determina a apreensão, e quando chega a Brasília já tem um grupo de advogados com decisão judicial para lacrar. O Ministério Público recorre e vai ao TRF [Tribunal Regional Federal] e me parece que o TRF determina que se abra o HD. Aí o Opportunity vai ao STF [Supremo Tribunal Federal] e o STF determina que se lacre.

PALMÉRIO DÓRIA – Ellen Gracie?

Ministra Ellen Gracie. Uma decisão oportunista. O que é que pode ter um HD que a Justiça não possa conhecer, a polícia? E fica uns dois anos parada a investigação. Aí surge o mensalão. Tudo no País, as grandes fraudes, podem ter certeza que não são visíveis de imediato. Mas vai ser visível. A mentira perdura pouco. A verdade é eterna. Igual ao caso Maluf. Com um pedido vagando no espaço, de quebra de sigilo, três anos, e veio tudo. O suficiente para o povo conhecer que houve desvio de dinheiro público, corrupção.

RENATO POMPEU – E ele sumir politicamente.

Esperamos. E, depois do regime militar, foram com muita sede, não de resolver o problema político, mas de se sustentar no poder, e muita sede de se apropriar dos recursos públicos. Muita sede de dinheiro. Estamos presenciando uma construção de valores muito baixa. E se sustenta porque a sociedade parece hipócrita, idiota. Pode parecer, mas não é! Chega um momento que vai exigir. As autoridades honestas, que têm compromisso com essa sociedade, vão fazer valer seu exercício.

RENATO POMPEU – Estávamos na Operação Chacal.

Como é que deslaca o HD? É um país de escândalos, vamos esperar o próximo e vamos abrir o HD. E vem o mensalão. Parte de um grupo pequeno, eles se revezam no poder. Coisa absurda! Não vê agora? Acaba uma eleição municipal e o Lula vai lá sentar com o Serra. Sorrindo, de braço dado.

FERNANDO LAVIERI – Um ato político.

Tem que se conversar com todo o mundo. Mas ali, para mim, é uma ironia com nós eleitores. Com o povo! Vai me desculpar, um desrespeito! Não me sinto feliz em ver aquela cena não! Tipo “você está perdendo o poder, estou ganhando, mas vou te segurar”. Todo o mundo com sorriso irônico, Sérgio Cabral, Serra, Aécio, Hartung, o que é isso? Mas então, abrimos o HD. As personagens são as mesmas. Encontramos os doleiros do mensalão, que servem ao Daniel Dantas, ao Naji Nahas.

WAGNER NABUCO – E que serviram em Minas o Marcos Valério?

Marcos Valério. Eduardo Azeredo. Nasce a Satiagraha. Que **poderia ser** melhor, já pensou? Satiagraha depois das eleições? Que vitória para o país! Só que muita gente **teria** que se mudar daqui. E é aberto o HD numa estratégia do Ministério Público e Polícia Federal, em que é provocado o juiz de primeira instância: o ministro Joaquim Barbosa [STF] manda expedientes para vários Estados para complementar a diligência e a ação judicial que tramitava no Supremo, em que ele era relator. A rigor, ele **deveria concentrar** no Supremo, mas, para otimizar o processo, inteligentemente descentraliza a ação junto a juizes de primeiro grau. Aí, conseguimos provocar a Justiça, e tinha doleiros ali que tinham relação com o Opportunity já no caso Banestado, lá atrás, desde 1997. E conseguimos uma decisão judicial

para que a juíza deslacrasse o HD e permitisse que a Polícia Federal verificasse se tinha algum dado que importasse em crime financeiro envolvendo pessoas do mensalão. Encontramos um volume de dados muito grande e a juíza deu um prazo exíguo para exame, e nós, em trinta dias, identificamos que não tinha, a princípio, nenhum mensaleiro ali, mas um volume de dados que dava conta de uma série de indícios de crime financeiro e lavagem de dinheiro envolvendo muita gente, pessoas físicas e jurídicas.

RENATO POMPEU – A impressão é que o senhor esteve o tempo inteiro investigando o mesmo polvo, cada hora pegando um tentáculo, e um dia vai chegar na cabeça.

Raciocínio perfeito. Sempre cheguei na cabeça, só não deu pra pegar. Tem a dívida externa, que é a coisa mais nojenta que já vi. Aquilo tinha que ser batido e rebatido, sabe? E quem participou está hoje aí. Foi presidente.

FERNANDO LAVIERI – Conta.

PALMÉRIO DÓRIA – Você está falando do Fernando Henrique Cardoso?

Fernando Henrique Cardoso.

PALMÉRIO DÓRIA – Você está falando do Paribas, de como o presidente manipulou e ganhou com isso?

Exatamente. Nossa dívida externa é artificial e eu provei isso na investigação. Houve repulsa minha porque quando era estudante empunhei muita bandeira “Fora FMI”, “Nós não devemos isso”.

MYLTON SEVERIANO – “A dívida já está paga”.

“A dívida já está paga”. E foi muito jato d’água, muita cacetada, muito gás lacrimogêneo, “bando de doido, tem que tomar porrada, pau nesses garotos”. Você cresce achando que era um idiota, não é? Chega um momento que pensa “a dívida foi criada no regime militar, mas a gente precisa pagar”.

FERNANDO LAVIERI – Como você provou isso?

PALMÉRIO DÓRIA – O jogo começou a ser jogado no Ministério da Fazenda?

Sim. Querem essa história?

TODOS – Sim!

Vocês não vão dormir direito. Isso é para maiores de 50 anos. Estamos em 2002, me atravessa as mãos o expediente para um banco francês, “esse banco eu conheço, é sério”. E a suspeita que investigo é fraude com títulos públicos brasileiros, negociados no mercado internacional, títulos da dívida externa. Negociados na década de 1980: o que chama atenção?

MYLTON SEVERIANO – Fim da ditadura.

E transição para o regime civil. José Sarney pega o país em frangalhos, devendo até a alma, sem dinheiro para financiar as contas públicas, muito menos honrar compromissos, a famigerada dívida com o FMI. Havia até o “decrete-se a moratória”. Era o papo nosso, da esquerda, dos estudantes, “não vamos pagar, já levaram tudo”. E o Sarney, o que faz? Bota a mão na manivela e nossos títulos da dívida externa valiam, no mercado internacional, no máximo 20% do valor de face, era negociado na bolsa de Nova York. No paralelo valiam 1%. O que significa? Não passa pela bolsa. Comprei, quero me livrar, então 1% do valor de face, título de um país “à beira de uma convulsão social, ninguém sabe o que vai acontecer com aquele país, um conjunto de raças da pior espécie”: essa, a visão primeiro-mundista, o que representávamos para os banqueiros. Escória. E aqui estávamos, discutindo a reconstrução do país. Vamos dialogar, botar os partidos para funcionar, eleições, e o Sarney tendo que dar uma solução. Fecha a manivela e toca a jogar título no mercado de Nova York. Cada título que valia 10%, 15%, mandava dinheiro aqui para dentro. Seis anos depois, o mercado financeiro internacional detectou que no Brasil **haveria** [a] [dn] [x-] desordem, até guerra civil, e eles não **iam receber** o que tinham colocado aqui com a compra dos papéis podres, queriam receber mesmo os 15%. E fazem uma regrinha de três e colocam para o Banco Central: “Você vai instituir uma norma, os títulos da dívida externa brasileira adquiridos no mercado financeiro internacional, no nacional poderão ser convertidos junto ao Banco Central pelo valor de face desde que esse dinheiro seja investido em empresas brasileiras.” Bacana, não? Se funcionasse como ficou estabelecido, nosso país **seria** uma potência, não? Ainda que uma norma perfeita, acho um critério não normal, não é? Não é moralmente ético eu comprar um título por 15% e ter um lucro de 100%, em tão pouco tempo. Mas enquanto regra de mercado financeiro tenho de admitir que sou devedor. Se vendi a 15%, na bolsa, assumi o risco de, no futuro, o lucro ser maior para o credor. Tenho que pagar. Foi assim que foi feito? Não. Será que o grupo Votorantim recebeu algum dinheiro convertido? Alguma outra empresa nacional do porte recebeu? Não. O que o sistema montou? Uma grande operação em determinado período para sangrar as reservas do país, e ainda tinha as cartas de intenção, que diziam “se você não me pagar posso explorar o subsolo de 50 mil quilômetros da Amazônia”.

WAGNER NABUCO – Era a fiança?

Sim. Então me deparo com um banco, o Paribas, hoje BNP-Paribas que se uniu ao National de Paris. Com três diretores, em São Paulo, e dois outros, mais um contador que foi assassinado e um laranja que se chamava Alberto. O banco adquire esses títulos, no valor de 20 milhões de dólares, não é? E converte no Banco Central e aplica em empresas brasileiras, empresas-laranja. Comprou no paralelo a 1%, eram 200 mil dólares, e converteu a 20 milhões de dólares aqui no Brasil e colocou nessa empresa-laranja...

MYLTON SEVERIANO – Empresa de quê?

De participações. Chamava-se Alberto Participações, com capital social de 10 mil reais. Já tem coisa errada. Como uma empresa com capital de 10 mil reais pode receber um investimento estrangeiro da ordem de 20 milhões? Cadê o patrimônio da empresa? Como é que o Banco Central aprova? Mando pegar o processo. Ela investiu, vamos ver aonde o dinheiro vai. Converteu os 20 milhões e ao longo de doze meses o dinheiro é sacado mensalmente na boca do

caixa em uma conta e convertido no dólar paralelo e enviado para a matriz em Paris. Eu digo “Banco Central, me dá o processo do Paribas”. Aí não consigo, quem consegue é o procurador que trabalhava comigo, Luiz Francisco. Consegue e remete pra mim em São Paulo. Vejo que no Banco Central houve uma briga interna pela conversão. Os técnicos se indignaram, e indeferiram. Aí houve uma gestão forte para que houvesse a conversão. De quem? Do ministro da fazenda. Que era quem?

MYLTON SEVERIANO – Fernando.

MARCOS ZIBORDI – Henrique.

MYLTON SEVERIANO – Cardoso.

Tento localizar os banqueiros. Todos fugiram. Os franceses todos. O contador, assassinado. O laranja Alberto morreu de morte natural, assim falam no Líbano, onde ele morreu. E me sobra a sócia dele, uma senhora chamada Célia. Morava na Avenida São Luís. Ah, é? Um foi embora, outro fugiu, outro morreu, outro foi assassinado: querem brincar com a Polícia Federal? Com a dívida externa do Brasil? Descubro essa sem-vergonhice, essa patranha, essa picaretagem de fundo de quintal que acontecia enquanto nós estudantes lutávamos, dizíamos que a dívida externa não existia, e, de fato, parte dela era artificial. A coisa é grave, vamos fazer uma continha, nós contribuintes, que cremos que existe uma ordem no país. Títulos que adquiri por 200 mil, converti no Brasil os 20 milhões de dólares, quanto tive de lucro? 19 milhões e 800 mil. Vamos fazer essa continha para vocês dormir direito hoje. Esses 19 milhões mandei para minha matriz, o papel está na minha mão ainda, porque dizia o seguinte a norma do Banco Central: ao converter esse título, invista em empresa brasileira, e ao final de doze anos “Brasil, mostre a sua cara e me pague aqui, você me deve, pois sou credor dessa nota promissória chamada título da dívida externa brasileira”. Está na lei. Bota aí. Soma 20 milhões com 19 milhões e 800 mil: 39 milhões e 800 mil. Nós devemos isso aí? E mais, o que pedi? Que o juiz bloqueasse o título do Paribas, não pagasse, indiquei os diretores. Por quê? Porque estava se aproximando o final dos doze anos, o título estava vencendo e tínhamos que pagar. Pedi que o Banco Central enviasse cópia de todos os processos de conversão da dívida externa brasileira pra mim. Estou esperando até hoje. Sabe o que o Banco Central falou? “O departamento não existe, nunca existiu, era feito por uma seção aleatoriamente lá no Banco Central.” Então nós não devemos esse montante de milhões que cobram.

RENATO POMPEU – Só não entendi o que o Fernando Henrique Cardoso ganhou com isso.

Calma, calma. Sobrou uma para contar a história. A Célia da Avenida São Luís. A mulher de verdade. Era companheira do Alberto, ex-embaixador do Brasil no Líbano. Quando estourou a guerra ele fugiu e viveu na França, estudando na Sorbonne. Quem ele conhece lá?

MYLTON SEVERIANO – Fernandinho.

Colegas de faculdade. A Célia, marquei depoimento numa quinta, véspera de feriado, às seis da tarde na superintendência da Polícia Federal. Uma morena bonita, quase 60 anos, me disse que tinha sido miss, modelo, era sócia nessa empresa, tinha tipo 1%. Furiosa, “que absurdo, véspera de feriado, perder meus negócios, engarrafamento”. Já estava gritando no corredor. Dei um

molho de uns trinta minutos até ela se acalmar. Pensei “essa mulher está furiosa e tem culpa no cartório”. Falei “obrigado por ter vindo”, e ela “obrigado nada, o senhor é indelicado, desumano, sou dona de uma indústria de sorvetes, e me chama numa hora importante porque tenho que distribuir sorvete, é feriado, o senhor não tem coração”. No meio da esculhambação, digo “tenho que cumprir meu dever, sou funcionário público”, e ela “aposto que é o caso daquele Paribas, não sei por que ficam me chamando, e tem mais, fui companheira do Alberto, e ele foi muito mais brasileiro que muita gente. Era digno, honesto, ficam manchando a alma dele. Eu ajudei ele até o fim da vida, inclusive sustentei parte da família dele”. Percebi que não sabia a verdade, ela disse “ele morreu pobre, ficou esperando a conversão dessa dívida que nunca houve”. Detalhe: na quebra de sigilo bancário encontrei um cheque do Alberto que ele recebeu, 64 milhões, na boca do caixa do banco Safra. E ele transfere as cotas para uma empresa criada pelo Paribas em nome dos diretores.

MYLTON SEVERIANO – No Brasil?

Já é um Paribas do Brasil. Transfere para a subsidiária, e os diretores começam a sacar. O primeiro que recebe é ele, valor equivalente a 5%. E ela disse “ele não recebeu a comissão dele que era de 5%”. Bateu! Tranquei o gabinete, falei “vou mostrar um documento, mas se disser que mostrei, prendo a senhora”, era a cópia do cheque, com assinatura e data. A mulher começou a chorar. “Desgraçado. Que o inferno o acolha!” Ela disse “tenho muito documento na minha casa”. Se fizesse pedido de busca e apreensão **chamaria** atenção da Justiça, **teria** um indeferimento. Essa investigação estava sendo arrastada. Fiz uma busca e apreensão ao inverso, “a senhora permite que selecione o que quero?”, ela disse “perfeito”. Naquela véspera de feriado, peguei dois agentes, contrariando colegas que queriam ir embora...

MYLTON SEVERIANO – Qual o ano?

2002. Saímos de lá de madrugada, era um apartamento antigo, magnífico. Ela chorando, “desgraçado, até comida na boca eu dei”. Ela me dá uma agenda, “aqui parecia o Banco Central, eu atendia o doutor Alberto, da área internacional”. Encontrei documentos, agendas que vinculavam ele ao Armínio Fraga, ao Fernando Henrique, inclusive uma carta manuscrita, não vou falar de quem, depois confirmada, ela falou “levei esse presente, pessoalmente, até a casa do Fernando”. Mandeí documentos para perícia. Na época era eleição do Fernando Henrique.

RENATO POMPEU – Não, do Lula.

Isso. Lula venceu contra Serra. Fernando Henrique era presidente.

RENATO POMPEU – Ele recebeu dinheiro então?

Vamos pegar a linha do tempo. Ele sai de ministro da Fazenda e vira presidente. O gerente da área internacional que dá o parecer no processo, quem era? Armínio Fraga. Que presidiu o Banco Central. Essa investigação não sei que fim deu. Pedi ao Banco Central o bloqueio de todos os títulos da dívida externa brasileira que foram convertidos. E pedi cópia de todos os processos de conversão junto ao Banco Central para investigação.

RENATO POMPEU – Saiu na mídia?

Em parte, mas foi abafado. Quem conseguiu publicar foi, se não me engano, a Época.

PALMÉRIO DÓRIA – Citando Fernando Henrique?

Não, não citou. A reportagem era “Fraude à francesa”. Essa investigação surge da denúncia de um advogado, Marcos Davi de Figueiredo. Ele sofre uma pressão implacável dentro do banco. A Célia passa a ser ameaçada, logo que presta depoimento entregando tudo. Inclusive os escritórios que deram suporte a essa operação, um do Pinheiro Neto, e ela diz que sofria ameaça do próprio Pinheiro Neto. O procurador foi o doutor Kleber Uemura.

MARCOS ZIBORDI – É a última notícia?

Sim. Parece que ele tinha conseguido a quebra de sigilo bancário. Depois o dinheiro saiu no mercado paralelo e entraram grandes empresas com esquemas de saída de dinheiro. Tinha a Cotia Trading, que tinha uma coisa com a Volkswagen. Entra gente muito poderosa no esquema. Pedi a quebra de sigilo de todas as pessoas que participaram da fraude. E o Kleber conseguiu, aí não acompanhei mais. O Tribunal Federal deu a decisão de que era para não ter quebra de sigilo, era a juíza, salvo engano, Sylvia Steiner. Dá decisão favorável ao banco. Meses depois é nomeada juíza do Tribunal Penal Internacional pelo...

RENATO POMPEU – ...excelentíssimo presidente da República.

MYLTON SEVERIANO – Que história, hein?

PALMÉRIO DÓRIA -Vamos para a Satiagraha?

Quer chegar lá? É muita picaretagem. E feito por uma minoria e estão aí de braço dado. Se você bater de frente é uma força desigual. É quebrada uma conta estratégica. Vislumbramos indício de crimes financeiros. A juíza tinha que determinar a abertura de nova investigação.

MARCOS ZIBORDI – Esse pedido não é feito pelo senhor.

Exatamente: polícia **chamava** atenção. Então, Ministério Público. Passamos a analisar aquele HD. Começam a se estruturar dois grupos de trabalho, um em torno do delegado Elzio Vicente. Começo a sobrecarregá-lo com demandas, ele não suporta, investigar o Daniel Dantas é coisa pesada. E ele se apresenta para o senhor Paulo e diz “não estou conseguindo acompanhar o Queiroz”. Fico só com a investigação, com uma condição, que o doutor Paulo ficasse até o final do governo Lula. Digo: “Por uma razão: se o senhor não ficar, essa investigação para.” Ele disse “tenho compromisso com o presidente de permanecer”. Eu disse “essa investigação para no dia seguinte que o senhor sair”. É complexa a capilaridade que o Daniel Dantas tem ao longo desses 20 anos, desde o Fernando Henrique. Só para terem noção, ele tem uma empresa de exploração de mineração, MG4, que tem mil concessões de exploração de solo urbano. É necessário você ter uma força muito grande dentro do governo. Eles já estavam ofertando a empresa lá fora, no Oriente Médio. O intermediário era o Naji Nahas. Isso significa vender nosso país in natura.

“No STJ estava tranquilo. Estruturamos a segunda prisão. Mas não pensávamos que o STF iria contrariar a opinião pública, todas as regras jurídicas, todas as processuais.”

FERNANDO LAVIERI – Não basta poder financeiro, tem que ter poder político.

Exatamente. Ele tem muita gente na mão. E denuncia, a todo tempo, que se acontecer qualquer coisa com ele, ele fala. Uma pessoa falou: “Protógenes, se o Daniel Dantas falar, eu prefiro que ele fique preso.”

PALMÉRIO DÓRIA – Houve um momento em que ele disse “vou falar”?

Ele disse que **ia falar** quando da segunda prisão. Tinha certeza que **iria ser** solto.

WAGNER NABUCO – Você imaginava que **seria** solto?

Sim, mas não tão rápido.

PALMÉRIO DÓRIA – Até porque tinha gravado que “lá em cima” ele **resolvia**.

Exatamente. No STJ estava tranquilo. Estruturamos a segunda prisão. Mas não pensávamos que o STF **iria contrariar** toda a opinião pública, todas as regras jurídicas, todas as normas processuais.

MYLTON SEVERIANO – Vocês não esperavam que ele pudesse ter tanta força política?

Não. E é um poder sem precedentes. Foram sucessivos atos que dão conta de que ele é uma pessoa muito poderosa e que esse poder **viria** com uma velocidade e uma força que se **moveria** contra quem quer se opusesse a esse grupo.

PALMÉRIO DÓRIA – Não era marolinha, era tsunami.

Tsunami. E era o poder de um grupo. Ele representa um grupo, interesses, determinado segmento bem solidificado durante a redemocratização, que construiu um poder criminoso. Seria o PC [Paulo César Farias, homem forte de Fernando Collor] que deu certo.

WAGNER NABUCO – Na segunda prisão você disse que ele **abriria** o jogo.

Estávamos indo na viatura. Ele me fala olhando com respeito. Muita frieza. Ele é frio. No início a mídia foi avassaladora contra, com velocidade, peso nas manchetes. Eu tinha falado “o senhor tem a grande mídia nas mãos, porque financia; agora, não use contra esse trabalho, nem contra mim, porque um dia pode se voltar contra o senhor. A grande mídia pode fomentar mentira por alguns dias, mas uma hora a opinião pública fica saturada. Isso um dia para”. Ele pergunta se tenho prova e digo “sim, está na investigação”. Ele: “O senhor está enganado, eu não financio.” Com frieza, calma. Na segunda prisão peguei os periódicos e coloquei em cima da mesa. Tinha um jornal, ou revista, que publicou matéria contra ele e coloquei no meio. Ele entrou, olhou a mesa de jornais. Quando identificou aquela lá, pergunta: “Quem é que fabricou isso aqui?” Aí ele confessou. Deu certo a estratégia. Mas não vou dizer quem fez a matéria.

PALMÉRIO DÓRIA – A política chegou a ponto tal, de repente você votou no Lula, e batendo boca com o governo.

Não só votei no Lula como ajudei na construção do partido dele no Rio.

PALMÉRIO DÓRIA – De repente ele batendo boca com você.

O primeiro sentimento foi o de servidor público, teria que cumprir uma ordem presidencial. E me otimizei para concluir a investigação, e consegui a primeira parte. Diz respeito ao crime de corrupção ativa, e de gestão fraudulenta, salvo engano por corrupção ativa que vai ser condenado.

MYLTON SEVERIANO – Mas não ficou para a opinião pública que você foi afastado?

Esse é o meu sentimento como servidor público. Ele pediu que entregasse o relatório de forma pública. E externei meu sentimento como cidadão. Se vocês pararem nas minhas primeiras declarações, quando entrego o relatório, lembro como cidadão dos meus primeiros passos na democracia, lembrar de quando estava na Diretas-Já, tava no palanque desde Fernando Henrique até o presidente Lula, com Brizola, Ulysses Guimarães. O saudoso Tancredo Neves fez falta e ainda faz. E eu tô lá. Todo o mundo ovacionado, aqueles discursos, e o que mais me chamou atenção foi o Sobral Pinto – que leva o nome na minha turma de Direito -, o discurso dele se resume a uma frase: “No Brasil, o que mais temos que respeitar é o artigo 1º da Constituição Federal do Brasil: Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido.” Acabou. Então, externei, como cidadão, que o poder vinha do povo. E eu tava obedecendo ao presidente, mas originariamente ao povo, que estava esperando minha conduta.

WAGNER NABUCO – Você conhece o Lula?

Eu o cumprimentei uma vez, no gabinete, num evento. Tive impressão de pessoa honesta, correta, origem humilde, e externa esse sentimento, chegou como chefe de uma importante nação com apoio popular. Mas durante a gestão, a grande dificuldade **seria**, nós estranhamos, em determinadas composições políticas, posturas, mesmo companheiros que traíram aqueles propósitos originais da causa operária, da causa social, de apoio aos movimentos sociais, de retribuição de todo aquele conhecimento que tinha do passado, de aplicar isso no presente.

PALMÉRIO DÓRIA – Engraçado, muitos desses companheiros são homens do Dantas hoje.

Não **diria** homens do Dantas.

PALMÉRIO DÓRIA - Do poder, e próximos dele.

Homens do poder, e não só do Dantas. Daniel Dantas representa um poder ainda invisível. É visível à medida que começamos a aprofundar a investigação. Ou até num debate público, aí as pessoas começam a se revelar. Marx dizia “os quadros da sociedade começam a se revelar através de um processo público em que as pessoas se posicionam”. Alguns com um ideal, outros com outro ideal. Às vezes me dizem “estão criticando a Satiagraha, a verdade é que foi um sucesso, pautou-se pela lei, pelas regras do direito penal brasileiro, pela Lei de Crimes Contra o Sistema

Financeiro Brasileiro. Tanto que vamos ter uma condenação em breve. Significa que o resultado das investigações foi legal.

PALMÉRIO DÓRIA – A gente vê tentativas pra desautorizar. A Veja inventou o grampo telefônico sem áudio. A outra é você ter apelado para a Abin.

Por que o auxílio da Abin? Eu estava fragilizado em recursos humanos, com uma operação gigantesca dessa **precisaria** uns 50 policiais. Me deixaram com cinco. Sobraram quatro até deflagrar a operação. Pensei que fosse uma situação de transição de um diretor para outro, depois percebi que não, era uma orquestração para me tirar todo suporte, para paralisar a operação. Você quer aniquilar o inimigo, acabe com seu suprimento, até pão com manteiga. Falei “tenho que ultrapassar esse obstáculo”. Recorri ao sistema ao qual pertenço, Sistema Brasileiro de Inteligência.

MYLTON SEVERIANO – Achou um flanco legal.

Sim. Tá em lei. Aqui [tira da bolsa a lei 9.883/99, para ler o parágrafo 2o do decreto 4.366/02, que a regulamenta]. Eles fazem a polêmica e não falam da lei. Não mostram à população. Numa simples leitura você entende: “O Sistema Brasileiro de Inteligência é responsável pelo processo de obtenção e análise de dados e informações, e pela produção e difusão de conhecimento necessário do processo decisório do Poder Executivo e em especial no tocante à segurança da sociedade e do Estado, bem como à salvaguarda de assuntos sigilosos do interesse nacional.” A Operação Satiagraha está mais para a segurança de Estado que pra sociedade. É para os dois, um misto. O que é o processo de obtenção e análise de informações? Vigilância eletrônica, convencional, ou seja, fotografar, filmar, gravar, investigar. Constituem o Sistema Brasileiro de Inteligência: Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública; Departamento de Polícia Rodoviária Federal; e Coordenação de Inteligência da Polícia Federal. Hoje não é mais Coordenação, é Diretoria. Quem pertence? O Protógenes. Então eu estava autorizado por lei a chamar os colegas da Abin. Além disso, a rotina é trocar informações com outros órgãos, inteligência militar: Marinha, Exército, Aeronáutica; Abin, Receita Federal. Até um simples telefonema – uma rasurada num papel de pão, nós consideramos uma informação.

BRUNO VERSOLATO – Há uma informação que um emissário ou assistente do Gilmar Mendes [ministro e atual presidente do Supremo Tribunal Federal] jantou com um advogado do Dantas num restaurante japonês em Brasília. Na véspera da decisão do habeas corpus. Houve esse jantar?

O fato está sendo investigado pelo Ministério Público federal, não posso fornecer informações.

RENATO POMPEU – Entendi mal ou é possível elaborar uma lista de jornalistas que receberam dinheiro de Daniel Dantas?

Não **diria** que receberam, na investigação aparecem alguns. Não preciso mencionar, está nos relatórios.

RENATO POMPEU – O relatório remete para um anexo. E não tivemos acesso

Você tem uma rede de jornalistas que abasteciam Daniel Dantas ou faziam manifestação de mídia a favor dele, favoreciam negócios dele no presente, ou até mesmo projetos futuros.

RENATO POMPEU – Nós podemos ter acesso a esse documento? A lei permite, não?

Acredito que logo isso vai vir a público. Entendo que o Congresso tem que rever isso. Que o Supremo **deveria liberar** esses dados, ali estão nossos representantes. O povo tem que conhecer, não são dados privados. São públicos, mexeu com recurso público, com nosso dinheiro. Não quero saber justamente dos dados da vida privada da pessoa. Isso tem que ser preservado, a intimidade. Agora, onde tem fraude, temos que conhecer. Acho que vocês da imprensa têm um grande papel. Bater: o dado que tenha fraude, desvio de recurso público, embora captados em investigação sigilosa, temos que reverter, têm que ser de conhecimento público.

PALMÉRIO DÓRIA – A bancada do Dantas compreende quantos deputados, senadores?

O termômetro da bancada do Daniel Dantas no Congresso é o comportamento desses parlamentares no caso Satiagraha. É só ir atrás. Era legal vocês da mídia fazerem um placar. Deputado tal se manifestou. Marca um xis. E na eleição botar elegermos esse povo novamente.

“Para a cadeia ele VAI. Condenado. Em um primeiro momento. Agora, mantê-lo na cadeia depende de nós.”

AMANCIO CHIODI – As polícias estaduais reclamam que prendem e os juízes soltam. Na instância federal também é assim?

Não culpo assim, a polícia prende e a Justiça solta. Às vezes, um acusado é solto por deficiência legislativa. As nossas leis processuais protegem o bandido!

WAGNER NABUCO – O Dantas pode sair ileso? Ou ir para a cadeia?

Para a cadeia ele vai. Condenado. Em um primeiro momento. Agora, mantê-lo na cadeia depende de nós. Depende do povo.

MARCOS ZIBORDI - Não depende do judiciário?

Não. No judiciário ele sai no dia seguinte.

MYLTON SEVERIANO – O que você sentiu quando ele saiu livre duas vezes em menos de 48 horas?

Senti vontade de prendê-lo a terceira vez. Quase que o prendi. Tinha um fato para poder prendê-lo, mas **iria criar** uma crise. Já tinha manifestação em frente ao Supremo Tribunal Federal, membros dos três poderes um acusando o outro, determinado grupo político querendo criar uma nova situação, um passo atrás.

FERNANDO LAVIERI – Mas não **seria** bom uma virada de mesa?

Não. Eu não sou da teoria de quanto pior melhor. Para mim, quanto pior, pior. Esse quanto pior melhor eu aprendi com 14, 15 anos. Hoje vivemos no século 21: quanto pior, pior.

## **Anexo B - Entrevista 2 (E2)**

Qual é a origem de Cecílio do Rego Almeida?

Eu tive um grande pai. Ele nasceu em 1891 e morreu em 1987: Raymundo Ramos da Costa Almeida. A história dele está neste livreco que eu te dou, feito pelo meu irmão Carlos do Rego Almeida. O livreto conta a história de uma família pobre, mas que sempre teve honra. Aqui você terá uma ideia de quem foi meu pai, um homem de simplicidade extrema, mas que me passou e a todos os seus filhos coisas sábias. Como, por exemplo: o homem só é um verdadeiro homem quando é leal e digno com sua família, leal e digno com seus amigos e leal e digno com os menos favorecidos. Eu considero esse pensamento profundo. Aqui, então, tem a história dele, de uma família que sai de Pernambuco para o Pará, no início do surto da borracha. Então, em vez de eu ficar lendo, é mais fácil o senhor extrair o que quiser daqui...

O senhor é paraense?

Sou paraense, nascido em Óbidos. Vim com 2 anos para Curitiba. Éramos em sete irmãos – três morreram. Um deles, que era um ano e oito meses mais velho do que eu, foi um dos maiores médicos de toda a história do Paraná, chamado Félix do Rego Almeida. Ele fez para mais de 40.000 operações e sempre na Santa Casa de Misericórdia. Ele atendia de quarenta a cinquenta pessoas por dia.

Seu pai fazia o quê?

Meu pai foi carteiro. Minha mãe era dona de casa, aliás, ótima dona de casa. Aqui, a fotografia de um amigo dele dos Correios, João Malta de Albuquerque Maranhão. Esse João veio antes, com onze filhos. Como era muito amigo do meu pai, escreveu uma carta para que sáísse do Norte porque em cem anos a nossa família não **teria** a oportunidade que o Sul dava. Então, viemos e ficamos hospedados na casa dele, em Curitiba. E hoje essa família é como se fosse minha família, e minha família é como se fosse a família Albuquerque Maranhão.

E como foi a sua trajetória pessoal?

Fui uma criança pobre que procurou estudar, e estudar à noite, que começou a trabalhar de uma forma que parecia que eu estava no século 16, porque eu fazia bueiros de pedra: fazia uma base, fazia dois muros de pedra que em cima também era coberto de pedras enormes. Naquela época, o tubo de concreto era muito caro. De Curitiba a Paranaguá tem uma série muito grande ainda de bueiros de pedra. Eu trabalhei muito. E percebi que **ia levar** uns trezentos anos para ser rico se continuasse a fazer bueiros de pedra. Então, passei a fazer de concreto. Saímos da Idade Média para o século 20. Foi aí que comprei betoneiras. Os operários, eu vinha buscá-los aqui no albergue noturno. Meu transporte era um caminhão Hércules diesel 1942, que eu mesmo guiava e servia pra tudo. Bem, em 1949 eu entrei na Escola de Engenharia, quando ela foi federalizada e

virou pública. E entrei um ano atrasado porque antes o ensino era pago e não tinha condição de pagar – todos ajudávamos em casa. Fiz o primeiro ano, o segundo, o terceiro. No terceiro, o professor de geologia era dono da maior empresa de engenharia do Paraná. Eu não colava, era um cê-dê-efe, cu-de-ferro. E geologia era matéria que os outros colavam. E o professor sabe quando é colado e quando não é. Duas pessoas não colavam: eu e o filho de um padeiro, Roberto Brandão. No fim do ano ou no começo do ano seguinte, esse professor me chamou para me entrevistar. Ele disse que tinha uma vaga, mas duas pessoas – eu e o Roberto, que era meu amigo. Eu disse: “Olha, professor, vamos fazer da seguinte maneira: chama o Roberto porque ele está mais na merda do que eu, então é merecedor disso, mas eu **gostaria** que o senhor guardasse uma vaga para mim também, no futuro. Para meu espanto, ele me chamou. Não fiz nada de errado, o Roberto é meu amigo até hoje. Estou há cinqüenta anos construindo no Brasil e tenho uma comenda por nunca ter sofrido penalidade ética alguma durante cinqüenta anos.

Vamos seguir a linha do tempo. Como era tratar, durante o regime militar, essa questão de obras, que naquela época servia à propaganda oficial do governo, da Transamazônica, do lema “País que vai pra frente”? Gostaria que o senhor fizesse uma análise desse período.

Vou te responder: entendo que foi uma ditadura, mas a mais leve das ditaduras. Hoje existe uma ditadura do PT mais forte do que a dos militares. Se você pegar o primeiro marechal, o Castelo Branco, esse homem foi um grande estadista. De total probidade. Levou gênios para o seu governo, como o Roberto Campos, o Bulhões. Só esses dois nomes transformaram o Brasil. Peguei obras nesse governo Castelo Branco. Eram concorrências. O Costa e Silva durou muito pouco tempo. Em seguida entrou o Garrastazu Médici. Eu sei que foi um governo duro. Houve mortes – houve um negócio lá no Norte do Brasil – que eu condeno. Mataram o Herzog durante o regime militar, mas na época ficava tudo na base do ouvi dizer (que foram os militares). Igual ao que faz hoje esse relator da CPI da Terra, que fica só na base do que ouve dizer, do que está nos jornais.

Bem, mas no Médici houve muita obra, trabalhamos muito. Ele tinha um grande ministro a quem chamavam de ladrão, o Andreazza. Um absurdo o que fizeram com esse homem. Ele morreu pobre, de câncer, e a família não tinha dinheiro para enterrá-lo. Fui um dos empreiteiros que deram dinheiro. Nunca houve a menor corrupção nossa com o Andreazza. Uma coisa fantástica: você ganhava dinheiro e obras e tudo sem ter de pagar corrupção.

Como se faz a cabeça do empreiteiro para aceitar o esquema do caixa 2, a corrupção, o financiamento de campanha? É na base do, se não der, não participa?

Depois da lei 8.666, e mesmo antes dela, havia a concorrência. São os atestados que a pessoa tem. Daí inventam tudo quanto é manobra para tirar esse, pôr aquele. É inventada a manobra. Quem criou isso muito foi o genro do Antônio Carlos Magalhães, que é meu inimigo, um grande filho da puta chamado César Mata Pires. Ele inventou a coisa mais fantástica. Inventou franchising de balcões de corrupção. Conseguiu trezentas emendas no Congresso Nacional para obras dele. E eu destruí essa boca dele, fui eu.

Como o senhor briga num caso desses?

Eu sabia que ele tinha um homem no exterior, o Raul Gigante. E contratei policiais aposentados da Scotland Yard que filmaram o homem dele viajando de helicóptero para a França, para a Suíça. No dia em que ele veio para o Brasil com a mulher, fui avisado que eles estavam nos bancos 2A e 2B da British Airways. A Polícia Federal foi avisada e prenderam o cara com uma vasta documentação. Fiz isso porque ele foi muito filho da puta comigo. Eu pedi concordata em 1998 por causa desse César Mata Pires, mancomunado com a Sônia Alves, uma jornalista do *Jornal da Tarde*, de São Paulo. Houve um acerto com a Receita Federal e sai nesse jornal: “CR Almeida arromba os cofres públicos: 578 milhões de dólares”.

Dias antes, houve uma fiscalização da Receita, que me multou em 178 milhões de dólares. Era tão cretina a multa que, no primeiro requerimento administrativo ao próprio filho da puta que era da Receita Federal, baixaram 100 milhões de dólares. Isso foi de 1993 para 1994. Eu tinha ido para a China, nós montamos negócio na China, depois descemos para a África do Sul, porque minha mulher queria conhecer uma reserva de lá. Tive a notícia em Joanesburgo e, quando cheguei no Brasil, dei ordens para o presidente da empresa: “Peça concordata amanhã cedo. Senão, nós quebramos”.

Eu sabia que **ia quebrar**. E agora, há pouco tempo, desses 178 milhões sobram 2 milhões que nós estamos brigando no Conselho de Contribuintes. Não é o fim do mundo? Não pode ficar parado, tem que sair pra briga, tem que sair pra quebrar as pernas. Esse é o jogo.

E quando muda o governante muda o jogo?

Muda e não muda.

Vamos continuar, então, passeando pelos governos, estávamos no governo Figueiredo...

Bom, eu quero elogiar os governos da revolução. Agora, sou altamente conceituado no meio empresarial de empreiteiros do Brasil. Minha palavra vale, meu nome é respeitado, nunca houve um caso de entregar alguém. O único caso que houve foi o desse vagabundo, desse genro do Antônio Carlos Magalhães. No governo Collor fui investigado pela CPI dos Empreiteiros, inventada pelo Jarbas Passarinho, tenho documento disso.

E o que se fala do governo Collor aconteceu mesmo?

Aconteceu. E o mais digno deles era o PC Farias, um homem que tinha palavra. O resto era merda.

Muitos falavam em nome do presidente Collor para se beneficiar?

Alguns apareciam, como esse Edegar Cid Ferreira, esse ladrão do Banco Santos. Ele era ladrão lá atrás. E outros. Tem o episódio de um merda que chegou lá bonito, arrumado, e veio cobrar um percentual de um dinheiro que estava recebendo no governo Collor de obra que tinha sido feita no governo anterior. E o cara queria um percentual alto. Eu estava armado, revólver. Porque eu tinha briga com esse César Mata Pires. Daí o cara disse: “Estou aqui, não sei se você recebeu a fatura”. Eu disse: “Sim, recebemos”. “Não, é que eu tenho um percentual.” Aí eu disse: “Tenho

só uma pergunta a lhe fazer: o senhor comeu merda hoje, não foi?” O cara era maior que eu. “Como?” “O senhor, estou perguntando, comeu merda hoje, merda, cocô?” O cara não sabia o que fazer. E eu: “Está me achando com cara de que, seu filho da puta! Você vem ao meu apartamento me dizer uma merda dessa, seu cretino!”. “Não, o PC, não sei que” Bem, o cara percebeu que eu estava armado e afinou.

Quem era o sujeito?

Morreu já. Era um baiano que tinha uma companhia de transporte coletivo em Salvador. Eu liguei e o PC disse: “Não, o cara é meu amigo”. Eu disse: “Mas esse filho da puta, na minha frente, e eu com a mão no revólver, esse filho de uma puta quer esse percentual”. E o PC disse: “Não foi isso que eu disse a ele”. Eu disse: “Quanto?” O PC disse: ‘A metade’.

Normalmente, quanto é a comissão?

Esse César Mata Pires paga qualquer comissão. Porque ele rouba, né? Ele foi contratado para fazer o rebaixamento da calha do rio Tietê e não fez. Ele mentiu na topografia. Deu uma enchente e morreram catorze pessoas. Ele topa qualquer negócio. É um porco. Das empreiteiras, é o que destoa, ele destoa dos outros. Porque, se você pegar a Camargo Corres, o Sebastião Camargo é um cara fantástico, meu amigo, eu ia lá pedir conselho para ele, é bem mais velho do que eu; o pessoal da Andrade Gutierrez, corretíssimo; CBPO, pessoal de primeiro mundo em São Paulo; o Lacombe, que já morreu, era corretíssimo. Todos honram o que falam.

Normalmente, quanto é a bola?

Não, isso eu não vou dizer.

E no governo do PT houve alguma mudança?

Não sei se existe porque eles não fizeram nada. Dois anos de governo sem nada, nada foi feito. Então não posso falar. E dessas obras futuras nem posso dizer porque nem saíram os editais. Mas acho que, com as parcerias público-privadas, a corrupção em obras no Brasil virou a página. Porque, na PPP, você é que entra com o dinheiro. O governo dá a concessão. Veja a nossa obra na Imigrantes. Ela consumiu 400 milhões de dólares, sem um único centavo do governo – zero. O trabalho principal foi o ambiente, uma coisa fantástica. Recebeu prêmios no estrangeiro. Você constrói para ser o dono, então isso vai sanar esse aspecto. Vai estimular a competição entre as empreiteiras.

E não vai acirrar o ânimo entre vocês?

Não. Vai ter para todos. E você não estará fazendo obras para o governo, mas para você mesmo. Você vai ter a concessão por vinte, 25 anos, vai fazer o melhor tipo de obra com o menor custo ao longo do tempo, não é isso? Senão, você perde dinheiro. Porque daí o panaca que passa de carro paga o pedágio. Também tem casos em que a gente paga uma taxa ao governo.

Com as terras do Pará o senhor **faria** parceria?

Eu tenho 75 anos de idade. Faz dez anos que comprei essa merda lá no Pará. Você acha que uma pessoa que construiu estradas, ferrovias, barragens, túneis, portos, aeroportos pode pensar em querer fazer uma grilagem na terra em que nasceu? Isso, qualquer cabeça sã não aceita, é impossível que venha a ser acusado de perseguir ribeirinhos ou índios. Só uma montagem feita pelo procurador da República do Pará, chamado Felício Ponte, que há dez anos não faz outra coisa a não ser perseguir a nossa empresa. Esse Felício Ponte se julga um vice-rei da Amazônia. Vou entrar com representação contra ele na Procuradoria da República e, também, vou processá-lo. Não é possível que um país como o Brasil, em plena democracia, tenha medo ou do partido dominante ou da promotoria pública. Eu não tenho.

Então, vamos esclarecer de uma vez por todas, doutor Cecílio. Quando, como e por que o senhor adquiriu as terras no Pará?

Em dezembro de 1994, h classificado em jornal de circulação nacional que anunciava a venda dessas terras no Pará. Interessei-me. **Seria** uma oportunidade de enfrentar um novo desafio. Fui ao então governador do Pará, Almir Gabriel, que fora senador junto com meu irmão Henrique. Queria informações sobre as terras, especialmente as anunciadas no jornal, que eram de propriedade da empresa Indústria, Comércio, Exportação e Navegação do Xingu Ltda. – Incenxil. A resposta levou à conclusão de que o Instituto de Terras do Pará (Iterpa) não era organizado o suficiente para dar informações precisas. Fui, então, apresentado ao dono da Incenxil o senhor Umbelino de Oliveira, que havia mais de trinta anos explorava as terras de forma não predatória, com extrativismo de látex, castanha, tendo sido o maior produtor do Estado do Pará durante muito tempo. Mostrei meus planos a ele e ele me disse que **venderia** a empresa até mais barato, pelo fato de ser um projeto inovador, que não **destruiria** a floresta de onde ele tinha tirado seu sustento. A compra foi feita em Belém no dia 13 de junho de 1995.

Mas por que diabo o senhor comprou essas terras no Pará, porque estavam em oferta?

Não. Se você pegar o mapa, eu nasci em Óbidos, o meridiano que passa por Óbidos passa por essas terras. Essas terras são no Pará. Eu não **ia fazer** uma fundação. Eu **ia fazer** um instituto com o nome da minha mãe para desenvolver esse projeto ao longo de duas gerações. Meu sonho era buscar o que havia de melhor de seringueiras na Ásia, que foi roubado do Brasil em 1930, mais ou menos. Esse seringueiro que se fodeu, que mataram, o Chico Mendes, era um líder mesmo, viu? Eu **ia abrir** essas terras aos seringueiros, dando a eles o que há de melhor em matéria de sementes, mudas. Tendo funcionários da Embrapa e aqui do Paraná da Emater, aposentados, homens de mais de 50 anos de idade que quisessem aceitar esse desafio de mudar uma região e melhorar a vida desses seres humanos. Isso é o meu sonho. Há outros. Você sabe que o jacaré é um bicho muito valioso. Claro que você não pode matar o jacaré hoje. Mas o jacaré de criatório você pode. E é a coisa mais simples do mundo fazer um criatório de jacaré. A mesma coisa, a tartaruga fluvial. Pensava também em um sócio japonês para criatório de peixes amazônicos, peixes de 2 metros, 300 quilos, desviando com dutos a água do rio para a criação. Claro, eu preciso energia, preciso a tecnologia dos japoneses em matéria do empacotamento do peixe congelado. Vá somando essas coisas. Eu ouvi que foram presos na Amazônia uns franceses que chegaram de balão – eles fizeram errado, coitados. Eles desciam na copa das árvores com uns sapatos parecidos com essas raquetes de tênis para colher microrganismos – e roubavam,

também, claro, toda uma sabedoria indígena de cura com ervas, Vem aí o biodiesel. E você tem o dendê, que dá muito bem lá.

Por quanto o senhor comprou essas terras?

Paguei o equivalente a 6 milhões de dólares. O tamanho da área que comprei é de 4 milhões, 772.000 hectares.

Segundo o artigo 188 da Constituição, o senhor **teria** que ter uma autorização de compra pelo Congresso Nacional.

Não tinha nada A propriedade é anterior à Constituição. Depois que existia essa propriedade é que vieram com esse papo. Mas e o direito adquirido, de antes? **Teria** que passar pelo Congresso Nacional? Isso apareceu numa Constituição, não sei se de 64 ou 88, e a propriedade é de antes. Pode perguntar para qualquer advogado, que não precisa passar pelo Congresso. Isso é uma besteira, é coisa de comunista burro. Daí, um débil mental chamado Paraguaçu Éleris, que era diretor do Iterpa, e o outro, o presidente, que era o Barata, vieram dizer que me avisaram. Mentira Eles não avisaram merda alguma E, mesmo que tivessem avisado, eu não **ia acreditar** [c] [dn] [x+] nos débeis mentais. O Iterpa foi fundado em 1975, teve vinte anos para regularizar a parte fundiária do Estado. Faltava um mês para completar os vinte anos e eles não tinham feito absolutamente nada Então, por que é que eu **iria perguntar** ao Iterpa se **podia possuir** a área?. Simplesmente não fui. Oito meses depois que as terras eram minhas, procurei o Iterpa já com um pré-projeto para fazer uma parceria com o governo do Pará. Eu queria que o povo do Pará participasse também, via governo. Com a regra lógica de que o dono era eu. Eu não **ia ficar** subordinado a funcionário público.

Como **seria** a parceria?

**Faria** uma parceria, eles **teriam** 5 por cento. Porque, se eu tivesse o governo do Pará como parceria, eu **teria** poder de polícia via meu parceiro. Isso era importantíssimo, ter poder de polícia isso é meu. Uma vez feita a parceria com o governo do Pará, eu **traria** a Universidade do Maranhão, a Universidade do Pará, a Universidade do Amazonas, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o Instituto Goeldi, que faz parte do governo do Pará. Aqueles armazéns no porto de Belém, que os ingleses fizeram, que subiu a areia e não existe mais o porto lá, esses armazéns pertenciam ao Ministério dos Transportes. Eu queria ficar com eles para fazer uma Escola de Ecologia. E mais tarde pretendia fazer um negócio de turismo para hotel. Abrir novos cursos. Pra ajudar. **Entrava** o governo do Pará. Foi aí que o Iterpa entrou com uma ação de anulação de nossa matrícula, esse Felício Pontes com o próprio Lamarão do Iterpa, que falou de mim e eu processei e está para ser preso – ele que não fale mais um pio de mim, que ele vai ser preso, deixou de ser réu primário. Porque foi a maneira que encontrei de calar a boca desses filhos da puta. Tem também um merda de um jornalzinho de lá chamado jornal Pessoal. Esse eu também processei. Tá no bico pra ser preso. Ele já foi processado por um desembargador e foi condenado, então não é mais réu primário.

Legalmente, o senhor ainda não é dono da terra.

Besteira. Eu sou dono da terra. Estão grilando a minha terra. Mas eu estou na moita, não adianta brigar agora, não é hora. Você tem que esperar. Depois é que veio esse troço da matrícula, que esses filhos da puta agora querem anular dessa maneira, a mais cretina possível.

O que se alega para anular?

Não alega nada, eu posso dar a ação para você ver, é uma merda.

Como o senhor toma conta de uma área do tamanho da Bélgica?

Duas vezes a Bélgica. Já havia brigas na estrada BR-163. Invadiram. Eu sei como vou fazer no futuro. Não vou brigar com invasores, mas vou fazer parceria com os caras que estão na minha terra. Eu não vou brigar porque vou conseguir a expulsão deles da terra. Agora, não, mas no futuro...

O senhor está trabalhando na moita...

Estou quieto com relação às invasões. Mas é gente que está fazendo plantações. O cara não está derrubando madeira. Mas já teve gente lá para derrubar madeira. E esse é ladrão.

Como o senhor vai fazer com essa turma?

Ah, esse não entra, esse tem medo. Eu consegui expulsar o maior ladrão de madeira do Pará, ele agora vai derrubar madeira no Peru. Esse cara sumiu. Ele entrava com um grupo com trator, motosserra. Nós apreendíamos tudo.

Como?

Entrávamos em juízo, o juiz determinava que o secretário de Segurança providenciasse para que a Polícia Militar e a Polícia Civil fossem ao local para a apreensão, levassem fiscais do Ibama, que só eles têm poder sobre crime ambiental. Só que os caras do Ibama são mancomunados com os madeireiros, e os caras do Ibama ficavam putos mas iam, era uma ordem judicial. ‘:Ah, mas precisa de avião’ Eu punha avião. Daí tiravam os caras de lá e a madeira que eles cortavam ficava lá. Eu consegui deixar a madeira num fiel depositário lá em Altamira. Daí, um ministro da época, do Meio Ambiente, chamado José Carlos Carvalho, fez um farol, desceu lá vestido de Rambo, com exército, para apreender a madeira que eu havia apreendido, e doou para uma ONG. Foi um chucho.

O que é chucho?

Chucho é marmelada, sacanagem.

Como a área do senhor é muito grande, como sabe exatamente onde eles vão atacar?

Nós temos guias. Se vierem de barco, em geral vêm de barco... O rio Curuá se junta ao Iriri numa ponta que é a Entre Rios, que é como se chama esse lugar onde tem pista de pouso, tem

casas, tem gente nossa, tem rádio para comunicar Altamira, Altamira comunica Belém para,, em seguida, desencadear a ação. Então, nós compramos ali 4 milhões e 772.000 hectares e compramos mais uma posse de não sei quantos anos de uma família chamada Moura, de 1 milhão e 200.000 hectares. São, então, duas áreas: uma é a fazenda Curuá e a outra, que era da família Moura, fazenda Xingu.

Mas a acusação é de que a compra da Curuá foi registrada num cartório cuja funcionária teria sido processada por corrupção ou coisa do gênero.

Não foi. Tem ainda um processo. Não conseguiram comprovar. Ela está lá. Ela é de Altamira. É uma mulher que sofre de elefantíase, as pernas deste tamanho, tem dezesseis filhos adotivos, tem filhos formados, e é de uma bondade incomensurável. Dona Eugênia. Essa mulher é que querem pintar disso e eu pus advogados para defendê-la.

Não **seria** nenhuma troca de favor entre o senhor e ela?

Não, porque esses documentos foram feitos lá por 1984. Eu comprei a empresa que era a dona da matrícula, não tem nada a ver com dona Eugênia.

E esses 1,2 milhão de hectares?

Isso é fora, é uma outra área no rio Xingu, eu te mostro no mapa.

Se existe um vice-rei no Pará, o rei **seria** o senhor?

É a primeira vez que ouço isso. Isso foi inventado por você.

Rei do Pará, rei da Amazônia?

Nunca vi isso escrito em jornal, em revista. O que existia é que eu tinha uma terra tão grande que se chamava Ceciliolândia – foi coisa desse filha da puta do Roberto Guita.

Por que o senhor sempre surge na imprensa como a pessoa que é o maior grileiro do mundo?

Tudo iniciou com o Roberto Civita. Eu estava entrando num novo negócio no Brasil, que é transmissão de dados – de bancos, de grandes companhias. Aí, eu aluguei seis transponders, que servem para captar e enviar mensagens via satélite. O aluguel era de 23 milhões e 900.000 dólares por ano, quase 2 milhões de dólares por mês. E ele me atacou, pensando que eu **ia entrar** em televisão a cabo.

Como o senhor sabe que foi isso?

Ah, como é que eu sei? Claro que eu sei. Eu consigo saber as coisas. Ontem, nós não estávamos na CPMI e eu já sabia dessa nova ação contra as minhas terras? Como é que esse palhaço desse relator do PT (deputado João Alfredo, PT-CE..) ele foi filho da puta, começou a me irritar. Por que eu engrossei com ele? Não aceitei fatos em jornais. Porque isso é prato requentado. São

notícias requeentadas. Você põe uma em cima da outra e são todas iguais, em todos os jornais, em todas as revistas.

Toda vez que o filho da puta do Felício Pontes quer alguma coisa, o Carlos Mendes, redator de O Liberal, aperta um botão e nós temos no Brasil inteiro essas notícias. São essas pessoas. E um outro jornalista, um cretino que eu mandei para lá e ficou com raiva do nosso grupo. Agora, como eu posso chamar um cara que trabalhou comigo e, depois, para ganhar 150.000 dólares – que vai ser pedida a quebra do sigilo bancário dele e ele, ó, vai para o espaço.

Quem é?

É o Tarcísio Feitosa, um merda que trabalha na Comissão Pastoral da Terra, um caboclinho, que agora está bonito lá, de caminhonete. Acho que também é do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) e de outra merda lá.

Como grande proprietário rural, o que o senhor acha do MST e da UDR e como vê o futuro no campo?

Isso não é problema meu, é problema do Lula. Mas você acha que esse monte de menos favorecidos, analfabetos têm capacidade de fazer uma agricultura? Capacidade para criar umas galinhas, um porco, isso eles têm. É só ver a fazenda que o governo comprou, a fazenda Itamarati, do Olacyr de Moraes, ficaram com a metade. Eles roubavam os equipamentos da fazenda. E se foderam lá. Totalmente. E ainda queriam a outra metade do Olacyr!

Isso é negócio do Pedro Stedile, do Rainha, de tirar dinheiro de miserável. Quem tinha razão nisso era aquele coronel Neves (Neves está preso em Curitiba, acusado de tráfico de armas e formação de milícias para a UDR). Não sou favorável à tortura, à violência, acho um absurdo um sujeito entrar numa casa – essa história é complicada porque o MST invadiu, mas tudo bem – com criança, com mulher de camisola, seminua, como se pode fazer uma coisa dessa? Acho isso uma coisa brutal. Se ele realmente fez isso, eu quero que ele se foda. Agora, o contrário também é verdadeiro. Por que esse merda desse Rainha tem direito de entrar na propriedade alheia, do sujeito que comprou, pagou? Claro que tem que se formar uma reação, que é a UDR. Claro. E eu até acho a UDR muito frouxa. Se eu fosse ruralista, essa merda não **estaria** assim.

**Estaria** como?

Ah, **estaria** resolvido. O Roberto Requião fazia os sem-teto entrar nas minhas propriedades, cercava lá com tratores, arrebentava a luz e entrava na minha propriedade. Arrebentava a luz, arrebentava a água, fazia um fosso em torno das casas. Eu tinha centenas ou milhares de casas aqui em Curitiba. Vendi tudo.

Mas como o senhor acha que **poderia ser** resolvido o conflito?

Só na força. Não tem outra maneira: só na força! A propriedade é minha, não entra (exaltado, dá um tapa no vidro da mesa).

Entra algum vagabundo na sua casa?

O pior é que de vez em quando entra.

E o que você faz?

Vou para o banheiro onde eles colocam a mim e a minha família, enquanto rapelam a casa.

Chama a polícia...?

Chamo a polícia.

No meu caso eu tenho granadas. Tenho aqui em Curitiba e tenho em Morretes. Granadas.

Como o senhor **agiria** no meu caso?

Eu **faria** exatamente como você fez. Se eu estivesse com minha família, meus filhos pequenos, eu **tirava** meu relógio, tome o relógio, só não quero que façam nada com a minha mulher. O melhor banheiro que tenho para vocês me prenderem é aquele, tome a chave, me prendam lá. Você não foi covarde, foi inteligente. Deve ter sido preto esse filho da puta que entrou, né?

Não. Um mulato e dois brancos.

Brancos... deviam estar cheirados. Muito bem. Eu tenho uma propriedade, uma fazenda, vamos dizer, porque eu vi um palhaço do Paraná.. Porra, com uma indústria lá dentro, o melhor em matéria de plantei, de gado. Você acha que eu vou deixar vagabundo entrar e fazer churrasco com o meu gado?... Milícias? Não. Eu **faria** treinamento para os meus operários, com calibre 12. **Treinava** os meus funcionários a se defenderem. Que direito tem esse filho da puta, esse maluco do Pedro Stedile? Ele não quer a reforma agrária, ele quer a revolução. Ele quer alcançar o poder, esse idiota. Você acha que isso é uma coisa de coitadinho? Faça um somatório de tudo o que produziram todos esses assentamentos: uma merda.

Há assentamentos que são exemplo de reforma agrária, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Mas veja, esse ponto de vista é o inverso. Hoje, quantos assentamentos deram certo? Quantos? Cinco, seis. Por que eles não imitaram esses cinco, seis, para os outros? Hoje, o sem-terra é dono de botequim, é dono de loja, tem automóvel. É isso que está havendo: muita corrupção. Venda de lotes já pegaram mil vezes. Mas como o pessoal do MST é rico, e só tem comuna no INCRA, que acha que tem que tirar dos ricos para dar para os pobres... Os caras estão brincando. Eu **defenderia** a minha terra.

Para defender suas terras lá no Pará, o senhor **precisaria** de um pelotão.

Não, não, uns trinta homens armados com rifles da polícia.

Para cuidar da Bélgica inteira?

Não, da Bélgica inteira, não, dos focos. **Prendia** os tratores, **prendia** o equipamento. Algemas, **mandava** sacos de algemas.

Com polícia particular?

Eu, não, quem **faria** isso **seria** a polícia, o Estado.

Porque o senhor tem facilidade de chamar?

Não, eu não tenho a facilidade. É uma ordem judicial, porra.

Um momento, acho que estou me expressando mal, desculpe. Quero dizer o seguinte: o senhor tem uma área de terra do tamanho de duas Bélgicas, como o senhor falou. O senhor tem tantas entradas nessa fronteira...

Agora, nessa nova terra, na fazenda Xingu, esse Bida, que matou a freira americana, já tinha desmatado 6.000 hectares. Depois desse assassinato ele voltou lá, se escondeu lá.

Nas suas terras?

Não, lá perto. Nessa CPMI eu fui chamado por causa de um artigo do Carlos Mendes. Dizia: ah, prendemos, despejamos agricultores, pequenos posseiros, coitadinhos. Não! Pegamos posseiros, porra, tinham devastado 6.000 hectares de floresta para plantar sementes para boi, para capim (pega o mapa). Essa é uma área, a de 4 milhões e 772.000, e essa é a do Xingu (de 1,2 milhão de hectares). Foi por aqui, assim, que eles... eles querem formar tudo isso aqui como parque roubando a mim.

O senhor acha que um dia suas terras podem voltar a ser da União?

Paguem, ora. Eu **ia procurar** receber o valor potencial, que eu venho com isso há dez anos. Não é só a terra em si, é o valor que está acima da terra.

Mas normalmente a desapropriação é feita..

Não, você está enganado. Isso é só pra bobo.

Como **seria** feito então?

Em alguns casos têm que pagar o que está acima da terra, em matéria de vegetação. E pra quê o governo federal vai gastar dinheiro? Por que ele não deixa o particular fazendo o novo plano? Porque é um monte de comuna burro, que acha que só o governo... Não, esses putos querem, como tem o negócio do ouro, do índio e dos diamantes, eles querem se refestelar no roubo, na corrupção, na sacanagem. O Ibama, o INCRA e a Funai. Estão criando terreiros para eles.

O senhor ataca todos os órgãos federais.

Não, eu ataco as pessoas, algumas pessoas desses órgãos federais. E do Estado do Pará, esses idiotas do Iterpa que não fazem nada, só estão comendo.

Como o senhor vê a questão indígena?

Nas minhas terras restam 120 e poucos, entre curuás, xipaias. O chefe da tribo xipaia, que não tinha tribo nem porra nenhuma, Manuel Xipaia, tem RG do Piauí. Ele nasceu na cidade. Fez grupo escolar na cidade onde nasceu. E lá no Pará ele se pinta: “Manuel Xipaia, chefe da tribo. Levou até alguns vagabundos de Altamira para lá, pôs lá, não tem nada a ver com índio. Daí apareceu uma puta, só pode ser uma puta, de uma antropóloga comunista, querendo tirar 300.000 hectares para oito, doze pessoas. Quer dizer, é um absurdo você ser tapeado pelo Manuel Xipaia! Se eles fizerem uma lei, eu não posso fazer nada. Eu vou ser desapropriado, vou receber uma gaita e não posso fazer absolutamente nada. Mas nas coxas? Porque tem que ter uma regra de antropologia, o cemitério, não sei o que. Mas os caras não fazem nada disso. E o que o senhor acha do programa Arpa (Áreas Protegidas da Amazônia) e como as ONGs atuam lá na sua região? O projeto Arpa é capitaneado pela multinacional WWF, com dinheiro do Banco Mundial, da norte-americana Moore Foundation, do Banco de Cooperação da Amazônia e uma contrapartida do Ministério do Meio Ambiente. Ele pretende criar unidades de conservação na Amazônia. Para isso, desenvolve um lobby no Ministério do Meio Ambiente e no Ibama e conta com o aval de entidades como o ISA (Instituto Socioambiental da Amazônia) e outras ONGs nacionais menos conhecidas, que vivem da doação de recursos públicos. No fundo, eles querem fazer o governo brasileiro aceitar 240 milhões de dólares em doações, a serem feitas até 2012, sob a condição de criar as unidades, engessando 500.000 quilômetros quadrados da floresta amazônica e retirando da sociedade brasileira o direito de decidir qual a melhor forma de ocupar e explorar esse território. Os processos no Ibama para a criação dessas unidades de conservação não têm critérios técnicos, não levam em conta a realidade local, sem consultas públicas e debate amplo. Alguns técnicos e representantes de ONGs internacionais se reúnem lá em Brasília se debruçam sobre mapas e imagens de satélite e desenham as áreas a serem protegidas. Depois usam entidades como a Comissão Pastoral da Terra e associações de trabalhadores rurais como massa de manobra para tentar demonstrar que, para coibir a ocupação de terras públicas e atos de violência contra os moradores tradicionais, devem ser criadas unidades de conservação e reservas extrativistas. Mal sabem que áreas indígenas e florestas nacionais têm sido palco da devastação sob a falsa e tibia proteção da Funai e do Ibama. São essas entidades que financiam e fomentam a criação e expansão de terras indígenas, que se unem às áreas de conservação, formando um imenso território contínuo. No futuro, com apoio internacional, terão condições de promover a autonomia desse território. Não sou contra reservas indígenas, áreas de conservação. Mas questiono os critérios empregados – irracionais e antinacionais. Recentemente, saiu na imprensa, o senhor Paschoal Lamy, presidente da Organização Mundial do Comércio, propôs a internacionalização da gestão dos recursos naturais que pertencem aos brasileiros, tratando o nosso território como bem público mundial. Agora, foi nomeado presidente do Banco Mundial o senhor Paul Wolfowitz, um dos falcões do presidente Bush e mentor da guerra do Iraque sob falsa alegação de que aquele país estaria desenvolvendo armas de destruição em massa. Wolfowitz será o responsável pela cobrança dos resultados dos programas que o Banco Mundial financia, e nosso governo, por ter se comprometido com o programa Arpa, estará sujeito à tutela internacional de nossos recursos naturais. Então, nós somos o ladrão de carteira..

O senhor?

Eu não, essas merdas dessas ONGs brasileiras. São ladrões de carteira, punguistas, como é?, trombadinhas. Essas ONGs são trombadinhas. Essas que deram a madeira. Tiraram um dinheirinho, 150.000 dólares para o Tarcísio comprar uma caminhonete bonita. Fizeram tudo, menos proteger o menos favorecido. O menos favorecido são eles mesmos. Essas ONGs, ONG da água! Isso aí é tudo negócio e têm vergonha de falaz Aqui no Paraná quiseram me fazer de vítima de uma ONG de um chileno vagabundo – acho que é da Amigos da Água, coisa assim – junto com um advogado polonês, um puto, vagabundo, Antonieck, coisa assim. Por que uma ONG querendo entrar na minha propriedade, que é um negócio lindo pra caralho, com portão, com guarda, não entra. “Eu sou da ONG.” Não entra, dá o fora, não deixamos entrar vagabundo aqui na propriedade, dá o fora! Esse pedaço meu é pequeno. Tem 1.000 metros por 800 e pouco num parque estadual, que faz parte de um parque nacional na Mata Atlântica. E isso foi o governador Álvaro Dias, ele fez isso. A Mata Atlântica no Paraná é altamente conservada. Mas o meu lote estava fora porque tinha sido serraria naquele local, há 120 anos atrás, e depois foi para criar boi. E eu comprei da família. E esses palhaços não entendem nada de nada. Do outro lado do rio, mais para a frente, tinha umas casas que em 1920 tinham sido construídas e hoje estão num bagaço. Eu entrei na prefeitura para restaurar as casas, fiz um negócio lindo numa das casas, a do meu encarregado, com madeira de pinho-de-riga, e esses palhaços queriam que eu desmanchasse a casa. Mas caíram na cagada de querer explorar 160 proprietários pobres, caras que têm seu lugarzinho lá com três mesinhas pra comer seu churrasco. Na hora que eu vi que estava com mais 159 palhaços, eu disse, porra, quero ser o último a desmanchar a casa lá. Acabou-se. Porque eles quiseram roubar demais. Pensei: ficar na mão de gente assim? Eu **ia mandar** queimar a casa desse filho da puta. Desse, eu **ia mandar** queimar a casa, do chileno.

Mas o senhor **ia mandar** queimar...

Sem gente dentro. Lógico, porra, que que há?

Pela ação deles, a sua reação **seria** [a] [arg] [x-] essa?

Minha reação **seria** essa. Eu fiz chegar no ouvido dele. Que ele se cuidasse. Porque eu não **ia engolir** merda nenhuma de um chileno filho da puta e podre como ele. O nome dele eu não lembro. É Amigos da Água, aqui do Paraná. Então, a forma de reagir é essa.

Estamos no fim... Mais duas perguntinhas. Analise o governo Lula.

Eu só posso analisar da seguinte maneira. Minha mulher votou no Lula e eu também. Interessante foi o seguinte. Eu votei aqui no Paraná, ela foi para São Paulo, votou no Lula, tomou um avião para os Estados Unidos. A filha dela estava estudando lá. Ela tem 52 anos. Infelizmente não tenho nenhum filho com ela, **devia ter**, o filho nós perdemos, eu queria, tenho certeza que **seria** formidável ter um filho com ela. Bem, eu vim para casa, estava em casa e pedi para botarem frutas, queijinho, bolacha, pus assim no lado da minha cama. E 5 e pouco da tarde **ia aparecer** o Lula, ele já ganhou, eu quero ver esse homem, conhecer a alma desse homem. Gravei tudo em videocassete. E notei uma coisa interessantíssima, a de que ele era um companheiro fora do comum. Que ele tinha uma vontade doentia de fazer bem para o Brasil. Que ele falava com o coração. Que ele respeitava a mulher dele. Você já notou como ele respeita aquela mulher? Não

que ela mande nele, não. É o respeito do macho, que ela é agradável, mãe dos filhos dele. Fez promessas, achei meio difícil ele cumprir tudo aquilo que ele disse que **ia fazer**. Mas só esse milagre de ele levantar nossas exportações de 63 bilhões de dólares para 118 bilhões!

Agora, tem erros incomensuráveis por causa dessa merda desse partido dele. A Marina Silva foi uma péssima escolha. Pegou uma indiazinha totalmente analfabeta e doente. E essa merda de governador que perdeu o governo do Rio Grande do Sul, um bicha, que é veado, o Olívio Dutra. Tem coisa mais ridícula do que aquele José Graziano, um que era da Fome, um barbudinho, nervoso, perdeu até o cheque que aquela nossa modelo deu para ele, de 50.000 reais, Gisele Bündchen.

Pôr o Rosseto no Incra? Um comuna! Na Embrapa também cometeu esse erro. A Embrapa é um organismo fantástico, que atravessou governos. Ele mudou regras para botar uns caras do PT.

E os acertos, além das exportações?

Economia grau dez. Agricultura grau dez. Porque o que ele tem protegido o *agrobusiness* no Brasil é uma coisa fantástica. Graças a isso, o Brasil está exportando o que está exportando. Criação de empregos por causa do tipo da política do Ministério da Fazenda, comandado com mão de ferro pelo Palocci. Veja o progresso que nós estamos tendo. Milhões de empregos que o Lula já criou, e todo mundo debochava do Lula. Milhões de carteiras assinadas. A indústria crescendo, a exportação de automóveis no Paraná, em São Paulo, só não cresceu no Rio Grande do Sul porque esse animal bigodudo do Olívio Dutra não permitiu, que é o maior crime que se **podia fazer** contra o povo do Rio Grande do Sul.

Para terminar, o senhor já apareceu entre os cem homens mais ricos do planeta, segundo a revista *Forbes*. Como o senhor vê a pobreza no país?

Eu vou fazer a pergunta ao contrário: você quer que eu divida o meu?

Cria algum constrangimento a sua riqueza diante de tanta pobreza?

Nenhum. Nenhum. Zero. Eu só não passei fome. Vivi na merda total anos e anos. Trabalhava das 6 da tarde à 1 da madrugada. Estudava com atestado de pobreza. Não tinha roupa boa para sair. E não precisei invadir nada nem chorar pitanga pra ninguém. Lutei para conseguir o que consegui. Claro que sou um favorecido de Deus por ter esse tamanho, a força que tenho, sou eugenicamente são graças aos meus pais. Não tenho pena nenhuma. Nenhuma. É zero a pena que eu tenho. Agora, se um homem entra no meu trabalho e for vesgo, eu mando consertar” seus olhos. Se tiver lábio leporino, eu mando arrumar. Se tiver o nariz arrebitado, eu mando restaurar o nariz no melhor restaurador de nariz que tenha. Seja quem for, do primeiro ao último escalão. O operário que trabalhou na minha casa aqui em Curitiba, que quebraram o nariz dele, fala português errado, vai ser nomeado chefe lá de Morretes para morar nessa casa linda que eu te falei. Ele estava cuidando dos cavalos. Então, todos têm a oportunidade de crescer. Qualquer coisa que um filho da puta de um chefe faça mal a um subordinado, eu ponho o chefe na rua. Agora, por que é que eu vou ter dó de vagabundo na rua? Por que o filho da puta foi ter seis filhos? Por que não fodeu de camisinha, com a tabela ou não gozou fora? Que culpa eu tenho disso? Gerações de seis, oito filhos, vivendo nessa merda que nós vivemos. De 1970 para cá aumentaram 90 milhões de

brasileiros, por causa dessa merda da Igreja Católica que eu faço parte. Por que isso? Não se pode ter filhos à bangu, sem controle.

O senhor é pelo controle da natalidade?

É lógico. Planejamento familiar. Eu sei que passo por grosso. Eu penso assim. Não tenho o menor constrangimento. Zero. Nada.

### **Anexo C - Entrevista 3 (E3)**

Este filósofo, professor da Unicamp, sabe e sente na pele o que está acontecendo com a universidade brasileira. O quadro é mais que comprometedor, ultrapassa o limite da falta de responsabilidade. E só não vê quem não quer.

Sérgio de Souza - Como começa sua vida, professor?

Roberto Romano - Uma parte da minha família é do Rio Grande do Sul, que subiu e que sumiu talvez no ar, não sei onde. E outra parte é de caipiras de Tatuí e Itapetininga, que desceu e se encontrou no norte do Paraná, onde nasci e vivi boa parte da infância e adolescência. E depois São Paulo, onde fiz parte de movimentos estudantis, de movimentos católicos, de JEC inicialmente. E por isso fui parar nos dominicanos. Fui dominicano doze anos, saí e essa é a minha vida.

Marina Amaral - O senhor foi atraído pela filosofia nessa época dos dominicanos ou depois?

Roberto Romano - Não, bem antes. Tínhamos em Marília um professor chamado Ubaldo Puppi, que lecionava filosofia e era também um líder católico de esquerda, foi preso em 1964. Quando surgiu a AP, a Ação Popular, nós todos que gravitávamos ao redor do professor Puppi ficamos apaixonados pela filosofia.

Marina Amaral - E qual a relação entre o convento e o seu interesse pela filosofia?

Roberto Romano - No convento dominicano **iria fazer** estudos teológicos apenas para ordenação e não para a vida confessional, porque eu disse que queria fazer filosofia mesmo. Então me autorizavam, como a vários outros, a fazer filosofia na USP. E fizemos. Depois **iria fazer** o doutorado em filosofia pela ordem, na Suíça, com o frei Carlos Josaphat.

Marina Amaral - Isso foi quando?

Roberto Romano - Isso foi em 1967, 68 e 69, fiz o vestibular da USP, passei, mas aí veio um ano de noviciado, quando a pessoa é proibida de sair do convento etc., depois fui preso em dezembro de 1969, passei um ano na cadeia, e aí então voltei para a universidade. E acabei fazendo doutorado na École des Hautes Études de Paris.

José Arbex Jr. - Como foi a sua passagem do cristianismo do convento para a militância da AP?

Roberto Romano - Fui da AP antes do convento.

Marina Amaral - O senhor tem sido um dos maiores críticos do ensino superior no Brasil e até usou a expressão "genocídio programado"...

Roberto Romano - É muito interessante que começemos a falar de universidade, porque o que aconteceu nestes últimos seis anos no Brasil foi um desmonte programado, intencional, racional, de todo um sistema de produção de saberes. O ministro Paulo Renato chegou a dizer na revista Exame que **seria** ótimo imitar a Coréia, não incentivar cursos de pós-graduação no país e mandar gente, por exemplo, para Harvard, porque era mais barato. Isso esconde o quê? Esconde o desmonte dos laboratórios, esconde a produção de remédios, esconde a pesquisa sobre AIDS, sobre o câncer, sobre uma série de coisas que estavam sendo feitas aqui. Há certos cientistas, nada radicais, como o senhor Éesper Cavalheiro, pró-reitor da Universidade Federal Paulista, que diz: "O dinheiro do Pronex (Programa Nacional de Excelência) não vem e eu tenho tecido cerebral apodrecendo no laboratório". Isso eu chamo de genocídio programado. Porque é impossível que essas pessoas que estão no governo, a começar pelo presidente da República, não saibam o que estão fazendo. Você pode até ser condescendente com pessoas como Collor, que é um menino rico do Nordeste, um sinhozinho, e que tem aquela cultura para enganar trouxa, fala muitas línguas... Agora, a formação do Fernando Henrique não lhe permite dizer que não sabia. Portanto, ele e o seu ministério, a começar pelo ministro Paulo Renato, têm uma responsabilidade muito grande sobre o que está acontecendo. Ao abraçar o Antônio Carlos Magalhães, e ao abraçar essa via do possível, o que fez ele? Escolheu o caminho da tradicional dominação brasileira, violentíssima, paternalista e mentirosa. Fui este ano a Salvador para dar uma palestra, no dia do aniversário do Antônio Carlos Magalhães. Me senti mal. A mais de 5 quilômetros da casa desse senhor, havia faixas e mais faixas de municípios não sei das quantas com os dizeres "o município tal está prostrado aos pés do Antônio Carlos Magalhães", uma coisa assim terrível. E, quando outro, o ministro Francisco Weffort, que tem duas teses sobre populismo e portanto sabe o que está falando, diz que Antônio Carlos Magalhães tem condições de conquistar a simpatia popular, isso para mim é crime. Não tem outro nome. Existe uma pesquisa do professor José Arapiraca, já falecido, da Universidade Federal da Bahia, interessantíssima, sobre o nome das escolas do Nordeste e da Bahia. Então, "Padre Vieira", trinta escolas, "Antônio Carlos Magalhães", trezentas e cinqüenta e poucas escolas. (risos) Isso é roubo do patrimônio simbólico público!

Sérgio de Souza - Em que nível se daria o genocídio programado?

Roberto Romano - Se alguém conhece a estrutura de dominação de classe do Brasil, se conhece a irresponsabilidade das elites dirigentes em relação à população, e intencionalmente desmonta laboratórios, como aconteceu infelizmente aqui em São Paulo, qualquer visita ao Butantã, por exemplo, já dá idéia do que está por trás. Quer dizer, essa pessoa, vou lhe dar outro nome, que não é muito de esquerda mas infelizmente é um dos elementos essenciais do governo Covas, o senhor Ioshiaki Nakano, teve o cinismo de dizer a um grupo de cientistas: "Hoje, na era da Internet, a gente não precisa mais de institutos de pesquisa aqui no Brasil. Apareceu uma moléstia, você acessa a Internet, vem o remédio e está tudo resolvido". (risos) Isso não é genocídio programado?

José Arbex Jr. - Professor, uma postura que acho admirável no professor Milton Santos é quando ele fala que o intelectual é um traidor. É aquele que trai as expectativas que depositam nele em obediência unicamente a suas próprias convicções. Analisando, por exemplo, o que os

intelectuais estão fazendo na USP ou na Unicamp, fico abismado com a paralisia geral, há uma desarticulação total na universidade. Por que isso?

Roberto Romano - Concordo em gênero, número e caso com o professor Milton, em todas as atitudes, e digo mais: sempre repito, para irritação dos meus colegas, que não existe instrumento mais flexível no universo do que a espinha dos intelectuais. (risos) Por exemplo, a questão dos direitos humanos. Vou dizer coisas que aconteceram. Anos atrás, fui procurado pela Anistia Internacional para servir como intermediário junto às universidades de São Paulo em relação a um programa de educação para os direitos humanos. Diziam eles: "Não somos pedagogos, psicólogos, filósofos ou sociólogos, somos liberais. Mas temos algum dinheiro e queremos fazer livros e programas etc. Então **precisaríamos** da assessoria dessas pessoas".. Procurei na Unesp as pessoas que **poderiam** dar andamento ao projeto, e ela convocou uma reunião para discutir com o pessoal da Anistia Internacional. Dessa reunião resultaram alguns grupos de estudo. Boa parte deles, como tenho uma língua horrorosa, mesmo assim ficou um pouco atraída porque **iria existir** dinheiro para a publicação, mas em todo caso estavam lá.

Sérgio Pinto de Almeida - Quem sabe, umas passagens aéreas também. (risos)

Roberto Romano - Há um autor que diz isso, que as universidades de hoje estão se transformando no seguinte: a pessoa mais importante é o gerente de recursos, e os professores todos são globetrotters que vão vender o logotipo pelo mundo afora. Bom, no caso da USP eu não procurei, porque lá existem grupos de estudos contra a violência, pela consciência negra etc., enfim, falei: "Não é necessário, o pessoal da Anistia que entre novamente em contato com eles". E fui à Unicamp, a minha universidade. Falei com o pró-reitor de pós-graduação, José Dias, que me indicou todos os diretores que **poderiam estar** interessados, sobretudo da área de humanas. Além do que, conheço bastante a universidade. Pois bem, a Faculdade de Educação da Unicamp recebeu o pessoal da Anistia, numa reunião de congregação, durante cinco minutos, o presidente, que era o diretor, disse: "Agora acabou, que vamos tratar agora de assuntos sérios".. E o pessoal da Anistia saiu sem nada, nada foi discutido, nada foi feito. Mas no meu instituto foi pior. Ele é coalhado de gente de esquerda, gente que escreve livros de direitos humanos. E a congregação do instituto se recusou a receber a Anistia Internacional porque não era um "assunto acadêmico", e numa congregação só se conversam assuntos acadêmicos. Diante da recusa, procurei a diretora do instituto, a professora Mariza Correia, antropóloga, pensando: "Pelo menos uma conversa com a diretora do instituto, já que a congregação não quer conversar".. Chegamos na porta do gabinete da diretora, e demos com o aviso: "Audiências todas canceladas, porque estamos discutindo as bolsas da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior)". Meti o pé na porta, entrei berrando feito um italiano e disse: "Pelo menos em cinco minutos a senhora vai ceder". Aí cedeu. Agora, sabe quando foi isso? Isso foi uma semana depois do Carandiru.

José Arbex Jr. - Nossa!

Roberto Romano - Então, quando você fala de ética, tenho algum problema de ordem conceitual. Ética, no sentido aristotélico, no sentido hegeliano, é o conjunto de hábitos físicos e mentais que foram produzidos historicamente e que se tornaram automáticos, de tal modo que as pessoas fazem e não têm consciência. Por exemplo, a ética do trânsito brasileiro é das mais hediondas do mundo, mas é ética. Distingo isso daquilo que chamamos de consciência moral. Então, nesse sentido, a ética intelligentsia brasileira é a ética de servir ao sinhozinho. Essa é a ética, a de

produzir uma imagem de si como bastante radical para ter condições de negociar depois uma adesão retumbante.

Milton Santos - Não será também a ética da subserviência à intelligentsia forânea hegemônica?

Roberto Romano - Ah, sim, o senhor pôs o dedo na ferida: temos uma intelligentsia que coloca para si mesma o padrão internacional, e que vive aqui num eterno banzo de uma França não existente. Enquanto isso, convive muito bem com a casa-grande.

Leo Gilson Ribeiro - O senhor não acha que os exemplos semeados por Simone de Beauvoir, Sartre, opostos à covardia Merleau-Ponty, durante o período de ocupação da França, também não serviram de parâmetro para muitos intelectuais, entre aspas, brasileiros agirem de maneira aética?

Milton Santos - Eu queria fazer uma interrupção. Serão intelectuais mesmo ou só letrados? Acho que houve uma multiplicação do número de letrados, e uma redução do número de intelectuais.

Roberto Romano - É verdade, essa distinção sartriana acho fundamental. Existem os filósofos, os parafilósofos – que trabalham todo dia –, os pensadores e os ideólogos. Os filósofos são aqueles que criticam, que abrem caminho, que se arriscam, que arriscam o erro, isso é um elemento fundamental. Não existe pensamento filosófico ou científico sem direito de errar. E esse direito está sendo negado pelo tipo atual de avaliação da universidade. Você tem de acertar sempre, é a fábrica de pãozinho, a receita foi dada, um mestrado é feito em dois anos e meio, três anos, e um doutorado em quatro. E dane-se quem não fez isso aí. E na avaliação também da produção teórica.

Milton Santos - Eventualmente, talvez a gente pudesse cruzar com a questão do totalitarismo, acho que foi levantado que na vida acadêmica isso hoje tem um papel muito forte. Totalitarismo mesmo.

Roberto Romano - O senhor acha?

Milton Santos - Acho, sim.

Sérgio Pinto de Almeida - Deixa eu colocar uma provocação no ar, que é o seguinte: há uma fé nas pessoas de que existem sinais claros de descontentamento na sociedade. No caso do meio universitário – não vamos nos restringir ao intelectual da colocação do professor Milton, mas no meio acadêmico –, quando o senhor conta um episódio tão patético como esse da Anistia indo à Unicamp, quando a gente vê uma série de manifestações isoladas de professores, pergunto: não é possível esses professores, um da Unicamp, um da Unesp, um da UFRJ etc., criarem uma instância mas não burocrática, um fórum de discussão com uma programação que possa ser levada de forma mais sistemática, ordenada, por meio de encontros, de seminários, uma programação que possa ter alguma representatividade, algum percurso pelo país? Será que essa também burocracia da universidade não restringe a ação dos descontentes?

Roberto Romano - Acho que sim. Talvez por isso o professor Milton esteja falando de totalitarismo hoje na universidade. Porque as coisas são dadas, o pacote é dado, e o modo de executar e de avaliar são dados. São a priori, e você tem de levar em conta a priori. E, se não leva

em conta, você tem sempre o bate-estaca de plantão, que está ali do lado. Quer dizer, fiz parte da avaliação da CAPES deste ano da Filosofia.

Milton Santos - Filosofia da USP ou do Brasil inteiro?

Roberto Romano - Do Brasil todo. Até agora, o comitê de avaliação era soberano. A partir deste ano, não, você tem acima dos avaliadores um conselho superior. E esse conselho superior estabeleceu determinados parâmetros do que é ciência, do que é pesquisa, do que não é etc. Antes, os avaliadores tinham sempre a possibilidade de se comunicar com os programas e dizer: "Olha, está faltando tal coisa, tal dado etc.". Agora chegamos e estava tudo no computador, o que existia eram dados do computador. E antigamente as notas eram A, B, C, A+, também era uma bobagem, mas enfim... Aí recebemos a seguinte ordem: "A nota será numérica, de 0 a 7; 7 apenas aqueles programas que tenham condições de 'concorrer internacionalmente' (ri) em termos de produção científica".. E o que tínhamos eram os dados do computador. Não existiam pessoas, não existiam instituições, não existia nada, existiam números. Publicou cinquenta artigos, foi a não sei quantos não sei o que etc. etc. e o peso específico. E um dos elementos que contam é o tempo de titulação dos alunos. Então, se um programa, por exemplo, levou em média quatro anos e meio, ele perde pontos. Note, não sou fanático da qualidade, acho que quantidade também tem um elemento muito importante. Mas você absolutamente recusa esse critério, a possibilidade do erro. Quer dizer, um menino vai fazer doutorado na área de biologia. Ele parte de um conhecimento, ele tem informes, ele tem um orientador que é uma pessoa responsável etc. etc. Mas ele não vai programar o sistema lógico restrito. Ele vai encontrar elementos que são imponderáveis, que podem inclusive colocar por terra todo o aparato intelectual que ele movimentou na produção do projeto. E vai ter de recomeçar, e muitas vezes é dessa maneira que se faz ciência. Você nega aquelas verdades estabelecidas ou mostra que aquelas verdades não abrangem todo o real. Ora, isso está negado, porque, se alguém ficar mais cinco meses revendo a sua tese, às vezes nem revendo hipóteses mas revendo a própria tese, o seu programa perde pontos. Havia um sistema de cooptação do número de bolsas com a nota da CAPES, que agora está desvinculado. Agora, você não tem mais relação entre a produção e a nota. E recursos. Antigamente, se um programa obtinha nota A, ganhava direito a determinado número de bolsas. Hoje, não, ele pode ter nota 7 e esse direito não está garantido, porque o conselho superior vai decidir.

Marina Amaral - E quem é esse conselho superior?

Roberto Romano - O conselho superior tem sumidades que me dispense de dizer o nome, porque...

Marina Amaral - Mas são reitores, pessoas ligadas ao governo?

Roberto Romano - Que são ligadas ao governo, evidentemente. Mas que haja grande refinamento intelectual... Alguns até têm uma formação boa, é uma produção boa mas são de uma arrogância! Vou dar um exemplo: no caso da Filosofia, não demos nenhum 7, demos nota 6 para seis programas. Aí recebemos um papel assim, sem timbre, sem nada, onde uma das pessoas, que agora é assessora do Bresser Pereira no CNPq, redigia assim: "Senhor coordenador e membros. Não é possível que tais e tais programas - no caso, Federal do Rio Grande do Sul, Federal do Rio

de Janeiro e PUC do Rio de Janeiro – sejam nota 6, porque não tem o número de publicações adequado. Providencie sobre isso". E nem assinado!

Leo Gilson Ribeiro - É como na universidade americana: publique ou pereça?

Roberto Romano - É pior. Aqui eles têm essa exigência. Agora, como você pode chegar a publicar aqui no Brasil? Quais são as condições de publicação? As editoras universitárias são poucas, a grande maioria não tem pessoal qualificado – e aí quero destacar uma honrosa exceção, a editora da Unesp, que é muito boa – e as editoras privadas ou não têm capital ou não têm interesse em publicar. Então, isso eu não **teria** coragem de chamar de totalitário, mas **chamaria** de autoritarismo atroz.

Marco Frenette - Professor, nessa dificuldade de publicação não entra um pouco também a linguagem hermética, e às vezes extremamente confusa até para os próprios acadêmicos?

Roberto Romano - Isso também.

Marco Frenette - Costumo pegar livros que são simplesmente ilegíveis, e isso inviabiliza a publicação para um público um pouco maior que o acadêmico.

Roberto Romano - Essa é uma condição para a formação das quadrilhas universitárias. Aliás, a quadrilha que deu certo foi a dos economistas.

José Arbex Jr. - Deu certo?

Roberto Romano - Deu certo, porque estão acabando conosco.

Marina Amaral - Para eles, deu certo; pra nós, não.

Roberto Romano - Você produz o idioleto, que só **seria** dominado pelos que **seriam** exímios naquela área. Então, esse idioleto é o filosofês, é o sociologuês, é o antropologuês etc., e o economês. Aí, o sujeito usa esse negócio, e isso é o que possibilita muita picaretagem e receber muito dinheiro supostamente em cima de pesquisa. Agora, acontece que, quando isso é traduzido em livro, evidente que o grande público não é composto pelos elementos da quadrilha. Você tem um público muito heterogêneo, que pode, digamos assim, não concordar com essa linguagem. Bom, aí dana-se.

Marco Frenette - Ele se vê obrigado a escrever nessa linguagem para ter um mínimo...

Roberto Romano - Para ter o reconhecimento dos seus pares. E para que o assessor, quando bater o olho em três palavras-chaves... Tem até palavra-chave! Isso eu acho que é uma coisa... dizem que é para facilitar a consulta. É nada!

Milton Santos - Agora, os que são normais, desculpe a pergunta, não **deveriam** se recusar a comparecer nesses comitês?

Roberto Romano - Acho que sim, eu...

Milton Santos - Não é nada direto.

Roberto Romano - Não, é verdade, o senhor tem toda a razão.

Milton Santos - Há dez anos que não vou lá. A minha discordância com a sua observação de agora é o tempo, porque há dez anos que vi que é impossível estar lá, que esse processo já estava se delineando há dez anos. De indução, e agora de um consenso que permitiu que o senhor fosse lá, e que ao meu ver não **deveria ter** ido.

Roberto Romano - Confesso ao senhor que fiquei bastante preocupado pelo fato de ir, e pelo fato de ter sido convidado. O senhor tem razão, porque não poupo...

Sérgio Pinto de Almeida - Ganha para ir?

Roberto Romano - Você ganha a passagem, o hotel, o lanche no meio da tarde.

Marina Amaral - E essa CAPES é constituída como?

Roberto Romano - Ela é uma instituição do Ministério da Educação, e teve como função inicial justamente melhorar o padrão de formação dos professores, dos pesquisadores.

Milton Santos - Foi o Anísio Teixeira que idealizou isso, não foi?

Roberto Romano - Anísio Teixeira. E pouco a pouco ela começou a assumir uma atitude de financiadora.

Milton Santos - De policiamento do trabalho.

Sérgio Pinto de Almeida - De distribuição de verbas também.

Roberto Romano - Sim, sobretudo de distribuição de verbas. Bolsas de estudo, dinheiro para projetos, um projeto de curso, de trabalho etc.

José Arbex Jr. - O senhor não acabou de responder a pergunta do Sérgio Pinto sobre a articulação de professores que tenham uma percepção crítica...

Roberto Romano - O problema é que não sei o que acontece do governo Sarney pra cá... Sei um pouco, tinha instrumentos de intimidação, a Rede Globo, essas chantagens todas, isso eu sei, mas acho que é alguma coisa um pouco mais complexa. **Precisaríamos** conversar um pouco mais sobre isso. Mas não chega a existir a força para as pessoas se reunirem. No mês retrasado estive em Santa Catarina, num fórum de pesquisa da Federal de Santa Catarina. E é uma coisa interessante, porque as pessoas estão chegando a um ponto que nem sequer para conseguir esses recursos, ou para entrar em contato com os fornecedores de recursos, se reúnem mais. No ano passado fiz cinquenta viagens pelo Brasil inteiro, falando da questão da autonomia universitária, criticando a política do governo etc. Não que eu esteja falando do Ibope, mas normalmente as audiências não passam de quinze a vinte pessoas, em mesas-redondas com gente de peso nacional

e internacional. E nessa de Santa Catarina tinha mais gente na mesa do que no plenário! Com a seguinte mudança: na mesa, fora eu, que não tinha peso nenhum do ponto de vista político-institucional, estavam o diretor científico da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), o diretor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul e o diretor científico daquilo que eles chamam de fundação, lá de Santa Catarina. Sabe, então, nem os puxa-sacos estão se reunindo mais. (risos)

Marina Amaral - O senhor está dizendo que a universidade não debate mais?

Roberto Romano - Não, e existem meios e ilusões que estão alimentando esse estado de coisas. Na Unicamp, quando o Paulo Renato era o reitor, desenvolveu a idéia de fazer a universidade assim, (faz um desenho), quer dizer, a Unicamp é uma bolinha e os núcleos de pesquisa **ficariam** na periferia. Então, cada núcleo de pesquisa em cada área **arrecadaria** recursos do Estado ou da iniciativa privada para as pesquisas, de tal modo que as pessoas desse grupo de pesquisa **estariam** liberadas da servidão universitária, constitucionalística etc. etc. Fiz parte de um deles, não por opção minha, mas porque era chefe do departamento, e o chefe do departamento tinha de fazer parte do conselho do núcleo de estudo de políticas públicas. Mas pedi demissão, dizendo: "O departamento que mande outra pessoa" – justamente, a partir do primeiro relatório sobre o governo Montoro. Se vocês forem na Unicamp, peçam esse primeiro relatório e vejam o que é aquilo. É uma peça de propaganda pura e simples. Onde a estatística foi falseada etc. etc., no estilo pior do ideólogo, enfim, esses grupos. Então, **haveria** na física, na engenharia etc. etc., e a universidade **seria** reduzida aos professores que **dariam** aulas e que, portanto, não **fariam** pesquisas. Isso deu errado porque o Plano Cruzado deu no que deu. Depois veio o Plano Collor, e esses núcleos ficaram meio fantasmáticos na Unicamp. Com a vinda do Pronex, as pessoas que faziam parte desses núcleos adquiriram uma esperança nova. "Virá o dinheiro do Pronex, somos excelentes" etc. Então, você tem espaço para os excelentes dentro dos prédios, eles são considerados excepcionais etc. etc. Veja, o que acontece quase sempre é que, quando não há essa defesa ou essa permanência dentro dos quadros mínimos do que **seria** uma universidade, os grupos procuram a solução pessoal. E correm atrás dessa ilusão. Então, no caso, durante quatro anos, o Pronex serviu exatamente para abafar a possibilidade de você reunir as pessoas para discutir a universidade no sentido exato da palavra. Eles não estavam interessados na universidade.

Marco Frenette - Não **seria** possível pensar a universidade de uma tal maneira que quebrasse esse isolamento? Porque os produtores são os professores. E o aluno sofre muito. Universidade pública, ou privada, o que acontece é que se enche uma sala com cinquenta alunos, e a pessoa se forma em letras e você pergunta de um Schiller, um Goethe, ele não sabe localizar esse escritor. Como o senhor vê essa condição da universidade como fornecedora de conhecimento para os alunos?

Roberto Romano - Vou dizer uma coisa que é meio complicada, mas não gosto de pedagogo. Sobretudo não gosto das faculdades de educação. Chamo a Faculdade de Educação da Unicamp de Pentágono, (risos), não por causa de o prédio ter cinco pontas, mas porque ela domina praticamente toda a atividade docente, da graduação à pós, e a avaliação também, criando situações tragicômicas. Por exemplo, um médico que trabalhe com seus estudantes numa enfermaria, ensinando etc., não é promovido na Unicamp porque não tem o número de horas-aula. A hora-aula é a terminologia do flanelógrafo, quer dizer, uma sala com aquele negócio lá,

aquilo é hora-aula. Os padrões são esses. A linguagem é muito reveladora. Temos "grades curriculares" não é por acaso. O próprio Schelling, no momento em que era ainda meio fã da Revolução Francesa, teceu considerações sobre o ensino na universidade alemã e dizia: "Mas quem fez os currículos, baseado em que, para quem?" Quer dizer, o jovem entra e tem de seguir aquelas cadeiras, aquelas disciplinas – o nome também é disciplina –, e quando ele sai está com aquelas disciplinas na cabeça e no corpo. Mas isso não tem quase nada mais a ver com o que as pessoas estão fazendo. No nosso caso, da filosofia, existe história. Por exemplo, não é por acaso que um dos intelectuais mais respeitáveis do país, mas teve uma história de autoritarismo muito grande que é o Tristão de Athayde, ficou muitos anos no Conselho Federal de Educação, e lá ajudou a elaborar um currículo de filosofia que é imposto até hoje. A USP tem até hoje metafísica, só que ela dá outra coisa, mas ela tem aquilo, uma coisa muito complicada. Então existe a intenção do currículo, que corresponde a determinados interesses, no caso eram os interesses católicos, e existe a realização dos *curricula*. Mas o problema não está aí, o problema está em outro aspecto. Gosto de ser bastante prático nos momentos práticos: a Unesp é uma universidade criada pelo Maluf para abrigar um ex-Secretário de Educação dele. Pegou todos os institutos de ensino isolados superiores do Estado, e fez a Unesp, cuja sede legal era em Ilha Solteira, e a sede real é na praça da Sé, em São Paulo. O que fazia, por exemplo, no dia de reunião do conselho universitário, com que os diretores pegassem um avião e os seus motoristas fossem de carro esperá-los no aeroporto de Congonhas, para levar para a praça da Sé, e enchiam a praça da Sé de tal modo com seus carros, que o trânsito ficava congestionado. Mas era uma instituição criada de cima para baixo, autoritária, com laivos de fascismo. Quando começou o governo Montoro, a Unesp fez um congresso de modificação, de reinstauração. E criou três comissões grandes: ensino e pesquisa; carreira docente; e poder na universidade. Ensino e pesquisa, você entrava facilmente na sala, porque tinha umas quinze, vinte pessoas. Carreira docente, um pouquinho mais, porque isso interessava alguns professores. Você não conseguia chegar perto da sala do poder. Então, esse é um retrato perfeito da cabeça desse pessoal. Poder, para mim, é algo que se concentra naqueles três monopólios que o Estado se arrogou, e que retirou da sociedade.

Leo Gilson Ribeiro - Quais?

Roberto Romano - Monopólio da força física, só o Estado tem o direito de prender ou declarar guerra, nenhum particular tem mais esse direito. Segundo monopólio, a norma jurídica. Só o Estado pode editar leis cogentes para todo e qualquer indivíduo ou ele próprio. E o terceiro monopólio é o da gestão do excedente econômico. Só o Estado pode estabelecer impostos, taxas etc. etc. Onde a universidade tem isso? Onde um reitor tem isso? O que acontece é que temos representantes do poder dentro da universidade. Esses reitores são embaixadores do poder, são servos do poder. E, quando eles têm boas relações com os centros de poder, seja militar ou policial, como aconteceu na USP durante anos, mesmo no período anterior à ditadura militar de 1964, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista jurídico, esses sujeitos fazem as suas universidades até crescer.

Milton Santos - Uma das perguntas que preparei para lhe fazer é exatamente esta: me parece que dentro das universidades, talvez em função das novas condições de realização do trabalho acadêmico, é que essas pessoas que se renovam nos postos de comando, que distribuem as notas, que organizam o nosso trabalho impondo normas, inclusive prazos, constituem um grupo que tem uma certa autonomia de existência, e que se opõe à idéia da universidade. Isso é grave. E aí já

engato com outra questão: será que estamos abdicando do dever da crítica interna, buscando só criticar o ministério, mais não sei o que, mais as agências, mas as próprias universidades recusam essa crítica interna? Acho que um dos objetos da crítica interna **seria** ver essa produção interna de burocratas. Quer dizer, são aqueles indivíduos que sai um, entra outro, mas é o mesmo grupo, que é inútil como esses pró-reitores quase todos, que são pessoas inúteis porque são intermediários dos quais não necessitamos na realidade, e que são um estorvo inclusive à produção intelectual.

Roberto Romano - A universidade não consegue autonomia por causa desses grupos.

Milton Santos - Que são internos a ela. E eles não deixam o debate se fazer.

Roberto Romano - O senhor tem razão. Veja bem, professor, há um elemento que acho até mais grave ainda. Me parece que a universidade mimetiza, de maneira perversa até, porque ela é uma espécie de parasita, mimetiza a estrutura de poder do Estado. No Estado brasileiro, você tem o Executivo, que supostamente é onipotente, e tem o Judiciário e o Legislativo, que vivem em função do Executivo. Na universidade, você criou a figura do reitor, que está acima do conselho, acima de qualquer coisa. Mas, na verdade, para que essa onipotência exista, é necessário que tenha os seus grupos de sustentação.

Milton Santos - Os nomeados depois das eleições.

Roberto Romano - Exatamente.

Milton Santos - Eles são cabos eleitorais, não são mais colegas nossos.

Roberto Romano - Não, eles são administradores profissionais.

José Arbex Jr. - É o tacão de fora.

Milton Santos - Ou o cheque de dentro.

Roberto Romano - No caso da Unicamp, todo candidato a reitor é obrigado a dizer, quando está em campanha, que a Unicamp é um anãozinho com uma cabeça bem grande. A cabeça é o número de funcionários e de grupos que ficam na reitoria em detrimento do lugar onde se **deveria fazer** pesquisa e ensino. Porque a cada novo reitor é necessário acomodar os velhos grupos e os novos. Então, você vai aumentando a cabeça da universidade. E você tem uma troca fisiológica tão grave como no caso do poder federal. "Então eu te dou isso, te dou aquilo, você fica com tal setor, eu te dou tal e tal pró-reitoria, você fica com isso, você fica com aquilo." Mesmo a atual reitoria da Unicamp, que supostamente é uma oposição há doze anos de direção, teve de lotear direitinho, bonitinho, as coisas. Bom, esse é um ponto. Agora, tem outro elemento que é grave e que normalmente os universitários não gostam de conversar, que é o problema das fundações. Não vou nem falar da USP, porque sei que aquilo lá é um horror. Aquilo lá dá vários contos policiais e várias coisas mais. Na Unicamp tem a Funcamp, você tem uma série de "amps" lá dentro. Essas fundações são mantidas com dinheiro da universidade, ou com dinheiro da FAPESP, ou com dinheiro do CNPQ ou com o dinheiro da CAPES. Então são dinheiros públicos que estão ali.

Milton Santos - Das empresas também.

Roberto Romano - Das empresas também. Tem um lá, chamado de Uniemp, que é uma beleza. Mas, na última reitoria, toda vez que a oposição queria, no conselho universitário, examinar as contas das fundações, o reitor retirava de pauta. E chegou-se a dizer que eram entidades com direito privado. É uma monstruosidade jurídica. Não existe. O que aconteceu? Essas fundações distribuem os dinheiros para pesquisa, para os grupos etc., evidentemente para quem é amigo do rei. Agora, no caso do funcionalismo, muitas nomeações eram feitas por ali. No caso do Baneser, também teve esse negócio. Publiquei um artigo na Folha de S. Paulo, que dizia: "É preciso furar esse tumor na universidade".

Marina Amaral - O senhor dizia que é preciso divulgar que as pesquisas estavam sendo financiadas, quem estava nelas e quais eram os objetivos...

Roberto Romano - Até hoje, você tem uma banca de doutorado. Alguém fez uma banca de doutorado, você senta lá, por mais que você saiba que tem um jogo de cena, tem: "Eu aprovo o teu aluno, você aprova o meu"... Mas existe um limite, que é justamente o fato de ser pública essa defesa. Portanto, se houver plágio ou alguma coisa, alguém pode dizer: "Olha, isso aí está invalidado". Portanto, quem está na banca está empenhando publicamente o nome. Agora, que responsabilidade pública tem alguém que julga um projeto de pesquisa no anonimato mais absoluto?

Marina Amaral - Mesmo os projetos que são escolhidos pelas fundações para ser financiados, não é?

Roberto Romano - Exatamente. Agora, esse anonimato serve para você não prestar conta dos dinheiros, mas serve também para você cortar idéias, perseguir inimigos, "definir" um rumo definido do saber.

Sérgio Pinto de Almeida - E você aprova um tipo de pensamento.

Roberto Romano - Sim. É um mecanismo muito bem-feito. A FAPESP está agora publicando o nome de quem pediu o projeto, o montante do projeto, o tempo em que o projeto será feito. Isso já é um avanço, porque as outras não têm nada disso. Ninguém fica sabendo quem aprovou, quem vai aprovar. Aí, agora vou contar um caso que é mais grave. Eu estava um dia no Instituto de Filosofia e recebi o telefonema de um alto dirigente do CNPq. "Professor, estamos mandando para o senhor um projeto, e vamos pedir o seu parecer negativo." (risos) Vocês vão ver o negócio, é muito mais grave. "Estamos pedindo o parecer negativo pra todos." "Não, mas..." "Por favor, o senhor não fique bravo, o senhor leia o projeto que o senhor vai entender." Li o projeto e entendi. Era um projeto liderado por um ex-reitor de uma universidade do Nordeste: Por que Existe Corrupção no Brasil. Esse projeto indicava quatro filósofos e cinco sociólogos. E você **faria** aquilo que eles chamavam de fenomenologia. Fenomenologia significa pegar o estudante, o monitor, ele **iria** para a praça pública e **perguntaria** ao povo o que achava da corrupção. Aí os filósofos **entravam** com alguns textos de Platão, uns textos de Rousseau, alguma coisa assim, os sociólogos etc., **juntava** tudo com as entrevistas e a pesquisa **estava** feita. Para isso, eles pediam

viagens para Londres, viagem para não sei onde, pediam computadores, pediam gravadores etc., bolsa para os estudantes...

Milton Santos - Qual era o custo disso?

Roberto Romano - O custo era de aproximadamente 1 milhão de dólares!

José Arbex Jr. - Bom, está explicada a corrupção no Brasil. (risos)

Roberto Romano - Aí fiz um parecer dizendo que parabenizava os componentes, porque sou filósofo, tenho uma tendência de idealista e gosto quando o círculo lógico se completa perfeitamente. Então, os parabenizava porque era o primeiro projeto corrupto sobre corrupção. (risos) E por que eles estavam pedindo parecer negativo? Porque já havia dois positivos. E o projeto foi aprovado, sim, senhores. Evidente que a loucura do 1 milhão não entrou. Diminuíram as pretensões. Sete meses depois estou de novo no Instituto de Filosofia, a mesma pessoa me liga: "Professor Romano, estou mandando um projeto daquele mesmo grupo, e estamos pedindo de novo aquele seu parecer negativo". Aí o tema não era mais corrupção, porque o Collor já tinha caído, era o neoliberalismo no Brasil... Então ficaram alguns indivíduos daquele grupo de professores, saíram outros etc., e assim uns **leriam** Locke, outros **leriam** Rousseau de novo (coitado do Rousseau!), e aí **fariam** um levantamento, e para isso **pediriam** bolsa de novo etc. etc. Um dos elementos que achei gravíssimo era o projeto ser um negocinho deste tamanho, mas gordo, porque era nutrido com xerox de títulos honoris causa daquele ex-reitor. E todo mundo sabe o que significa um reitor receber um título de doutor honoris causa, quer dizer, se o professor Milton receber é uma coisa, agora, um reitor é um pouco diferente. Vamos pensar muito no caso do reitor, pode ser que seja um reitor...

Milton Santos - Ou um presidente, também... (risos)

Roberto Romano - É, ou presidente. Muito raramente é pelos belos olhos ou pelo trabalho científico ou ético da pessoa. Você faz um convênio: você me dá um *honoris causa*, eu te dou um *honoris causa*. Então era um negócio deste tamanho. Teci considerações sobre a não-possibilidade de aceitar isso como um projeto. Isso foi aprovado de novo. Então, fico na seguinte situação ética: não posso colocar isso com todos os nomes e endereços na imprensa, como me deu comichão de fazer.

Milton Santos - É o dever do sigilo.

Roberto Romano - É o dever do sigilo, então eu **seria** "antiético"... (risos) Agora, tenho de assistir a canalhas roubando, e isso é ao lado de Caruaru! São pessoas que estão fazendo isso que não é filosofia, que não é sociologia, que é apropriação de dinheiro público pura e simplesmente, que é picaretagem, ao lado de Caruaru, onde as pessoas estão morrendo porque as máquinas não têm como se manter, como melhorar etc. etc. Então, fico nessa situação, não posso denunciar os dois, não sei quem foram as pessoas que deram o parecer positivo, está claro?

Sérgio de Souza - É um jogo de cartas marcadas.

Roberto Romano - Isso nem tem a ver com ética, isso é um tumor. Agora, como é que a universidade vai fazer a crítica dos políticos, dos etc.etc., se ela tem esse tipo de prática no seu

interior, se o sigilo não é abolido? Agora, quando eu disse: "Vamos abolir o sigilo" – "Não, os ódios dentro da universidade aumentarão muito." Falei: "Mas os ódios já existem, o que ocorre é que eles são abafados". Se o meu projeto não passou, o dia em que eu virar poderoso: "Ah, você vai ver o que vai acontecer com você". Quer dizer, os ódios são incubados e se potencializam.

Milton Santos - Para tornar mais grave, creio que com a tal globalização, e aí com a desculpa mais uma vez da palavra descoberta, vosmecê fez uma distinção entre totalitarismo e autoritarismo e me pergunto se o totalitarismo que hoje se instala com a globalização não pode se instalar com a aparência de não ser autoritário. Porque acho que um dos problemas que permeiam a vida social é a própria vida acadêmica.

Roberto Romano - Esse é o ponto.

Roberto Freire - Quando o senhor estava analisando a política da vida universitária, o tempo inteiro eu achava que era exatamente igual à política partidária, à política do Estado, uma coisa só, dos partidos, da imprensa, ou da mídia, tudo está sendo feito desse jeito. E a universidade não conseguiu autonomia quando **seria** um grande papel da universidade ter a possibilidade de corrigir, denunciar tudo isso.

Sérgio Pinto de Almeida - E tem mais um detalhe, que é o papel crescente da universidade particular. Outro dia vi um anúncio na televisão, não sei se eram escolas da Unip, faculdades do Objetivo, aí o cara falou assim: "Corpo docente, tal, tal, tal, e você voltado para o mercado. Você vai ter lugar no mercado". Falava umas quatro ou cinco vezes "o mercado".

Milton Santos - E aqui não tem blablablá. (risos)

Sérgio Pinto de Almeida - E frisar o mercado. Aí li notícias sobre o assédio a professores, porque, porque tem uma série de requisitos para reconhecimento da universidade particular, é quando existem teses, quando existe professor doutorado, graduado etc. E há um assédio financeiro em cima desses professores, eles já se aposentam na escola pública, recebem no auge da carreira, e aí recebem a proposta para ir para a universidade particular muito mais para ceder o nome, e com isso a universidade conquistar pontos junto às instâncias...

Milton Santos - Vou fazer um adendo. Tomei nota de duas ou três questões que vou ter de fazer. Estou preocupado com a dificuldade de a escola privada realizar seus objetivos comuns e democráticos sem saber muito o que quer dizer, hoje. Mas o que é hoje a universidade pública? Será que as nossas ainda são? Será que a USP ou a Unicamp ainda são entidades públicas, ou a gente **teria** de redefinir?

Roberto Romano - Perfeito, porque o que eu **ia começar** a dizer é que a grande novidade que o pró-reitor de graduação da Unicamp anunciou, e foi festejado com página inteira da Folha de S. Paulo, foi que os cursos de graduação da Unicamp **estariam** voltados para o mercado. E, portanto, **haveria** uma flexibilização para que os nossos estudantes pudessem competir no mercado etc. etc. A uma universidade como a Unicamp, que tem um conjunto de doutores e de pesquisadores importantíssimo, o que significa essa decisão? Aí a pergunta: foi referendada pelo conjunto dos professores essa modificação? Ou esses professores assistem ao trabalho desses tecnoburocratas de tal modo que ficam infensos, na verdade executam ordens como se viessem de

Deus todo-poderoso, e se dizem impotentes. Quer dizer, há um controle... Quando você tem um pró-reitor de graduação que propõe uma flexibilização da grade curricular para o mercado, você já tem então embutida toda uma decisão que vem da cúpula. Pouco importa se as pessoas que dão nome a isso são progressistas ou não. Agora, a questão da aposentadoria é outra coisa em que suscito muita antipatia no meio docente. Porque acho um escândalo moral um professor que recebeu dinheiro do Estado ou da sociedade, acho que é da sociedade, durante vinte anos, que fez uma universidade pública de alta qualidade, que foi muitas vezes para o estrangeiro, fez doutorado, voltou, recebeu verba da CAPES, do CNPq e da FAPESP, com 47 anos de idade ele se aposenta e vai se empregar, como é o caso do reitor da USP, Roberto Lobo, em Mogi das Cruzes, vendendo uma coisa que não é dele. Desculpe, o professor Milton é uma sumidade, mas o que ele sabe está vinculado ao que o povo brasileiro pôs nele em termos de aposta. Não é propriedade privada. A questão do público, acho que você tem toda razão, pensamos o nosso diploma, o nosso saber como propriedade privada, pequena propriedade privada, você vai lá e vende e tal. Só que nesse ponto a coisa está complicada, porque há uns quatro anos um professor titular que se aposentasse nas universidades paulistas e fosse trabalhar na universidade privada recebia uns 15.000 dólares e tal, e hoje está chegando aos 4.000.

Milton Santos - Está barateando...

Roberto Romano - Claro, é a lei do mercado: quanto mais oferta, diminui o salário. (risos)

Wagner Nabuco - Os privatistas dizem que a nossa universidade é muito cara por aluno/ano. Isso é verdade, comparando com as universidades norte-americanas, européias e do mundo? Depois: alguns defendem a universidade dizendo que uma das coisas que a encarecem muito é o custo dos hospitais universitários, então **faria** sentido passar os hospitais universitários para o Ministério da Saúde, como é o projeto. E, por último, se o senhor acha possível estabelecer uma quarentena para o aluno que se forma usando dinheiro público, e então só **poderia ir** para a iniciativa privada depois de um ano de trabalho público compulsório.

Roberto Romano - Em primeiro lugar, a questão do custo da universidade. Se for universidade, pesquisa, compra de livros, se tiver compra de laboratório, se tiver tudo isso, é caro mesmo. E será caro em qualquer situação. Você pode pensar aí modos de apropriação desses instrumentos, socialização desses instrumentos, de forma que não fiquem esses preços absurdos. Por outro lado, fazer um curso de física onde o laboratório não tem máquinas, é visitado a cada seis meses e você fazer tudo na base do quadro-negro, é barato. Quanto à questão dos hospitais universitários, dado esse mimetismo, essas relações promíscuas do executivo universitário com o executivo político, você tem toda uma série de concessões por parte das autoridades acadêmicas quando se trata da instalação desses hospitais. Então, de certo modo, houve uma programada destruição dos meios de saúde pública do Estado de São Paulo, e naturalmente passaram para as universidades a função de cumprir esse papel. E daí junto ao Executivo, do prefeito ao governador, com os nossos políticos, com os deputados, os vereadores etc. A coisa mais simples que você vê no hospital de clínicas da Unicamp é chegar um doente que vem do Cabrobó da Serra, com uma infecção no dedo, numa ambulância onde está escrito "Município de Não Sei das Quantas, administração maravilhosa", não sei o que e tal. Quer dizer, o que eles fazem? Eles pegam todos os casos e jogam para a Unicamp, porque aí as pessoas são gratas a eles: "Foi o prefeito, foi o vereador que colocou meu pai na coisa e tal". E aí chega todo esse pessoal na Unicamp, e para ser atendido é uma doideira. Imagina como você pode atender...

Marina Amaral - Não tem regra nenhuma de quem pode ser atendido?

Roberto Romano - Vai chegando no pronto-socorro, vai "selecionando" e vai despejando. Ora, isso faz supor que os reitores **deveriam ter** tido, antes desse sistema, batido a mão na mesa e ter dito: "A universidade tem a função de pesquisa etc. e tem uma função social, que vai ser cumprida dentro dos limites dela, universidade. Mas ela não vai substituir uma política de desmonte do Estado". Tal como ocorreu no Estado de São Paulo.

Wagner Nabuco - Quer dizer, destituiu a missão básica do hospital universitário.

Roberto Romano - Que era a pesquisa, o ensino e os serviços.

Wagner Nabuco - Virou um novo SUS.

Roberto Romano - Virou pior. Porque, como tem o logotipo, e o logotipo é um negócio seriíssimo, o sujeito foi para a Unicamp cuidar da unha encravada, mesmo que morra é a Unicamp, não é o SUS. O SUS não tem logotipo. Agora, a Unicamp tem os melhores especialistas. E aquele calhorda do vereador tem um dividendo muito maior. Então, esse negócio é muito grave. Aí a questão da autonomia.

Roberto Freire - Ele comprou um eleitor com dinheiro do Estado.

Roberto Romano - Exato. E a universidade não tem autonomia, não se torna autônoma, aí o professor Milton tem toda a razão, é uma coisa que está dentro dela já.

Milton Santos - Há um plano inclinado, que eu não **saberia** datar de quando. Me lembro quando cheguei aqui em São Paulo para ensinar, até hoje, e sinto realmente um processo de deterioração muito grande do espírito universitário dentro das universidades. E essa vontade de ceder ao poder político eleitoral, às vezes imaginando se tornar secretário de Estado, ou ministro.

Sérgio de Souza - Por falar nisso, que avaliação o senhor faz do atual ministro da Educação?

Roberto Romano - Olha, o ministro atual da Educação... (risos)

José Arbex Jr. - Já falou pela sua reação.

Roberto Romano - Veja, todos os instrumentos de ascensão social foram utilizados. Ele estava no Chile, exilado. Aí veio para o Brasil, foi trabalhar na Unicamp, era professor e foi eleito presidente da Adunicamp, a associação dos docentes. Aí o sindicato serviu muito bem, e era para que o discurso de esquerda – me perdoem, de vez em quando falo umas coisas pesadas, mas acho que existe um chantilly e debaixo do chantilly um bolo de merda. (risos) Você tem esse chantilly mais para a esquerda, muito bem cheirosa, mas por baixo o negócio é feio. No caso, ele foi presidente da Unicamp, e chegou a reitor justamente porque representava uma mudança etc. etc. Não posso dizer que o reitorado dele tenha sido totalmente desastroso, porque ele instalou determinadas coisas que não existiam na Unicamp enquanto universidade. Porque a Unicamp foi criada pelo professor Zeferino Vaz, que controlava tudo, ela tem todos os méritos e os defeitos do

professor Zeferino Vaz. Ele contratava, demitia, ele fazia e acontecia. A Unicamp não tinha conselho universitário, não tinha congregação, não tinha nada, tudo era definido pelo gabinete do reitor. E, no período Paulo Renato e Pinotti, a Unicamp adquiriu determinados ramos, como a congregação, como os conselhos etc. Mas adquiriu também as pró-reitorias, e todos esses instrumentos do executivo. Nesse período, ele estava se preparando para ser o quê? Secretário. Foi secretário da Educação do Estado de São Paulo, ocasião em que o núcleo de estudos políticos – se você olhar o nome das pessoas que estavam naquele núcleo e olhar agora as pessoas que estão nessa alta comissão de reformulação do CNPq, vai ver que são os mesmos – fez aquele relatório maravilha, que era propaganda política e não relatório de pesquisa. Aí, depois de secretário de Estado, foi ser empregado do BID.

Milton Santos - Foi para Washington.

Roberto Romano - Aí voltou, e a receita estava no BID, todos conhecem, e estava com alguém para executá-la. Esse senhor mente. Por exemplo, na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara do Deputados, ele foi dar um depoimento e disse que estava encaminhando para as universidades privadas, para ajudar as universidades privadas, 300 milhões de dólares. Questionado pelo deputado Ivan Valente, infelizmente não reeleito, ele disse que esses 300 milhões de dólares não eram dinheiro público, eram do BNDES! O que significa isso? Ele deu uma entrevista como ministro, dizendo que todos os professores da Unicamp são vagabundos, porque enquanto estava na Unicamp ele dava duas horas de aula. Em lógica elementar, ele **seria** reprovado. Que ele fosse vagabundo e desse apenas duas horas de aula, pode ser um fato, não vou olhar sua folha corrida na Unicamp. Agora, que todos os professores da Unicamp dão duas horas de aula, isso é uma mentira. Esse senhor mente.

Sérgio Pinto de Almeida - Mas ele é coerente, porque o chefe dele diz que aposentado é vagabundo... (risos)

Roberto Romano - Existe uma tática dentro do governo Fernando Henrique que é colocar alguns garotos-propaganda. E, no caso, o Paulo Renato é o garoto-propaganda ideal. Ele fala o que bem lhe interessa. Por exemplo, quando aconteceu essa briguinha entre o Serra e a equipe econômica por causa dos cortes do orçamento, o que disse Paulo Renato? Está registrado. Disse que não discutia os dinheiros do ministério dele publicamente. Disse: "Defendo o meu dinheiro na calada dos gabinetes". A frase é *ipsis litteris*. Primeiro, o dinheiro não é dele, é público, e na calada dos gabinetes, fora do juízo público, é qualquer coisa. Ele não ligou, já escrevi artigo citando isso na Folha de S. Paulo. Como é que pode uma autoridade que **deveria primar** pelo respeito, pela cultura, pelo espírito, pelo saber etc. agir publicamente dessa maneira, com o aplauso dos colegas?

Marina Amaral - O senhor acredita que o governo tem mesmo um projeto de privatização das universidades públicas?

Roberto Romano - A questão que o professor Milton colocou já responde. De tal modo acuaram os professores, ou os próprios professores encontraram as saídas, que boa parte dos serviços que **deveriam ser** gratuitos na universidade já é paga. Você tem cursos, por exemplo, chamados convênios, em que professores de inglês dão cursos onde eles cobram. Isso existe na Universidade do Espírito Santo. A Faculdade de Administração da USP tem um convênio com

uma lanchonete que está fazendo o prédio de trás. Então, o prédio de trás será da lanchonete até um certo ano, depois vai passar para a universidade.

Sérgio Pinto de Almeida - A Sociologia da USP tem catorze xerox instaladas, claro, particulares, todas com energias de fio puxado da USP.

José Arbex Jr. - Existe hoje universidade pública no Brasil?

Roberto Romano - Existe o princípio da universidade pública, uma tradição anterior de universidade pública, mas paradoxalmente excludente. Aí precisamos discutir um pouco melhor o projeto da USP. Gosto sempre de lembrar que a USP tem uma origem hedionda. Gosto sempre de citar o texto do Júlio de Mesquita Filho, quando ele diz que a USP, que a universidade deve ser, no organismo social, o que o cérebro é no corpo. E que a função da universidade é estabelecer a disciplina na mentalidade popular. Mas duas páginas depois ele diz: "Nós temos que cuidar muito do organismo político brasileiro, e não podemos dar direito de voto a determinadas regiões" – como a nordestina etc., porque o organismo brasileiro é meio teratológico, cresceu de um lado e não se desenvolveu em outro. E que temos um outro problema – o professor Milton acho que conhece essa frase assim na consciência, porque diz o Júlio

Mesquita Filho: "Ocorreu na sociedade brasileira um problema seriíssimo, foi incorporada à cidadania a massa impura e formidável de 2 milhões de negros, que fizeram baixar o nível da nacionalidade, na mesma proporção da mescla operada". Vou morrer com essa frase decorada. Então, está dado o programa. Está claro? Agora, tinha pretensões a coisa pública. Mas você tem o princípio, você tem efetivamente a possibilidade de lutar por ela, você tem até na Constituição essa parte, mas você tem uma lei como a LDB, que já cria todas as possibilidades para a privatização. Por exemplo, estamos na USP, na Unicamp e na Unesp cuidando de adequar a universidade à LDB. Uma das primeiras providências é acabar com os departamentos. Não vai mais ter departamento. Quem vai definir o ensino e a estrutura mesma dos institutos são o diretor e os coordenadores de pós-graduação e de graduação. O que quer dizer que já iremos trabalhar numa estrutura em que a pesquisa está afastada liminarmente. Você vai se dedicar àquilo que é ensino, como se fosse possível alguém ensinar alguém sem pesquisar essa coisa.

José Arbex Jr. - Mas não tem um dado positivo nisso, de você estimular a multidisciplinaridade? O departamento não estanca um pouco a coisa também?

Roberto Romano - O problema não é esse. O problema é que você não vai ter mais diversidade. Você vai ter uma raça estudiosa definida pelos coordenadores de pós e pelos coordenadores de graduação.

José Arbex Jr. - Um parâmetro rígido, e não tem conversa.

Roberto Romano - E dane-se, já está tudo definido. O professor Milton estava lembrando, já estamos no instituto com propósitos no seguinte sentido: "Os professores serão obrigados a ficar no prédio atendendo os alunos de tal horário a tal horário" – porque tal, não sei o que, tararará.

José Arbex Jr. - O senhor **teria** a noção do que **seria** uma universidade pública hoje, nas condições da globalização, do discurso de mercado?

Roberto Romano - Estudo Diderot, é o meu campo de trabalho. Trabalho com as luzes do século 18, e acho que estamos até muito precisados. Diderot tem um plano de universidade que a Catarina II pediu que ele fizesse. Ele começa dizendo que a universidade é uma instituição aberta para o maior número de cidadãos. E é onde eles aprendem os princípios básicos de todos os saberes. Outra coisa que Diderot diz é: "Não vou estabelecer hierarquia de disciplinas". Quer dizer, todas as disciplinas poderão ser exercitadas, sobretudo as novas. Mais: "E deve estar voltada principalmente para aquelas pessoas que não têm recursos para mandar os seus filhos para a universidade". Isto é, a grande maioria da nação. Diz ele: "Porque até do ponto de vista estatístico é mais fácil, é mais correto que você encontre grandes gênios em cem choupanas do que em dez palácios". Então, esse é o programa burguês de universidade pública, que foi tão desacreditado. Estamos atrás anos-luz. E mais outra coisa: "Onde mestres, estipendiados pelo Estado, se **dedicariam** integralmente a esse estudo, a esse ensino, não temendo porque **teriam** uma aposentadoria digna e respeitável". É o programa burguês do século 17. É a consciência burguesa. Agora, se comparamos isso com o que existe e com o que existiu aqui no Brasil, evidentemente não temos universidade pública e não tivemos nem sequer segundo os parâmetros da burguesia, ou dessa burguesia mais ilustrada. Quer dizer, estamos mesmo numa situação de barbárie social. Você teve feudos, onde a intelligentsia se estabeleceu, estabeleceu o seu programa e se arvorou então a dirigir o Estado. Sobre isso tenho alguma coisa a dizer também, porque há sempre aquela discussão sobre o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e a USP. O ISEB **seriam** os nacionalistas que **teriam** aderido ao Estado autoritário, e a USP **seria** rigorosa, científica etc. Esqueceram que esse grupo da USP tinha um projeto de poder. Não é piada, o senhor Fernando Henrique Cardoso pensava em ser presidente da República desde a época em que era assistente do professor Florestan Fernandes. Nunca abandonou esse sonho e fez tudo para isso.

Milton Santos - Será que se pode localizar nessa trajetória imaginada essa vocação exercida pelo presidente para ficar cada vez mais próximo do poder americano há mais de vinte anos, porque não é recente? Será que pode?

Roberto Romano - Acho que sim. Há uma espécie de namoro, que foi exercitado nesse período dos anos 60, com a sociologia norte-americana.

Milton Santos - Mas é mais que a sociologia, são os meios de trabalho. Não é só o trabalho intelectual, são os meios materiais de trabalhar de quem participava dos conselhos e das instituições que distribuíam recursos.

Roberto Romano - Claro. E fundações. Lembro sempre de um caso que a minha mulher (professora Maria Sylvia Carvalho Franco) conta, e ela tem uma memória boa: diz ela que o professor Florestan Fernandes foi procurado por um professor ligado ao Departamento de Estado norte-americano, para fazer uma pesquisa no Brasil, para saber como a população **reagiria** a um golpe de Estado.

José Arbex Jr. - O Florestan Fernandes?

Roberto Romano - E o professor Florestan Fernandes pôs esse professor para fora. Parece, penso eu, que nem todos os membros da sua equipe estavam tão dispostos assim. Não vou dizer mais nada. (risos)

Milton Santos - Vou fazer uma pergunta, só para lhe fazer falar: pode-se dizer que há uma regressão da universidade brasileira nos últimos quinze, vinte anos? Às vezes fico pensando que ela não exerce o seu dever nem para com a sociedade em geral, nem para com a humanidade, nem para com ela própria. Quer dizer, que há um processo de autodestruição evidente, de menosprezo a uma interpretação veraz do que é a sociedade brasileira, e um desinteresse por uma interpretação correta do mundo.

Roberto Romano - A sua análise é percuciente. Vou contar mais um caso – que sou bem caipira nesse sentido: quando Fernando Henrique Cardoso deixou o Senado para se reintegrar na USP, deu uma aula inaugural. Nessa aula inaugural estavam presentes o corpo inteiro da Faculdade de Filosofia, e de toda a USP, a sala estava lotada, os corredores lotados. E esse professor disse o seguinte: "Deixo o Senado, que é o espaço da ação, e venho para a universidade, que é o espaço da falação". Se aquelas pessoas que lá estavam tivessem algum amor pelo saber, algum amor pela verdade, algum amor pela ética, **levantariam e dariam** uma vaia nesse indivíduo. (risos) Mas ele foi aplaudido de pé quando falou isso. Ora, a universidade, se é universidade, não é falação. Ela produz teoremas, ela produz vacinas, ela produz pesquisa de átomo, ela produz atos, ela produz modificações éticas etc., se ela for universidade. Agora, o que é a prova mais evidente de que aquilo não era a universidade é o fato de eles terem aplaudido, porque cuspiram para cima e caiu na cara. São pessoas sem vergonha, que estavam bajulando uma pessoa poderosa.

José Arbex Jr. - O senhor falou nos últimos quinze, vinte anos, e não por acaso 99 menos 15 dá 84, que é mais ou menos a época em que a Folha de S. Paulo publicou a lista dos improdutivos. Acho que essa lista dos improdutivos é uma espécie de marco na história da universidade recente no Brasil. As famosas idéias de mercado acabam virando um parâmetro...

Roberto Romano - Nunca se esqueça de que essa lista dos improdutivos foi produzida na reitoria, com a colaboração direta da professora Eunice Durham, uma das conselheiras do Conselho Nacional de Educação e uma das pessoas mais nefastas para os campi, porque foi justamente a partir do parecer dela que o reitor Vilhena fechou o conselho universitário da UFRJ. É uma das pessoas mais nefastas dessa linha burocrática, e medíocre do ponto de vista da pesquisa, uma das pessoas mais nefastas na universidade brasileira nos dias de hoje. É oficialismo em duas pernas. E eu já disse isso em público para ela, e repito quantas vezes eu quiser. Foi uma coisa hedionda, porque juntou aí o interesse sensacionalista e a campanha contra a universidade, com interesses de dentro, de professores que estavam escalando a vida social, escalando a vida política. E isso é indefensável. Existe uma profissão agora dentro da universidade que é o avaliador. Não faço avaliação 24 horas por dia, estudo Diderot, dou aula, faço conferência, discuto com os meus colegas etc., não faço avaliação. Mas existe gente especializada em avaliação, existem núcleos de avaliação. Pergunto o seguinte: o que eles fazem no campo de pesquisa? Quem é antropólogo e que só avalia os outros... De repente, você só tem avaliadores, que avaliam físicos, matemáticos, químicos etc. etc. Não conheço indivíduo ou grupo que possa ter um domínio do saber tão grande que possa avaliar tudo isso. O que quer dizer que a avaliação, nesse sentido, é picaretagem pura. Existem teses de doutorado sobre avaliação!

José Arbex Jr. - Em nome do que, de que projeto ideológico, se é que havia algum, a Folha se empenhou em publicar essa lista e dar a ela um peso que até hoje repercute na universidade?

Roberto Romano - A ideologia da Folha nesse episódio, e continua sendo a ideologia do Estado de S. Paulo, do Jornal do Brasil etc., é que não pode existir, sobretudo nesse campo, serviço público e que é necessária uma privatização. Isso está claro.

José Arbex Jr. - O senhor acha que desde 1984?

Roberto Romano - Desde sempre. O Estado de S. Paulo defendeu a USP dele, a USP para formar as elites e formar os intermediários entre as elites, o estado e a população, para disciplinar a mentalidade do povo. Esse pensamento privatista faz parte dessa visão empresarial. E, quando esses jornais encontraram na universidade aliados, aí veio o que está aí. A idéia de produtividade é uma idéia extremamente danosa à pesquisa científica. Existem pensadores, como é o caso de Wittgenstein, que **teriam** tirado zero na CAPES, (risos), porque passaram dezenas de anos sem publicar quase nada. Então, essa é uma perspectiva ideológica de privatização, mas que vem de longa data. No caso, com a gestão do professor Goldemberg, que na própria Folha de S. Paulo chamei de infame, e repito, porque na questão da privatização o que a imprensa teve foi a clara adesão e incentivo das autoridades acadêmicas. Começou aí. E hoje existe pró-reitoria de avaliação. E teses, como eu disse. Você avalia o quê? Avaliar um saber é uma das coisas mais difíceis do conhecimento. E qual é o critério? O critério é o quanto. Fez tantas encenações, é um excelente pesquisador em artes. Meu Deus, então vamos dar nota 7 para o Ratinho... (risos) mas não está longe, porque, num dos elementos dos questionários que a dona Eunice Durham introduziu na USP, vem lá: "Quantas entrevistas para jornais você deu? Quantas entrevistas para a televisão?" Eu me recuso, nos meus relatórios para a universidade não cito artigos que escrevi para a Folha de S. Paulo etc., não cito entrevistas etc. Isso aí é a opinião de um cidadão que tem todo o direito de falar do jeito que quiser sobre as coisas. Outro é o meu trabalho onde pesquiso, onde estudo, onde reflito etc. tem outro peso.

Leo Gilson Ribeiro - Eu queria perguntar sobre essa modificação teratológica que houve com a universidade. A Universidade de Bolonha, que é sabidamente no Ocidente a mais antiga, junto com a Universidade de Paris, e depois junto com as universidades inglesas, em que momento o senhor determina ou acha que houve esse absolutismo que vivemos hoje, se isso remonta a Maquiavel, ou se remonta ao absolutismo europeu, ou se é uma coisa mais recente de uma hegemonia mercantil de determinados países?

Roberto Romano - A sua pergunta é estrategicíssima, porque sem tentar respondê-la perderemos anos discutindo a questão da universidade. Começando com a questão de Bolonha. Uma característica fundamental de Bolonha, que lhe deu uma autonomia muito grande diante do papa e dos governantes, é o fato de que ela era composta por uma congregação de advogados, e que providenciavam o pagamento das suas despesas. É um ponto fundamental: para ter autonomia espiritual, você precisa ter autonomia material. As outras universidades, como é o caso da Universidade de Paris, das inglesas etc., ou estavam sob o protetorado do rei, ou protetorado do papa, e recebiam desses poderes, que na época inclusive se digladiavam, junto com as verbas o verbo. Recebiam a raça estudiosa, recebiam aquilo que era permitido e aquilo que não era permitido. Mesmo assim, conservaram um poder muito forte. Um outro elemento, que o professor Jacques Le Golf lembra, é que "na Idade Média não existiam a universidade e o poder, existiam a universidade e os poderes".. Poder do rei, poder do papa, poder da burguesia mercantil emergente. No caso, os mercadores queriam determinadas coisas da universidade e não queriam outras. Segundo Le Golf, essa situação piorou no século 16, quando você tem o estabelecimento

do absolutismo monárquico, tem essa hegemonia do poder real e a universidade se adapta perfeitamente à função que o Estado queria dela. E Le Golf cita um discurso do reitor Gerson que diz: "A universidade não tem de ficar criticando tiranos nem coisa nenhuma. O que ela tem de cuidar é que haja um governante, e que os donos das galinhas durmam tranqüilos". Quer dizer, a propriedade tem de ser preservada. Bom, essa situação foi marginalizando a universidade, que por exemplo esteve afastada do Renascimento. Praticamente todos os grandes criadores da ciência, da cultura etc. passaram pela universidade, mas não eram universitários. A começar com Bacon, Descartes no século 17, Espinosa, todos esses grandes pensadores estiveram fora e contra a universidade. Descartes andou correndo pela Europa perseguido pela Faculdade de Teologia de Paris. A tal ponto, que o acusavam de ser rosa-cruz. E, como existia a lenda de que os rosa-cruzes ficavam invisíveis, quando foi para Paris fez questão de aparecer em todas as rodas, para ficar claro que ele não era rosa-cruz. (risos) Então, a universidade ficou fora do Renascimento, e fora do engendramento das ciências e das técnicas modernas. E quem ficava dentro da universidade tentando modificar era perseguido. Nos séculos 17 e 18, as Luzes não foram instaladas dentro da universidade. Diderot faz o projeto da Enciclopédia para atingir um público – veio até parar no Brasil, em Minas Gerais tem lugares onde se encontram exemplares Enciclopédia até hoje –, para formar um público numa perspectiva muito mais ampla do que era feito dentro da universidade. Na Enciclopédia, você tem saberes que a universidade desprezava absolutamente, por exemplo as artes mecânicas. Um dos elementos fundamentais da Enciclopédia é a tábua, é o caderno de instrumentos, porque ele ia lá, chegava no artesão e perguntava: "Olha, como é que se faz esse instrumento, para que se usa esse instrumento?"

Leo Gilson Ribeiro - O torno, por exemplo.

Roberto Romano - Exato. Bom, então a universidade não chegou a assumir a perspectiva total do Renascimento, não chegou a assumir a definição total das Luzes, mas sofreu, como no Brasil, a contra-revolução. Quer dizer, quando veio o Termidor, no Estado napoleônico, ela se instalou perfeitamente na função desejada pelo poder executivo do imperador. E foi esse modelo de universidade que passava aqui na cabeça de muita gente. Quando se diz que a universidade está hoje, de certo modo, já privatizada, a cabeça desse estrato sempre, me perdoem a generalização, sempre esteve voltada para produzir elites para a Igreja e para o Estado, produzir pessoas que sirvam bem a um quesito. Essa é a função. E esse elemento foi reforçado com Napoleão. Esse modelo napoleônico persiste nessa visão, a de que o executivo define todas as declinações da universidade.

Wagner Nabuco - Voltando à minha pergunta: como se apropriar do que é produzido na universidade, com todos esses defeitos? Como se apropriar de fato para o público que sustenta essa universidade? De que maneira isso está sendo pensado dentro dela? Falei da quarentena, o diplomado vai trabalhar no instituto para produzir coisas para a população antes de ganhar dinheiro igual um louco na iniciativa privada. O dinheiro é do imposto do povo, como é isso?

Roberto Romano - Mas aí você precisa também combater essa ideologia do mercado, que é passada pelos organismos dirigentes. Quando um pró-reitor diz "olhem a maravilha que fiz – transformar a graduação adequada ao mercado", na verdade ele está correspondendo a uma exigência que é anterior, que vem do ministério, e das secretarias: as famosas parcerias com a iniciativa privada. No fundo, o que os governantes disseram é o seguinte: "Vocês, professores, que têm saberes, virem-se e procurem financiamento da iniciativa privada". Não sei como isso é

possível num país de recessão. Que iniciativa privada é essa? Primeiro, a iniciativa privada brasileira não é conhecida por aplicar em ciência e tecnologia, e saberes.

Leo Gilson Ribeiro - Há outra nuance também, que é a famosa fuga de cérebros, principalmente rumo aos Estados Unidos. Havia uma lei na União Soviética, antes de ela se dissolver, em que a pessoa que quisesse se transferir para outro país teria de ressarcir o Estado pela quantia despendida com ela. O Brasil é um supridor gratuito.

Roberto Romano - A Unicamp tem uma regra estabelecida: todo professor que tenha ido para o estrangeiro e que tenha rompido o seu contrato precisa ressarcir a universidade com o salário daquele período de rompimento. Só que isso vai para a Justiça, e cai. A universidade perde, porque existem os direitos. Por isso sempre defendi, no caso de defesa da universidade: vamos deixar de colocar apenas como dialogante o Poder Executivo. Vamos procurar, enquanto comunidade, o Legislativo, o Judiciário. Porque muita coisa se decide na universidade passando pelo Judiciário e a gente nem tem consciência disso. Vamos discutir com o Judiciário, vamos dialogar com o Judiciário. Mas o uso do cachimbo entorta a boca, as pessoas não pensam, quer dizer, elas não querem, começando do próprio Legislativo. Muitas vezes você vai conversar com o deputado... O professor Fava, na época em que foi diretor científico da FAPESP, contava uma história que, quando a FAPESP precisava aumentar o seu quinhão no orçamento do Estado, ele foi procurar a Assembléia Legislativa. Pensou: "Bom, lá terei aliados certos, os professores universitários que são deputados, e vou ter problemas com as outras pessoas". Foi exatamente o contrário. Diz ele que Wadih Helu disse: "Mas a ciência é fundamental", e tal. Já os professores universitários: "Não precisa desse negócio, já tem dinheiro demais". E é isso. (risos) É um ponto complicado. Há uma teoria sobre o auto-ódio, o judeu que tem ódio de judeu, o homossexual que tem ódio de homossexual, e um dos elementos fundamentais dessa casta ou dessa raça, ou dessa gente que vira burocrata da universidade é que eles têm ódio de intelectual. Nunca vi tanto ódio ao pensamento intelectual. Nunca vi tanto ódio ao pensamento intelectual. Intelectuais que viraram deputados, que viraram assessores, pessoas que um dia estavam fazendo crítica, e no dia seguinte tomam uma atitude composta. Até o jeito meio hierático – já vira assim, já fala assim... (risos) São assessores. Acho que outra profissão horrível é essa tal de assessores. O meu instituto da Unicamp tem agora no Palácio do Planalto mais de dez assessores. Eles não estão dando aula e estão recebendo.

Sérgio Pinto de Almeida - Como assessor, fazendo o que lá?

Roberto Romano - Assessorando, dando conselho, dando opiniões geniais.

Sérgio de Souza - Assessorando a quem?

Roberto Romano - Ah, sei lá. São funcionários da Unicamp, professores da Unicamp, e estão lá "assessorando".

Wagner Nabuco - Vai trabalhar no gabinete do ministro...

Roberto Romano - Na presidência da República.

Sérgio Pinto de Almeida - Entendi que estavam a serviço da escola enviados a Brasília.

Roberto Romano - Não. Eles estão afastados, recebendo o seu salário. Isso que é o negócio, essa coisa de classe média. Você vende a assessoria, e na venda da assessoria vende também a sua ideologia, a sua posição política. Por isso, o caso Weffort também não foi nenhum escândalo – é muito comum. São coisas assim, mas é difícil você ter o relacionamento da universidade mesmo com esses políticos. Por exemplo, o ex-secretário de Justiça, o Belisário, tem um programa que acho muito interessante, que é o programa dos cortiços de São Paulo, defender os cortiços. E uma das fases do programa é oferecer assistência jurídica para aquelas pessoas que estão no cortiço, para que elas saibam a que têm direito etc. Ele procurou a Faculdade de Direito da USP, pedindo um convênio. A faculdade pediu um ano para estudar, e mais um ano para encaminhar. Ele disse: "Bom, quando a Faculdade de Direito aceitar, o governador do Estado pode ser o Paulo Salim Maluf, e aí não tem direito de cortiço, não tem direito de coisa nenhuma". Quer dizer, essa questão do timing, do tempo. Porque tudo isso supõe uma sensibilidade ao tempo, ao Kairós, ao tempo da sociedade. Você precisa estar aberto àquilo que as pessoas estão vivendo. Não adianta nada chegar cinco anos depois como uma coisa quando é preciso fazer naquele momento. Agora, pergunto: quantos professores da Faculdade de Direito da USP estão empenhados na luta pela cidadania pelos cortiços, seja lá o que for? Não vamos "mascar as palavras", como dizem os franceses. Quer dizer, conheço professor da USP que é ministro do Desenvolvimento, conheço professor da USP que é etc. etc., mas com esse empenho conheço o professor Fábio Konder Comparato – e o professor Fábio Konder Comparato... (risos) e talvez o professor Fábio Konder Comparato... talvez alguma outra pessoa, para não estar fazendo uma injustiça muito grande. É complicado, mas não contraditório.

Sérgio de Souza - Professor, fiquei preocupado com aquela história da corrupção, do CNPp, do ex-reitor. O senhor disse que por um dever de ética não se pode denunciar os corruptos?

Roberto Romano - É, por uma norma ética.

Sérgio de Souza - Mas quem **denunciaria**? Além dessa crítica do ensino, há corrupção mesmo, assim escancarada?

Roberto Romano - Olha, fiz proposta às associações docentes. Mandei-a também para as associações docentes da USP, da Unesp e da Unicamp, dizendo o seguinte: que se fizesse um movimento pedindo ou exigindo o fim do sigilo dessas fundações. Tenho as cartas, tenho uma caixa negra. E não recebi nenhuma resposta.

Wagner Nabuco - E alguém do Legislativo não **podia buscar** uma coisa desse tipo?

Milton Santos - É que está na Constituição, ela proíbe. Mas também está nos hábitos arraigados da nossa categoria.

Roberto Romano - Claro. Quanto ao Legislativo, uns cinco anos atrás vi que a situação da universidade paulista estava ficando uma coisa muito complicada, porque as reitorias têm uma opção preferencial pelo Executivo, e bom...aí, eu falei: "Mas sou professor titular da universidade". Professor titular nas universidades paulistas é um cargo criado pela Assembléia Legislativa, e as reitorias têm um lote determinado de cargos de professores titulares. Para aumentar esse número, é preciso ter autorização, é um cargo de Estado. Pensei: "Se tenho esta

responsabilidade, vou até a Assembléia Legislativa e digo que quero discutir com os deputados as verbas das universidades públicas". Até em gabinete de pessoas de esquerda muitas vezes eu ouvi o seguinte: "Professor, está tudo certo, é isso mesmo".. Daí tiravam um dossiê e perguntavam: "E o que o senhor diz disso dessa fundação? O que o senhor me conta disso aqui? Como vamos defender mais verba para a universidade se tem isso aqui?" Vocês já ouviram falar das "Termas Manuelinas"? É um hotel feito pela Faculdade de Economia da Unicamp, na cidade de Campinas, um hotel de muito boa qualidade, supostamente para acolher pesquisadores estrangeiros, mas que é uma colônia de férias muito interessante para os professores da Faculdade de Economia. E vai dinheiro lá o tempo todo. "Termas Manuelinas", porque criada pelo bom e simpático João Manuel Cardoso de Mello. Isso foi denunciado pela associação docente etc. etc., mas agora silenciou. Silenciou por quê? Porque agora está em curso a instalação na Unicamp de um Instituto Superior de Administração, que tem como patrocinadores o professor João Manuel Cardoso de Mello, o professor Delfim Netto e outros professores. O problema é que tipo de promiscuidade está ocorrendo, que você não pode nem sequer discriminar o que é dinheiro público e o que é dinheiro privado. Se você, como conselheiro da Unicamp, for no conselho da Unicamp dizer "eu exijo que o reitor coloque as contas da Funcamp para exame de conselho", ele vai dizer "não".

Wagner Nabuco - E o estatuto permite a ele dizer isso?

Roberto Romano - Aí é que está, permite e não permite. Sempre lembro de Marx, no Capital, quando ele está discutindo o tempo do trabalho, sempre chega uma hora em que a classe trabalhadora entra em confronto com o capitalista, então um está vendendo mercadoria e o outro está comprando. E nessa hora é direito contra direito e, quando é direito contra direito, decide a força. (risos) Agora, que força? Aí que chega o ponto. Onde vamos encontrar pessoas para quem o elemento público seja um valor tão grande que lhe permita enfrentar esse tipo de ação, sabendo das represálias que ocorrerão naturalmente.

Leo Gilson Ribeiro - A imprensa não **poderia**?

Roberto Romano - Fiz o máximo que pude. Teve um caso famoso, de um diretor do CNPq, com a mulher do diretor do CNPq com o irmão do diretor do CNPq, que importou areia e instrumentos para a pesquisa física. Isso está até no jornal. Requisitei a documentação e eles mandaram. E o que foi importado foram arruelas enferrujadas e etc. E com isso o CNPq foi bigodeado em 40 milhões de uma vez, algo assim. E não aconteceu nada. Como a operação foi feita nos Estados Unidos, o CNPq teve de entrar na Justiça americana e a Justiça americana condenou os ex-diretores do CNPq. Pergunto eu: como alguém pode chegar a ser diretor de uma instituição científica com esse qualificativo? E mais: é só ele que faz isso?

Wagner Nabuco - Com esse quadro todo, qual a perspectiva?

Roberto Romano - Não venham os privatistas com a universidade privada. Porque aí a coisa é muito pior. O Conselho Federal de Educação foi fechado por corrupção explícita dos donos das universidades privadas. Fiz parte de uma comissão de reconhecimento de uma universidade pública do Paraná, a Unicentro. E nós, a comissão, nos demos três anos para fazer o parecer inicial. E vimos coisas espantosas. Por exemplo, havia um curso de informática. E só existiam dois computadores. (risos) O professor de matemática da Unicamp disse: "Não posso aprovar um

curso de informática com dois computadores". Aí o reitor *pro tempore*, porque não **podia ser** reitor ainda, nos chamou e disse: "Tem um problema sério aqui. É que o Requião (que era governador do Estado) brigou com a Xerox e brigou com a IBM. Como ele não pode proibir este negócio, ele baixou uma norma interna, de boca a boca, que todos os órgãos públicos não irão utilizar produtos da IBM e da Xerox. Então, os dois computadores que estão aí foram comprados com o dinheiro da CAPES, que é federal, e isso vai nos dar um tempo. Esperem, por favor, porque ele está saindo para ser candidato e o vice-governador já nos disse que vai nos oferecer isso". Então esperamos mais seis meses, e o curso de informática teve os seus cinquenta computadores necessários para funcionar. Quer dizer, é esse tipo de coisa que o Executivo nacional faz. Eu disse o Requião, mas **podíamos colocar** qualquer nome. Então, nessa linha levamos três anos para fazer o reconhecimento dessa universidade e, quando fizemos, sabíamos que ela tinha defeitos terríveis. Por exemplo, fiquei encarregado da biblioteca. Eles listavam como obra fundamental de teoria as obras do general Emílio Garrastazu Medici. Precisei explicar longamente que como documento talvez, mas como base teórica..., coisa nessa linha. Nesse ínterim, pipocou reconhecimento de universidades privadas no Estado do Paraná que era uma maravilha. Cursos de medicina, então, era um em cada esquina. Isso se faz à custa de dinheiro, dada essa corrupção na universidade privada, dada essa ideologia de privatização, essa pronunciada preferência da grande imprensa em relação a isso. O fato de o Roberto Lobo ter saído da USP e ido para Mogi da Cruzes deu esse charme, mas que pesquisa aquilo lá está fazendo? Que ensino? Eu estava numa mesa da SBPC, estava presente a doutora Eunice Durham (risos), e eu disse: "As universidades privadas de São Paulo funcionam ao ritmo de 'O mundo gira e a Lusitana roda', porque, quando vem uma inspeção do MEC, as bibliotecas são emprestadas umas para as outras". Aí a professora Eunice disse que eu estava fazendo uma caricatura. Mas, na Universidade Tibiriçá, a biblioteca fica atrás do caixa! E a biblioteca da faculdade tem isto aqui, (mostra um espaço mínimo) entre a Enciclopédia Barsa e não sei o que mais. Você só pega o livro se estiver em dia com o caixa, e a biblioteca é ridícula, não existe, aquilo não é laboratório coisa nenhuma! Então, não há motivo para ter medo de fazer crítica à universidade pública, porque efetivamente a privada tem coisas terríveis.

Marina Amaral - São duas coisas diferentes a universidade privada e a pública?

Roberto Romano - Por definição, o que é privado tende a formar elementos para, no caso da luta social, garantir os interesses de quem é privado. Agora, tem uma coisa também, que venho dizendo há bom tempo e que as pessoas não levam muito em conta. É um pouco falácia dizer que a universidade brasileira forma as grandes elites econômicas. Filho de rico, mesmo, não de classe média, estuda na GV ou estuda em Harvard, Cambridge etc. Não estuda na USP. Existem levantamentos na própria USP dizendo que o nível salarial de boa parte dos pais dos estudantes não é lá muito elevado. Tem esse aspecto. É preciso tomar um pouco de cuidado, o mal, no meu entender, não é tanto o fato de existir gente rica nas escolas públicas, porque o problema é anterior, data da luta social e da luta econômica. O problema é que a universidade está financiando sistematicamente essa classe média que tem como horizonte a si mesma, a sua pequena propriedade. Nessa linha, não vejo saída, sou um pouco religioso, e digo: "É necessário que haja uma metanóia por boa parte da universidade". Quer dizer, uma conversão da mente. Porque, se continuarmos pensando dessa maneira, a defesa da universidade pública gratuita etc., sem outros bemóis no seu interior, vamos caminhar para o suicídio, porque a classe média vai procurar a sua saída, não existe nenhum mecanismo possível nessa linha, não vejo uma forma de obrigar a pessoa a devolver o dinheiro que foi aplicado nela. Se os professores não se sentem

compromissados, se se aposentam com 47 anos de idade, é um escândalo, se os próprios professores fazem isso...

Sérgio de Souza - Ou vão fazer assessoria.

Roberto Romano - Vão fazer assessoria, vão ganhar dinheiro, vão fazer parceria com a iniciativa privada. E agora, nesse projeto de reforma da universidade, esse negócio das organizações sociais que estão planejando, as universidades **seriam** transformadas em organizações que não **seriam** do Estado e também não **seriam** propriamente empresas, **seriam** "organizações sociais". Mais ou menos isso, o picaretol sempre começa por aí. E essas organizações sociais **teriam** determinada quantidade de dinheiro, básica, e **procurariam** junto ao próprio Estado ou à iniciativa privada os meios que faltam.

Marina Amaral - Essa é ruim.

Roberto Romano - Já há várias. O CNPq é uma organização social. Essas coisas estão sendo feitas.

Roberto Freire - Mas o dinheiro vem do Estado, não é? Do CNPq, por exemplo?

Roberto Romano - O elemento básico é o seguinte: o Estado coloca o dinheiro, e aí teremos a parceria com a iniciativa privada.

Wagner Nabuco - Eleva a produção...

Roberto Romano - Eleva a produção, tira a universidade da crise – são receitas miraculosas, fantásticas!!

Milton Santos - Poder pagar corretamente...

Roberto Romano - Pagar bem seus professores... professor Milton, já existe uma coisa que é monstruosa: foram reunidas as nove universidades ditas de pesquisa do país.

Sérgio Pinto de Almeida - Quais são, professor?

Roberto Romano - Unicamp, USP, UFRGS, Unesp, UFMG, UFRJ, UnB, Unicesp (federal de São Paulo), PUC-RJ. Elas já se reuniram mais de dez vezes, reitores, pró-reitores, todos, e já definiram um plano de salvação delas. E dentro desse plano você tem a terceirização de serviços, tem a privatização de serviços etc. etc., e o que os reitores dizem quando são criticados é: "Bom, mas preciso pagar melhor os meus professores, senão os perco, eles vão para o exterior". Até quando? Sempre digo, não é o corpo docente inteiro da UFMG ou da USP etc., mas a sua direção decretou que essas nove são mais excelentes que todas as outras. E que, se as outras forem destruídas, tudo bem, porque elas estão salvas. Isso é uma coisa horrorosa. E essas universidades não terão os entraves burocráticos das outras. Que de fato são entraves e são burocráticos. Agora, você não vai resolver isso colocando a universidade na beira da esquina do mercado. Se você acha que é isso, você está perdido.

#### **Anexo D - Entrevista 4 (E4)**

Entrevistadores - Ana Miranda, Regina Echeverria, Plínio Marcos, José Arbex Jr., Carlos Tranjan, Marco Frenette, Jhonny, Walter Firmo, Sérgio de Souza.

Nunca se deu tanta risada em nossas entrevistas. Para quem foi ao Rio pensando encontrar um Chico meio caído, como quiseram certas matérias saídas na imprensa, foi uma alegre surpresa. E houve emoção, não explosão, se bem que ele não deixou de chutar certas fulgurantes canelas.

Sérgio de Souza – **Abri** os trabalhos dando a palavra, a primeira pergunta, às damas...

Ana Miranda - Uma das preocupações que tenho é a respeito da função social da literatura. Estive conversando com o Raduan Nassar e ele disse o seguinte: literatura não serve para nada, só serve para divertir o escritor na hora em que está escrevendo e chatear depois que termina, porque se publicar... (risos) Você acha que a literatura tem uma função social?

Chico Buarque - Tendo a concordar com o Raduan, prezo bastante a inutilidade da literatura como das artes em geral, e concordo também que a função principal é divertir quem escreve. Quando estou escrevendo me divirto à beça, quando estou compondo também, quando estou criando encontro o prazer que não encontro nas férias. As férias, pra mim, são um grande aborrecimento, fico aflito, ou porque acabei de concluir um trabalho, ou porque estou procurando o que fazer em seguida - é um intervalo inócuo.

Regina Echeverria - O Raduan diz que a coisa melhor do mundo é dormir...

Ana Miranda - Perguntei pra ele e pergunto pra você: você **seria** a mesma pessoa se não tivesse lido os livros que leu?

Chico Buarque - Não.

Ana Miranda - Então a literatura tem uma função?

Chico Buarque - Tem a função de alimentar novos escritores, que terão, por sua vez, o prazer em escrever e o prazer em ler. As duas coisas se misturam; na verdade, quando disse escrever, errei: meu maior prazer é ler o que escrevi, além do prazer da leitura, alimenta a sua vaidade - "fui eu que escrevi isso" -, escrevo para ler. O momento mesmo de escrever não é tão prazeroso assim, é um antegosto, você sabe que está escrevendo para ler depois, "quando ficar bom, vai ficar ótimo de ler".

Carlos Tranjan - Como você faz? Reescreve muito, parte de um roteiro, faz planos?

Chico Buarque - Quando começo um livro, não tenho um roteiro, aliás, começo várias vezes até encontrar um caminho que pareça o caminho de um futuro romance ou o que seja, mas só vou definir mais ou menos o que será esse livro, esse roteiro, depois já de alguns passos dados, algumas páginas escritas. Por exemplo, falando dos meus romances, o Estorvo e Benjamim - eles partiram de uma idéia abstrata, não partiram de nenhum planejamento. É claro que chega o

momento: "Parece que vou embarcar nesse livro. Aí você traça um roteiro, que muitas vezes no curso da escrita vai se modificando.

Sérgio de Souza - Você tem um método, uma disciplina, xis horas por dia?

Chico Buarque - Não precisa, porque fico vivendo em função daquilo, trabalho o dia inteiro, o dia todo.

José Arbex Jr. - Quando você radicaliza a noção de que arte é o prazer lúdico e só isso, não está criando uma linha de ruptura muito dramática na tua própria história, um "muro de Berlim" entre o Chico artista e o Chico engajado? Você não está criando um conflito aí?

Chico Buarque - Não estou criando conflito nenhum, a não ser que você considere algumas músicas compostas em plena ditadura, onde a noção de arte e de serventia política se misturavam. Mas eu já disse: essas canções mais marcadamente políticas são circunstanciais, canções que eu não **incluiria** entre as minhas melhores, e não são tão numerosas assim, como às vezes parece. O que há e sempre houve é uma participação do cidadão que se fez conhecido pela sua arte, mas não sei se é o "muro de Berlim" - na minha cabeça, consigo dividir tranqüilamente o artista e o cidadão. O cidadão, na verdade, está usurpando de certa forma o prestígio do artista, aí sim tirando algum proveito disso e se colocando a serviço de alguma coisa. Está sendo de certa forma útil, no seu ponto de vista, para determinados candidatos, mas não necessariamente no momento da criação; até preferia que não houvesse havido a necessidade de misturar política com criação artística, preferia que não tivesse existido a censura, que era uma interferência direta na criação do artista. A música, mesmo a imprensa, quando você está escrevendo um artigo debaixo de censura, ela está interferindo na tua escrita, na tua criação, isso acontecia no começo dos anos 70, principalmente. Não foi uma escolha minha.

José Arbex Jr. - No disco lançado agora, Cidades, você coloca o tema cidades e ao mesmo tempo faz todo um trabalho com a tua cara, como índio, como negro, com etnias, e no mundo contemporâneo a cidade é o local onde se dá o conflito das etnias, é o que está acontecendo na Bósnia, os conflitos raciais na Europa, os neonazistas etc. De uma forma ou de outra, a tua concepção de mundo acaba interferindo, conscientemente ou não, na tua produção estética. Por isso acho estranho você separar o Chico artista e o Chico cidadão.

Ana Miranda - Que é uma pessoa só.

Chico Buarque - Quem disse que é uma pessoa só? (risos) Você está citando um caso que para mim é exemplar; a capa do disco, aliás não foi feita por mim, foi feita pelo Gringo Cardia, e que se presta a esse tipo de interpretação, mas ela foi criada depois do disco, não fiz nenhuma dessas canções pensando no conflito de etnias, isso é uma possível interpretação do Gringo Cardia e a sua já é uma outra possível interpretação do que o Gringo possa ter imaginado, que não sei se foi isso. Não vi um conflito étnico na capa do disco. Vi uma conjunção étnica com a minha cara, mas não pensei na Bósnia. Há uma infinidade de interpretações possíveis, só que todas posteriores à criação, inclusive a minha. A música Assentamento, por exemplo, as fotos do livro do Salgado (Terra) me serviram de motivação, de inspiração, ou o que você quiser, para escrever aquela música, mas ela foi criada dentro do meu universo estético. A partir daí fiquei satisfeito porque a música, enquanto música, entrou no livro do Salgado, e o livro tinha uma finalidade prática

mesmo, até pecuniária, os direitos do livro foram cedidos para os sem-terra, aí é outra coisa. "A música já está criada e vamos ver o que a gente faz com ela." A gente cria um objeto de arte, a gente pode criar a partir dessa música uma utilidade prática, mas criar uma música pensando na sua finalidade objetiva me parece perigoso, empobrecedor mesmo.

Plínio Marcos - Na minha opinião, você é o poeta que mais interpreta a alma feminina, isso passa pra todo mundo - quando vai trabalhar com essas músicas, principalmente, você usa a intuição partindo da sua vivência ou deixa fluir na hora?

Chico Buarque - Me surpreende que você faça essa pergunta. (ri) Navalha na carne...

Plínio Marcos - Navalha na carne eram três monstros, e as suas não, são mulheres ricas de delicadeza.

Chico Buarque - Pois é, você, para criar a Neusa Sueli, de certa forma teve de intuir. Monstro ou não monstro, era uma personagem feminina que você criou.

Plínio Marcos - A minha sensibilidade estava violenta, eu estava rebelde, e você não. É sempre meigo e doce com as mulheres.

Chico Buarque - Não, nem sempre, em textos como Gota d'água, por exemplo, que escrevi junto com o Paulo Pontes, aquela mulher também era uma monstra, aquela Medéia do subúrbio. Agora, a canção, de certa forma adocica um pouco essa monstruosidade, então a canção que ela canta, que é a Gota d'água, e a outra, Bem querer, não são canções monstruosas. A melodia, de certa forma, adocica o que **poderia haver** de literatura em uma letra de música. Tanto é que escrevo livros sem música, quer dizer, é uma literatura desprovida de música, muito mais seca que a letra das canções que são escritas em função daquelas melodias.

Marco Frenette - Existe uma preocupação com o trabalho do seu pai, o grande Sérgio Buarque de Hollanda, principalmente agora, que está fazendo mais literatura, você criou alguma relação com o ofício dele de escritor, de historiador? O trabalho do seu pai lhe vem à mente?

Chico Buarque - Sempre houve isso, como já falei outras vezes. Quando comecei a escrever literatura, antes mesmo de fazer música, era com meu pai que eu dialogava. Tive acesso ao escritório do meu pai através da senha da literatura. Quer dizer o meu ingresso, porque o escritório dele era fechado, ele ficava lá e crianças eram indesejadas, a não ser a filha preferida - meu pai tinha a filha preferida, ela podia entrar...

Ana Miranda - Quem era a filha preferida?

Chico Buarque - A Ana, tua xará. Todo mundo morria de ciúme dela, porque só ela podia ir lá, na cadeira dele, sentava no colo dele, mexia nos papéis dele, o resto não entrava. Então, só houve acesso ao escritório do meu pai quando levei os meus primeiros escritos, e ele, apesar de eu ser um garoto de quinze anos, levou a sério, me estimulou a escrever. É claro, pichando aquilo que estava escrito ali, dizendo: "Você tem de ler mais." Mas levando a sério, observando, lendo, né?

O primeiro conto que publiquei no suplemento do Estado de S. Paulo foi o meu pai que encaminhou ao Décio de Almeida Prado. É um conto de juventude, enfim, isso permanece ainda hoje, aquela história do poema do João Cabral, aquela pessoa que ele imagina olhando seu texto por cima do seu ombro, não é sempre, mas muitas vezes é meu pai. Quando escrevi Fazenda modelo, meu pai ainda era vivo e eu mostrava para ele os primeiros capítulos, ele leu, até gostou. Enfim, eu gostaria, entre outros motivos, de ter o meu pai vivo, sinto falta dele. Quando termino um livro, seria a primeira pessoa a quem eu mostraria o original.

José Arbex Jr. - Quando você teve neto pela primeira vez, pensei o que seria ser filho do Chico Buarque e neto do Sérgio Buarque. É um peso, hem! O teu pai nunca foi um peso nesse sentido, uma coisa de competição?

Chico Buarque - Não, engraçado, só fui tomar conhecimento da importância intelectual do meu pai já homem feito. Quando eu era criança, não sabia exatamente o que meu pai tanto fazia naquele escritório, (risos) aquele cléc, cléc, cléc, o barulho da máquina. Eu não tinha muito essa ideia do meu pai, mesmo porque até professores raramente se referiam a ele como alguém importante. Muitas vezes, durante a minha infância toda, me perguntavam se eu era filho do Aurélio, e muitas vezes diziam: "Olha o sobrinho do Aurélio", (risos) e eu fiquei com uma certa aversão ao Aurélio Buarque de Holanda. Eu dizia: "Não sou filho, não sou sobrinho, ele é um primo muito distante do meu pai. (risos) Porque aquilo me chateava um pouco, não queria ser filho do Aurélio. Poucas vezes, um professor de história dizia: "Ah, filho do Sérgio Buarque de Hollanda. Mas não era uma referência forte como intelectual.

Plínio Marcos - E na bola, teu pai te influenciou?

Chico Buarque - Nada, meu pai não gostava de futebol, dizia que torcia pelo Bonsucesso. (risos)

Regina Echeverria - É verdade que você está mais ligado em literatura do que na música?

Chico Buarque - Não, acho que a entrevista se encaminhou um pouco para esse lado, não sei se estou mais interessado em literatura, tento alternar as duas coisas. No momento, não, acabei de gravar um disco!

José Arbex Jr. - Numa entrevista, você falou que não tinha mais vitalidade para fazer MPB, disse que pra fazer MPB tem de ser jovem.

Chico Buarque - Não, é porque isso aí tem sido muito cobrado, "tanto tempo entre um disco e outro, cinco anos" - tento dizer que não sou um caso isolado, e é até surpreendente que, aos 54 anos, esteja lançando um disco de música popular. Não é natural, natural num compositor de música popular é que ele vá produzindo cada vez menos. Você vai olhar em volta, no Brasil e fora do Brasil, o sujeito faz muita música aos vinte, trinta, quarenta anos. Uma interpretação minha é que isso tem a ver até com o público que consome música popular - não ouço mais música popular como ouvia quando tinha vinte anos, por exemplo. Não gosto mais tanto de música popular como gostava, então acho que é uma arte de juventude.

Plínio Marcos - Impressionante é aos 54 anos ele ser tarado por futebol. (risos)

Chico Buarque - Pois é.

Ana Miranda - Ser tarado, não, ser craque do futebol.

Chico Buarque - Mas, aos 54 anos, "você não corre mais como corria aos 20 anos"... (risos). Acho que correr o que corro já está de bom tamanho. (risos)

Ana Miranda - E você faz outras coisas, nesse intervalo de cinco anos tem um milhão de coisas, não é?

Chico Buarque - Pois é, mas como agora estou falando de música, lançando um disco, as pessoas que vão falar do disco ignoram absolutamente o resto, é como se não existisse, aí são dois departamentos estanques. Quando eu lançar meu próximo livro, as pessoas vão me perguntar: "Mas por que cinco anos entre esse romance e o anterior?" E vou ter de falar, quase que com vergonha: "Porque eu estava fazendo música, e depois de música eu fiz shows, (risos) e essas coisas ocupam muito tempo da gente." E não é esse cansaço que se atribui, porque gosto, como falei antes, meu grande prazer é estar trabalhando. Agora, o ritmo é outro. É normal que seja outro. É menos espontâneo do que era aos vinte anos. Você procura mais, burila mais.

José Arbex Jr. - E qual tua avaliação em relação ao que os jovens estão produzindo hoje de MPB?

Chico Buarque - Ouço muito menos do que ouvia antes.

José Arbex Jr. - Você ouve o que hoje?

Chico Buarque - Quase nada. (risos)

José Arbex Jr. - Por quê?

Chico Buarque- Porque durante meses, agora nos últimos três quatro meses, estive simplesmente dedicado a gravar meu disco. Quando estou compondo e gravando, não tenho espaço para ficar assimilando músicas alheias, a cabeça está toda voltada para a criação, e é assim também quando estou escrevendo um livro. Aí não leio outros livros, a não ser que esteja ligado àquilo que estou escrevendo, uma pesquisa ou coisa assim, mas não leio ficção quando estou escrevendo ficção.

Plínio Marcos - Fale pra mim, entre as tragédias da sua vida, o que você tem a dizer do Fluminense? (ri)

Chico Buarque - Não é tragédia nenhuma, Plínio, é igual à sua com o Jabaquara. (risos)

Plínio Marcos - Aliás, o Djalma, presidente, vai te mandar um emblema do Jabaquara. Provavelmente você será torcedor honorário do Jabaquara.

Sérgio de Souza - Por falar em futebol, o seu time de botão era o Politeama, era isso?

Chico Buarque - O meu time de botão era Politheama, não tenho mais.

Sérgio de Souza - Tinha até um hino, não é, quando você entrava em campo? Você lembra do hino?

Chico Buarque - Lembro.

Sérgio de Souza - Como era?

Chico Buarque - (cantarola) Politheama, Politheama, o povo clama por você/ Politheama, Politheama, cultivava a fama de não perder. (risos)

Plínio Marcos - E quem eram os seus adversários nisso aí?

Chico Buarque - Sabe que eu jogava muito sozinho, não é? (risos). Eu contra eu. (risos) Aí, no tempo do Jabaquara, eu fazia campeonatos. Campeonatos paulistas, campeonatos cariocas, juntava aqueles doze times, que eram doze na época aqui no Rio, e doze em São Paulo. Fazia o campeonato paulista, fazia o campeonato carioca e depois fazia o Rio/São Paulo. (risos)

Plínio Marcos - Sozinho?

Chico Buarque - Sozinho, eu contra eu mesmo, e roubava um pouquinho também.

Ana Miranda - Pra quem você roubava?

Chico Buarque - Pro Fluminense. (risos) Ele era sempre campeão.

Johnny - Você nunca teve um rival de botão?

Chico Buarque - Sim, todo mundo tinha time de botão, eu jogava com outras pessoas também. Mas fazia a seleção, e pra fazer a seleção tinha de fazer o campeonato interno, e esse aí eu ficava horas (risos), e era no chão de madeira, na casa dos meus pais, e pá, pá, pá, horas jogando botão.

Plínio Marcos - E implicava solidão esse jogar botão sozinho?

Chico Buarque - Claro, o que eu mais jogava era sozinho. E ficava narrando.

Plínio Marcos - Narrava o jogo?

Chico Buarque - Narrava, claro. (risos)

José Arbex Jr. - Você compõe, joga campeonatos, planeja cidades sozinho, você mergulha na tua solidão e daí surge um mundão de personagens, no caso, cidades, ruas, vias, e quase tudo?

Chico Buarque - Não, cidades tenho feito menos. Antigamente fazia cidades completas, tinha tudo ali, tinha linha de ônibus, os cinemas, com nome, tudo certo.

Carlos Tranjan - Você falou que preferia não ter composto sob aquela censura toda. Você acha que hoje a gente não está num período menos criativo de MPB, o que vende hoje é axé, pagode, não tem mais a dimensão que tinha naquela época. Você vê isso como uma coisa geral brasileira? Você acha que aquele seria um período tão criativo se não tivesse essa censura?

Chico Buarque - Esse período, o período mais fértil da música e o período que deu início a tudo o que a gente conhece hoje como moderno cinema brasileiro, como moderno teatro, isso antecede a censura. Há um equívoco muito grande. Falam em época dos festivais, mas foi a partir da bossa nova que se desencadeou isso tudo. Foram os finais dos anos 50, ali que a coisa explodiu. E, quando comecei a gravar, a segunda geração da bossa nova e tal foi nos anos 60, até meados dos anos 60 não havia censura. Volta e meia ouço falar: "Não, porque a censura não sei o que..." A censura só passou a existir institucionalizada a partir do AI-5, fim de 68. A partir de 69 é que existe censura. Tive nessa época, antes de 68, um problema com uma música, Tamandaré, que aí a Marinha implicou e proibiu. Mas a censura como censura não existia. Então, entre 64 e 68 - já tínhamos uma ditadura militar -, as artes praticamente não foram incomodadas. A chamada música de protesto, teatro de resistência, tudo floresceu entre 64 e 68. Então, esse período a que as pessoas se referem tanto, "ah, os festivais, hã, hã, hã" não, não havia censura.

Sérgio de Souza - Na própria imprensa, antes de 68, não havia.

Chico Buarque - Não havia. Leio, às vezes, barbaridades sobre isso. A censura começou a existir em 69, e foi abrandando em 75/76. O período Médici foi o de pior censura, e não ajudou em nada. Se você for olhar o que se produziu em música e em cinema, em teatro, vai haver um buraco. Isso são fatos. São fatos. Constatei isso com o meu trabalho, quando fui olhar o primeiro livro compilando as minhas músicas, edição dupla da Companhia das Letras. Você vai ver lá, 61/62 eu vinha produzindo em quantidade razoável, ali aquilo foi esvaziando, e em 75/76 começa a crescer de novo. E vai ver o que é que se produziu em cinema, tudo, nesse período. Não é verdade. Volta e meia surge esse argumento: "Não, porque a censura de certa forma estimulava" - não estimulava nada. Pelo contrário.

Regina Echeverria - É que isso ficou mesmo meio no ar.

Chico Buarque - Mas as pessoas misturam muito 64 com 68. O Plínio Marcos sabe disso. Quando veio aquela coisa, aí sim houve todo um movimento muito grande em torno do teatro e...

Plínio Marcos - Porque queríamos, se você me permite, combater com a nossa arte.

Chico Buarque - E combatíamos, por quê? E a arte tinha uma importância maior, por quê? Porque, a partir de 64, partidos políticos foram banidos, sindicatos, movimento estudantil, tudo isso foi muito afetado em 64. A arte, a cultura, não foi. Deixaram esse espaço livre. Diziam que Castelo Branco gostava muito de teatro. Havia um espaço para produzir. E esse espaço até ficou supervalorizado por causa disso. Pela carência de discussão política onde deveria acontecer, no Congresso, nas universidades, nos sindicatos.

José Arbex Jr. - Mas hoje em dia não está acontecendo uma coisa inversa? Qualquer atitude que um artista toma hoje em dia se torna um fato político, pelo poder da mídia. Porque justamente existe uma crise na ideologia, as pessoas não sabem em quem acreditar; existe uma crise do

discurso, crise da narrativa de mundo, o socialismo desabou. Então, se um artista toma uma postura, se o Caetano fala que foi legal o Antônio Carlos Magalhães ter feito o Pelourinho porque restaurou o centro de Salvador, isso se transforma num fato político, querendo ou não. Que dizer, o gesto do artista, querendo ou não, se transforma num fato político, predominantemente por causa do poder da mídia e do mecanismo de identificação que existe entre a população e o artista. Você não acha isso?

Chico Buarque - Mas acho que isso é uma remanescência do papel político que o artista desempenhou no período de exceção.

José Arbex Jr. - Será? O John Lennon, por exemplo, não viveu período de exceção nenhum, mas o gesto dele era um gesto...

Chico Buarque - Estou falando do Brasil. Agora, se você quiser estender para o resto do mundo, vai ver que os artistas tiveram uma função também extraordinária nos Estados Unidos na mesma época e havia a Guerra do Vietnã. Então, a gente via a Jane Fonda, via a Joan Baez cantando, o Bob Dylan que tinha uma importância política, os Beatles estavam nesse negócio também. E havia também toda uma revolução comportamental na época, aí entra todo o movimento de contracultura, e o Paz e Amor, e está tudo ligado àquele momento. E a importância dos artistas daquela geração, você falou de Caetano, falou do John Lennon, mas, antes de tudo, a reação permaneceu porque aquele período foi um período de exceção. Hoje em dia, um artista que não tem esse passado, um artista que está surgindo agora, ele não tem essa expressão política, não se vai dar destaque maior a uma opinião política que ele venha a ter. E porque, outra coisa, hoje em dia, aqui no Brasil, voltando à vaca fria, o artista jovem já encara o período de eleição, por exemplo, como mais um fato do show business. É uma época em que ele vai fazer shows para candidatos, vai cantar nos chamados showmícios, porque é pago para isso. Faz parte da agenda comercial. O empresário deve agendar o artista, chega essa época, ali vamos ter eleição, então o preço do artista sobe.

Carlos Tranjan - E você acha que isso contribui de certa forma para piorar um pouco a música popular que se faz hoje?

Chico Buarque - Mas uma música marcadamente comercial sempre existiu, como existe hoje, e não estou aqui para julgar se tal música é boa ou não é boa, não é meu papel. Agora, sempre existiu uma música mais comercial do que a minha própria música, que é uma música que ganhou, com o tempo, um certo prestígio e destaque na mídia e tal, no seu tempo não foi tão comercial assim. Havia outras coisas que vendiam muito mais, que tocavam muito mais no rádio.

Plínio Marcos - Com a sua música ou com a sua literatura, você continua assustando os poderosos. Eles ficam arrepiados.

Chico Buarque - Bondade sua.

Plínio Marcos - Por que veio esse Fernando Henrique falar? Porque você assusta ele.

Chico Buarque - Assustar eu não assusto, não, não, não...

Plínio Marcos - Aquele ali tem medo da sombra. (risos) E você é perigoso, por isso você foi subversivo. Foi, não, é.

Ana Miranda - Eu tenho observado uma coisa ainda, voltando à música. Outro dia entrei num restaurante muito elegante, estava tocando um bolerão daqueles que antigamente a gente ouvia em rodoviária.

Plínio Marcos - E na zona (risos)

Ana Miranda - E na zona. Na zona, nunca fui, mas enfim pode ser também. E, no Festival de Montreux, foi a Carla Perez representar a música brasileira, está acontecendo um fenômeno que algumas pessoas chamam de mediocrização da cultura, quer dizer, como é uma cultura de massa, então sempre o nível é muito por baixo. Mas existe uma outra interpretação, que talvez seja apenas minha, não sei se alguém concorda: é que talvez isso seja, efêmera ou não, uma vitória da cultura popular sobre a cultura erudita. Você veria dessa maneira também?

Chico Buarque - Mas você está me colocando onde, na cultura popular ou na erudita?

Ana Miranda - Nas duas, você é completo. Mas você é uma coisa mais elevada, só que...

Regina Echeverria - Faz música popular...

Chico Buarque - Faço música popular.

Sérgio de Souza - Mas não tão popular assim.

Chico Buarque - Isso que eu tô falando, porque há uma tendência de imaginar que nos anos 60 a música era mais popular do que na verdade era. A bossa nova não era popular. Ela tinha um trânsito, assim, no meio universitário, e tal.

Plínio Marcos - Mas você era um curtidor das músicas do Noel. Se bem me lembro...

Chico Buarque - Era e sou.

Plínio Marcos - ...uma vez vi você disputando, nem me lembro quem era a outra figura, quem sabia mais músicas do Noel. Permanece esse gosto?

Chico Buarque - Permanece, mas tudo foi filtrado pela bossa nova. Comecei a fazer música a partir da bossa nova, tocava violão a partir da bossa nova. Depois de um certo tempo, não só eu como muitos bossa-novistas começamos a procurar na música dos anos 30, dos anos 40, um alimento novo para a bossa nova. Quer dizer, a bossa nova de meados dos anos 60 não se parece mais com a bossa nova inaugural. Agora, aqueles elementos harmônicos, tudo o que o Tom Jobim e o João Gilberto trouxeram para a música, eles continuaram valendo. Quer dizer, a minha leitura de Noel Rosa, hoje, passa pela bossa nova. Mas eu insisto, ela não era uma música popular. No tempo em que eu fazia sucesso na televisão, na TV Record e outras, quem fazia

sucesso mesmo era Roberto Carlos, era Wanderléia, era Jerry Adriani, eu estava no segundo time, eles vendiam muito mais, tocavam muito mais, levantavam auditório. Não muda muito.

Sérgio de Souza - Em termos mais amplos, de imprensa mesmo, de arte em geral, você acha que hoje a tendência é de decadência ou marasmo e não de ascendência, como teria sido na sua época?

Chico Buarque - O que acho talvez mais significativo tem a ver com o que a Ana Miranda falou, de ela ter entrado num restaurante e ter ouvido uma música que alguns anos atrás ela ouviria numa rodoviária. O que acho é que as pessoas que têm dinheiro hoje são culturalmente muito mais desinteressadas do que trinta anos atrás. Quer dizer, de certa forma, nos anos 60, os ricos se interessavam por cultura muito mais do que hoje. A classe dominante economicamente tinha uma preocupação cultural que hoje a classe dominante, ou emergente, não tem. Muitas vezes também entro num restaurante desses, sento, estou escrevendo um livro, olho em volta e pergunto: "Quem é que vai se interessar por este livro?" Olho em volta e penso: "Ninguém que esteja sentado neste restaurante." (risos) E você se lembra de que nos anos 60 era chique estar bem informado, e assistir a uma peça de Plínio Marcos - desculpe, em nome da verdade -, e ouvir jazz, e colecionar obras de arte, e se interessar, não em comprar, não pelo comércio de obras de arte, mas você se interessar por obras de arte.

Carlos Tranjan - Você liga a TV e não tem mais festivais, tudo bem, mas não tem MPB. Tem o axé, tem o pagode, tem o sertanejo. Então, aconteceu alguma coisa.

Chico Buarque - O que muda muito com relação aos anos dos festivais é que o que se valoriza hoje é a imagem sobre o som. Quer dizer, temos a televisão o tempo todo. Por que não tem MPB? Por que o sujeito sentado no banquinho tocando violão, como era nos anos 60, não só o João Gilberto como nós todos quando começamos, está mostrando uma música que não tem interesse mais nenhum para a televisão. Você tem de mostrar alguma coisa, você tem de dançar, você tem de... Já participei de shows e não só no Brasil, na Itália, por exemplo, um show que fiz na televisão lá, o que você está cantando não tem importância nenhuma. O som que você está ouvindo naquele palco não tem importância nenhuma, você não tem ali retorno, não tem nada. Agora, tem uma grua que vai mostrar a imagem daquele estádio lotado, porque o público também faz parte da mise-en-scène toda, do impacto visual, aquilo tudo é mais importante do que a música em si. Então, a televisão não tem interesse porque provavelmente o público que está sentado em casa não tem interesse em ficar vendo o sujeito cantando. Para isso tem o disco, então o sujeito ouve o disco. Não tenho a menor pretensão de fazer sucesso na televisão. A gente grava o clipe porque tem de gravar, enfim, você vê que aquilo, de uma forma ou de outra vai chamar a atenção para o disco. Então estou dando entrevista, batalhando, para chamar a atenção para um disco. Esse disco vai ser ouvido, espero, o sujeito ouve no carro, no meio do trânsito, ouve em casa, agora, não tenho a menor ilusão de fazer sucesso na televisão.

Plínio Marcos - Mas, você que é um dos mais brilhantes letristas da música brasileira, não acha que a tua letra é importante, que os caras vão ouvir e vão curtir? Aquelas tuas letras maravilhosas a juventude curti, você acha que não há mais possibilidade de eles curtirem?

Chico Buarque - Ah, mas há. Não estou me queixando. Não sei quem compra o disco, mas, de certa forma, o grande comprador de disco é jovem. Claro que carrego uma geração, imagino a minha geração, que parcialmente é responsável por parte da vendagem. Agora, se eu for contar só com o público cinquentão, a gravadora vai ficar decepcionada. Os shows que dei, a última temporada que fiz também davam uma idéia disso, porque havia o público que é mais cinquentão sentado nas mesas e havia uma quantidade, acho que até maior, de filhos, e netos talvez, cantando juntos canções de trinta anos atrás.

Regina Echeverria - Você não gosta mesmo de fazer shows ou isso é uma lenda?

Chico Buarque - Não gosto especialmente de fazer show. Entendeu, não gosto muito da idéia de, se tiver de fazer show significa alguns meses do ano já comprometidos. Vou ter que ensaiar muito, porque a cada vez que paro são anos de falta de prática, então vou ter de ensaiar muito para ficar seguro. Tenho de tomar coragem para começar. Depois que começa, vai mais ou menos sem maiores sofrimentos.

Johnny - Quando pego um CD como o teu, fico ouvindo duas, três, quatro, cinco vezes até a compreensão da totalidade de uma letra. Daí dou uma releitura daquilo, e é um tesão. Você tem consciência desse processo, do quanto incomoda a elaboração até pegar na totalidade da gente toda a sua mensagem?

Chico Buarque - Gosto que seja assim. Se eu pudesse acreditar que o disco não vai ser ouvido uma vez, mas diversas vezes por cada um, aí a música vai ter cumprido o seu papel. Tenho absoluta certeza de que uma primeira audição não vai dar a idéia toda. Porque corresponde à criação, a criação também demandou um tempo largo. Há detalhes que são resultado de um grande trabalho, aí parece até com a reescritura dos textos literários.

José Arbex Jr. - Desde que me conheço por gente ouço você, que me provoca uma raiva, às vezes, muito grande...

Sérgio de Souza - InVeja.

José Arbex Jr. - InVeja. Primeiro é o plano dos achados lingüísticos. Onde você achou "gelosia" pra botar no meio da letra, como você foi caçar essa palavra? Isso, uma vertente, a dos achados lingüísticos. A outra vertente é a que o Plínio já abordou e a Ana Miranda também. Você incorpora um personagem feminino, dá vida para aquele personagem que é de uma densidade absurda. Não tem nenhum artificialismo, Ana de Amsterdã, a Geny. Eu queria saber um pouco como ocorrem essas coisas com você? Você se fecha num quarto e começa a pensar e aí desce o Espírito Santo?

Regina Echeverria - Você quer também perguntar se ele usa o Aurélio?

José Arbex Jr. - Você usa o Aurélio?

Chico Buarque - O Aurélio eu não uso. (risos) O meu dicionário é o Caldas Aulete, cinco volumes. (risos) E tem um outro dicionário, aliás, por falar nisso, que é herança do meu pai. Meu pai me deu, e disse: "Isso vai te ser útil." E é tão útil que já comprei três em sebo, porque ele vai

se desmilingüando todo, que manuseio muito, é um dicionário analógico, aquilo é fundamental. Outro dia, li uma entrevista do João Ubaldo, perguntaram qual era o livro de cabeceira dele, ele disse que é esse. (risos) Que é uma leitura maravilhosa. Não lembro de gelosia, por exemplo, pode ser que tenha chegado através disso, quero botar janela mas não quero botar janela aí vai lá janela, persiana, brararanranran gelosia!, é maravilhoso, gelosia, porque a gente sabe que é fácil imaginar outro significado...

Ana Miranda - O significado também do ciúme, né?

José Arbex Jr. - E os pássaros da música Os homens vão chegar, você vai falando um monte de pássaros um atrás do outro, aqueles nomes todos. Aí você foi pesquisar no dicionário nomes de pássaros todos?

Chico Buarque - Ali fui, claro, na velha e boa enciclopédia.

José Arbex Jr. - E as mulheres, como desce o espírito das mulheres?

Chico Buarque - Mas foi o que falei pro Plínio, muitas dessas mulheres são personagens de teatro. Agora mesmo, nesse disco, tem uma canção no feminino, porque é uma personagem de um filme, e me foi encomendada uma música.

José Arbex Jr. - Mas, se alguém me encomendar "faça um personagem x, y, z" vou ficar olhando para a cara do sujeito e dizer. "Tá bom, me procura daqui a um ano".

Chico Buarque - Sou compositor, é a minha profissão, não é?

Plínio Marcos - Você, que é um bom contador de história, qual foi o mais ridículo censor que você encontrou na sua carreira de censurado, perseguido? Tem histórias?

Chico Buarque - Na verdade, não tinha muito contato com o censor. Os poucos contatos que tive com censor foram durante temporadas de shows, aí o censor aparecia, e às vezes se apresentava, ia lá atrás. Nunca tive contato com censor de texto, de música. No caso das músicas, quando iam pra Brasília, tinha um advogado da gravadora que ia tratar disso. Às vezes, por exemplo, havia proibições parciais: "Tal letra só passa se você mudar esse verso." Ele ligava de Brasília, aí eu: "Me liga daqui a dez minutos." Não pode "nasci brasileiro", aí daqui a dez minutos - essa deve ter sido dois minutos, porque eu podia ter pensado um pouquinho mais: "Põe batuqueiro." (risos). Eu estava com pressa, porque podia ter pensado uma coisa melhor. (risos) Mas havia essa pressa, o cara tinha de voltar naquele mesmo dia, a música seria liberada para ser gravada no dia seguinte. Havia toda uma pressa industrial em gravar o disco, e aquilo atrapalhava a mim, sim, mas atrapalhava a indústria do disco também, era uma complicação danada.

Carlos Tranjan - Eles faziam sugestões?

Chico Buarque - Sugestões como "põe essa palavra no lugar de outra" não, não chegaram a esse ponto. Mas era assim: "Muda tal palavra." Aí você mudava, para dar o prazer, eles queriam sentir

a satisfação de ser acatados enquanto autoridade. Havia uma exercício de poder. Muitas vezes alterei, aí tive mais de dez minutos, com versos melhores. Mas estava alterado, eles ficavam satisfeitos: "Bom, o sujeito obedeceu." Aconteceu várias vezes, em muitas músicas. Outras, não: proibem "Teus pêlos atrás da porta", bota o "teu peito", empobrece. Mas aquela outra, até era do Vinícius, eu gostei da minha solução: "Pede perdão pela omissão um tanto forçada", aí eu pus "pela duração dessa temporada", achei que ficou melhor. (risos) A outra, O meu amor, tinha uma coisa assim também (cantarola): "Me deixar em brasa...", não lembro o que era, também foi proibida, aí botei (cantarola): "Desfruta do meu corpo, como se o meu corpo fosse a sua casa" - vem cá, ficou melhor. (risos)

Jhonny - Quando você consegue atingir o feminino com essa propriedade toda, é um estado de paixão, você está vivendo uma paixão, é você viver nesse estado constantemente?

Chico Buarque - Não, a paixão você inventa.

Jhonny - Mas é a paixão pelo feminino, por uma mulher, você está apaixonado por essa mulher. É essa paixão assim ou não é?

Chico Buarque - Não necessariamente. Há uma coisa parecida com isso, mas não precisa ser real. São paixões que você inventa também. Você entra em um estado de paixão, como você falou, essa paixão não precisa estar aí.

José Arbex Jr. - Mas você decide, "vou inventar uma paixão"?

Chico Buarque - É, faço certo esforço... (risos)

José Arbex Jr. - Como você inventa uma paixão?

Chico Buarque - Mas inventa, ué. Se você falar a prática, você não fala nada.

Plínio Marcos - Entre um jogo de botão e outro, você batia uma punheta. Porque aí entrou essa riqueza.

Chico Buarque - É possível, sabia que tem um certo tesão em jogar botão sozinho? (risos) Um certo vício solitário, aos catorze anos, acho que no intervalo...

José Arbex Jr. - Esse negócio de inventar paixão é meio contraditório, porque a paixão, por definição, é um sentimento que te assalta, te possui. Ela te joga para determinadas atitudes extremadas, eventualmente. Quando você diz "eu invento a paixão", numa certa forma você está dizendo "eu controlo o meu estado apaixonado". Mas a paixão é a antítese do controle. Como você pode exercer esse controle sobre estar apaixonado?

Chico Buarque - Mas eu não disse que controlo essa paixão. Disse que invento uma paixão e me envolvo, fico apaixonado.

José Arbex Jr. - Então você controla...

Chico Buarque - Não, não, não. Puxo por ela, é diferente. E ela às vezes vem, às vezes não vem. Não preciso estar voltado para uma pessoa, é isso. A paixão começa a existir dentro da tua imaginação. Às vezes é a paixão pela coisa que você está fazendo.

José Arbex Jr. - Quando você compõe Ana de Amsterdã, ou Bárbara, te vem uma figura concreta de personagem feminina, ou é uma coisa abstrata?

Chico Buarque - Aí vinha porque eram personagens de uma peça de teatro. Ana de Amsterdã e Bárbara existiam enquanto personagens na dramaturgia. As músicas surgiram depois.

Sérgio de Souza - Você tem agora a Cecília. Também é fruto da imaginação?

Chico Buarque - Cecília é mais simples ainda. Cecília é simplesmente o nome que corresponde ao que ele está falando. É um nome que não se diz, é um nome que se sussurra, é um nome que se cicia. Cecília é isso. Então ele está falando de uma paixão de um nome que não pode ser pronunciado ou que não deve ser pronunciado, um nome que é soprado, que é sussurrado. A música já estava quase toda pronta e não tinha esse nome. Eu queria um nome para essa canção. A música é feita de parceria com o Luís Cláudio Ramos. Aí eu perguntei para o Luís Cláudio: "Qual é o nome da tua namorada?" - para ver se **cabia**, mas não cabia na coisa. Aí falei, não, tem de ser um nome assim, só isso. Simplesmente.

Plínio Marcos - É um truque.

Chico Buarque - É, às vezes é um truque.

Ana Miranda - Tem aquela também da mulher que é abandonada pelo cara e, de repente, fica felicíssima. Isso, para as mulheres, é a coisa mais maravilhosa que tem.

José Arbex Jr. - Olhos nos olhos.

Ana Miranda - É. (cantarola) "E sentir que sem você eu passo bem demais." Acho que aí você conquistou uns oito milhões de mulheres.

Chico Buarque - Eu me apunhalando em praça pública. (risos)

Ana Miranda- Exatamente.

Chico Buarque - Quando fiz aquilo, tudo bem, mas quando ouvi... aí me assustei. (risos)

José Arbex Jr. - Quando você compunha com o Tom, vocês discutiam sobre a letra da música? Você lia, ele propunha alterações?

Chico Buarque - É, porque o Tom tinha muito isso de ficar cantando, e ficava mudando a letra depois de pronta. E eu tinha de ficar brigando com ele: "Não, é assim." "E se fosse assim e tal..." Havia umas briguinhas ótimas com o Tom. Mas, quando chegava a letra pronta, já estava pronta para mim, porque eu não fazia ali no calor da hora. Ele me dava a música... e assim é com todos os parceiros. Levo aquela música pra casa, burilo, burilo, quando entrego, não entrego rascunho.

Tenho horror de mostrar rascunho. Então, quando tá pronto, estou convencido de que vai ser aquilo. Vai ser difícil o sujeito mudar. Se tiver alguma coisinha, até aceito, mas com o Tom consegui segurar direitinho. Às vezes acontecia isso, depois de pronta a letra, aí ele mudava a música. Eu dizia: "Mas, ô Tom, eu fiz a letra para aquela música." (risos) Mas aí eu não **podia fincar** pé, porque a música era dele.

Plínio Marcos - Vem cá, você se ligou tanto em Noel Rosa, não se ligou em Wilson Batista?

Chico Buarque - Também. Noel, Wilson Batista, Geraldo Pereira. Naquela época, antes da bossa nova, eu ouvia isso tudo. Ouvia muito Ataulfo Alves, eu reconheço alguma coisa desses autores todos nas minhas músicas.

Regina Echeverria - O que você achou de a Veja ter pedido para você pendurar a chuteira?

Chico Buarque - A Veja pediu para eu pendurar a chuteira?

Regina Echeverria - Você não leu a crítica da Veja?

Chico Buarque - Eu li.

Regina Echeverria - Que está na hora de pendurar a chuteira. Você não viu isso?

Chico Buarque - Não lembro exatamente disso, mas é simpático. (risos) Li a entrevista uma vez só, não entrevista, era uma matéria. Li as matérias todas, então posso estar misturando uma coisa com outra. A da Veja era um pouquinho precipitada. (risos).

Regina Echeverria - Eles foram para o lado pessoal.

Chico Buarque - É, e o trabalho de pesquisa não foi muito feliz, eu soube que eles estavam procurando muita gente. Mas as pessoas acho que têm dificuldade de falar com a Veja. Muita gente me falou: "Ah, não, me procuraram pela Veja, mas preferi não falar." Por algum motivo não quiseram falar com a Veja, então aí o trabalho de pesquisa deles ficou meio prejudicado, porque li que falava do maitre de um restaurante que dizia que eu tomava isso, que tomava aquilo, se preocuparam muito que eu beba ou não beba nessa matéria. E o maitre falava isso... Só que é o maitre de um restaurante que não frequento, um tal de Dom Camilo, lá em Copacabana. Fui uma vez porque era perto da casa da minha mãe, há muito tempo. Aí ele falou que fiz seis anos de análise para largar a bebida. Nunca fiz seis anos de análise, (ri) e não larguei a bebida. (risos)

Jhonny - Mudando de pato pra ganso: como é a sua ligação com Deus, com Cristo? Porque, de repente, em algumas músicas vejo uma oração, uma coisa assim contemplando a vida...

Chico Buarque - Não, não tenho preocupação religiosa maior. Não vejo isso... Talvez haja algum lado de contemplação. Músicas que falam mais diretamente da natureza, há alguma coisa contemplativa aí. Mas Cristo, não sei.

Ana Miranda - Frei Betto faz a intermediação. (risos)

Chico Buarque - Frei Betto cuida desse pedaço.

Sérgio de Souza - Voltando a essa coisa de imprensa, deve ter havido um estremeamento, que você ficou desagradado, parece, por matérias que publicaram há anos, e ficou meio na defensiva, evitando a imprensa?

Chico Buarque - Já me aborreci bastante com imprensa, mas o que me levou a ficar afastado ultimamente não era isso, era porque eu estava gravando, não tinha nada pra falar. Estou no meio de um disco, no meio de um livro, não tenho o que dizer. É a mesma coisa que mostrar um rascunho, não mostro rascunho nem para os meus parceiros. Então estou numa fase de rascunho, a minha vida é um rascunho. Falar o quê? Dar uma entrevista para a imprensa falando o quê? Aqui estamos conversando sobre diversos assuntos, mas o que está na ordem do dia é o disco que acabei de gravar, então tenho do que falar, principalmente se me perguntarem do meu último disco, que é o que está mais vivo aqui na minha cabeça, que talvez possa interessar ao leitor, de resto...

Plínio Marcos - Você atingiu um nível que tudo que você fala interessa. Eu, por exemplo, fiquei muito interessado quando na França, no meio de uma solenidade, te vejo com uma chuteirinha embrulhada na mão. Isso eu contei e as pessoas: "A chuteira! Numa solenidade." Eles ficam abismados, isso interessa. E isso se tem de descobrir perguntando ou vendo. Acho que tem de ter um jeito de falar quando se está escrevendo.

Regina Echeverria - Você dava muito mais entrevistas, não dava? Uma época você parou de dar, não é isso?

Chico Buarque - Pode ser.

Regina Echeverria - Numa outra época, você se prestava a falar, dar opiniões sobre outras coisas fora a música ou os livros que você estivesse fazendo, não é? As pessoas se acostumaram a ler, a ver, a ouvir as suas opiniões, extra o seu trabalho. Você se pronunciava mais. Era um tempo que exigia isso?

Chico Buarque - Talvez você se refira à época da censura, imagino que seja isso, anos 70. De fato, nessa época eu falava mais freqüentemente com a imprensa do que hoje. Havia assuntos pontuais aos quais eu era chamado a me manifestar, e eu respondia. Havia, talvez, na época, interesse comum, porque de certa forma eu representava alguma coisa contra a censura, e a imprensa era vítima da censura também. Tínhamos um adversário comum, então, de certa forma **poderia haver** um interesse da imprensa em me procurar. Depois disso, assim como pode haver uma simpatia por parte de jornalistas, ou órgãos de imprensa, há também uma antipatia muito grande. É uma balança, natural que exista. E comecei a ficar um pouco mais precavido em relação à imprensa. Um pouco mais cuidadoso, um pouco mais reservado. Muita coisa foi publicada desde então, era um pouco como essa matéria que a gente estava falando agora da Veja, né? Muitas notícias improcedentes, muitas matérias que me desagradaram.

José Arbex Jr. - Vamos pegar o teu último disco, então. Você retoma o tema cidades, e disse que foi por acaso que surgiu o título. Um nome não surge por acaso. Você estava inventando esse tipo de fruição, quer dizer, o poeta fruindo a cidade, onde ele vai encontrar mitologias, histórias de amor, segredos, é essa a tua relação com a cidade hoje?

Chico Buarque - A presença do Rio é notável no disco. Ele abre com uma canção que se chama Carioca, e fecha com uma canção que fala da Mangueira. Quer dizer, tenho a impressão de que a minha relação com o Rio...

José Arbex Jr. - Mas com qual Rio? Você já disse que o Rio de que fala tua canção não existe.

Chico Buarque - É o Rio visto por um sonhador, é um pouco o Rio que é a geografia do Benjamim ou mesmo do Estorvo. Que são cidades de sonho essas do meu disco, cidades que aparecem, cidades sonhadas, e o Rio não deixa de ser. Agora, é a cidade onde vivo. Durante muito tempo resisti à idéia de ser carioca, morei muito tempo em São Paulo. Agora parece que estou me estabelecendo no Rio, depois de muito tempo. Tenho, sim, claramente, mais tempo de Rio do que de qualquer outra cidade. Me chamavam de "Carioca" quando eu morava em São Paulo.

Sérgio de Souza - Na FAU?

Chico Buarque - Antes da FAU, na rua era Carioca, mais até no colégio, lá no Santa Cruz. Eu era o Carioca quando comecei a tocar violão, o Carioca que dava showzinho, o meu nome artístico era Carioca.

Plínio Marcos - E Paris? Você tem campo lá, joga bola lá, tem time lá, está ficando parisiense?

Chico Buarque - Mas nem um pouco. Gosto muito de viajar porque dá vontade de voltar. (risos) Mas, quando estou escrevendo, por exemplo, estar fora do Rio é um bom negócio. Então, muitas vezes vou para Petrópolis, e, parece esnobe, mas ir para Paris não é muito diferente do que ir para Petrópolis quando estou trabalhando. Porque fico num lugar tranquilo, o telefone toca pouco, os jornais não chegam, e ando na rua naturalmente. E ando muito, quando estou trabalhando ando, caminho muito. A revista Veja diz que ando para vencer a depressão. (risos) Nunca pensei que andar acaba com a depressão. Não sou dado a depressão, mas, quando estou um pouquinho caído, não dá vontade de sair da cama, não dá vontade de sair do quarto, não dá para andar na rua. Não imagino um sujeito deprimido andando. Pelo contrário, quando estou muito bem me dá mais vontade de andar, ando até debaixo de chuva. Faz parte do meu processo criativo poder andar. Não é exagero, quando quebrei a perna, fiquei três meses de cama, não conseguia escrever nada. Falei: "Bom, agora vou aproveitar, vou fazer músicas, agora que vou ficar deitado." Não conseguia! E só sonhava que andava. Isso faz falta.

Marco Frenette - Por falar em processo criativo, acontece de você começar uma composição com música sua e achar que aquilo serve mais numa frase do seu livro? Existe esse intercâmbio, de começar pensando em alguma coisa para o disco e virar um parágrafo de um livro, ou você divide isso perfeitamente?

Chico Buarque - Preciso de estar inteiramente dividido. Quando estou escrevendo, estou escrevendo...

Marco Frenette - Uma frase que você achou interessante, ficar anotada e depois fica para a música ....

Chico Buarque - Não, porque, se estou voltado para a música e me aparecer uma frase que parece apropriada para a literatura, vou transformá-la em música. Vou desliteraturizar, porque não gosto de fazer literatura em música. Às vezes pode até acontecer isso, surgir uma idéia que **daria** um bom tema, não lembro, mas pode acontecer, **daria** um bom começo de romance, mas na hora estou querendo fazer música, destruo aquilo, desconstruo de certa forma, e aproveito a idéia pra música. Não guardo num escaninho para aproveitar mais tarde. Não há tempo, há uma certa urgência quando você está querendo fazer música, todas as idéias você vai canalizar para aquilo.

José Arbex Jr. - Quando escreve, você imagina um leitor, dialoga com um leitor imaginário?

Chico Buarque - Não. O que tem é aquilo que falei no começo um pouco, o meu pai, outras pessoas que às vezes eu digo: "Isso tem a ver com fulano." De certa forma, alguma coisa que escrevo estabelece uma ponte com algum autor que eu **gostaria** de ter ao lado naquele momento. Não dialogar, como quem diz "fulano **gostaria** disso, meu pai **gostaria** disso", nunca no sentido de eu achar que estou fazendo uma coisa parecida com esse autor, isso não acontece comigo em literatura, é engraçado. Por mais que eu admire quinhentos autores, se disserem "esse trecho parece com Shakespeare", não vou ficar contente. É evidente que não me acho superior a nenhum desses autores, mas um elogio desses não me satisfaz. É engraçado isso, porque com música, se você disser "essa coisa lembra Debussy, isso lembra Tom Jobim, isso lembra Vila Lobos", fico altamente lisonjeado. Com literatura, isso não acontece. Parece que me sinto mais dono do que escrevo em literatura do que no caso da música.

José Arbex Jr.- Você se considera um perfeccionista?

Chico Buarque - Sim.

José Arbex Jr. - Isso não briga com o prazer de escrever?

Chico Buarque - Não, por que você acha que a busca da perfeição exclui o prazer? Pelo contrário, o prazer está exatamente nisso, nessa procura. Não estou entendendo qual é o conflito.

José Arbex Jr. - A hipótese de um conflito reside no fato de que, se você faz uma imagem de perfeição e vai depois medir aquilo que escreveu, de acordo com os parâmetros dessa imagem de perfeição pode ser uma experiência frustrante, não?

Chico Buarque - Bom, aí, sim, você, quando termina um livro, naquele momento acha que não há nada mais a ser mexido. Você já mexeu ou acrescentou a última vírgula e tal... Você tem consciência do teu limite! Você sabe que dentro da tua capacidade naquele momento não há nada melhor a ser feito. A minha perfeição, quer dizer, a perfeição é uma meta. Defendida pelo goleiro...

Regina Echeverria - ...da seleção.

Chico Buarque - Da seleção. (risos) Naquele momento eu não posso melhorar mais. Mas esse sentimento é altamente favorável a você mesmo. Você acha que está pertíssimo da perfeição. (risos) Agora, se você colocar na gaveta e daqui a dois anos for mexer naquilo, evidentemente você vai mudar mas, se for assim, você não termina nada. Não termina nem uma música, nada. Terminei o disco há nem um mês e já tem coisas ali que, agora, olhando "pô, **gostaria** de ter feito diferente". E coisas que mexi que não **deveria ter** mexido, antes estava melhor. Acontece isso.

Plínio Marcos - Já que estamos falando em imaginação, você, quando está sozinho, lembra os gols que fez?

Chico Buarque - Mas sem parar. (risos) Na hora de dormir passam esses videoteipes todos.

Plínio Marcos - E no meio aparecem umas mentiras, né? (rindo)

Chico Buarque - Mas muitas, porque às vezes tem teipe mesmo. Outro dia, lá no estúdio mostraram o teipe de uma pelada que a gente fez, os músicos contra os técnicos do estúdio. Eu falei "Mas está em camara lenta? Porque eu não jogo assim!" (risos) Nos meus "videoteipes" particulares, a coisa é mais rápida. (risos)

Marco Frenette - Que destino foi dado à biblioteca do seu pai? Continua com a família?

Chico Buarque - Não, está na Unicamp. Ficou até muito bom. Eles reconstituíram o escritório do meu pai, esse ao qual eu não tinha acesso, (risos) com a poltrona, a máquina de escrever, os livros. Nesse posso entrar sem bater na porta... (risos)

Carlos Tranjan - Até uma certa idade você não pôde entrar na biblioteca. Quando foi que conseguiu entrar mesmo?

Chico Buarque - Eu entrava e saía de fininho. Entregava coisas para ele ler, ia pro quarto, ficava lá, paralisado, duro, e depois voltava. E aí meu pai dizia: "Tem de trabalhar mais, tem de ler mais, lê isso, lê aquilo e tal."

José Arbex Jr. - Por isso, um texto teu não pode parecer com o de mais ninguém, e a música pode. Fazendo uma interpretação psicanalítica no "caso Chico Buarque de Holanda" - já virou um caso clínico - (risos), é mais ou menos como se um texto teu fosse um passaporte para a tua relação com o teu pai. Não pode se confundir com o texto de mais ninguém, nem de Shakespeare.

Chico Buarque- Gostei disso. (risos)

Marco Frenette - Li uma história que um dia você pegou um livro raro da biblioteca do seu pai e ficou andando com ele pelos corredores da faculdade...

Chico Buarque - Tomei um esporro do Flávio Motta (professor de História da Arte na FAU, e pintor), porque era o Macunaíma, autografado pelo Mário de Andrade para o meu pai, primeira edição. Eu estava lendo e, aquela coisa, vida de faculdade, você ia para o grêmio, bebia e tal. E o Flávio Motta: "O que você está fazendo com esse livro, rapaz?" E esses livros alguns não estão

na Unicamp, ficaram com a família. Tenho O grande sertão, primeira edição autografada, dedicada ao meu pai, tenho Vidas secas, História da música brasileira, do Mário de Andrade, tenho Oswald de Andrade, algumas primeiras edições com autógrafo para o meu pai. Tenho O estrangeiro, do Camus, dedicado à minha mãe, quando ele esteve no Brasil. Esse eu roubei da minha irmã. (risos)

Carlos Tranjan - Quais são suas paixões literárias brasileiras, são muitas? Machado, Guimarães Rosa?

Chico Buarque - Se for enumerar agora o que li, o que gostei, o que me marcou, vai ser um catálogo sem fim. O que acontece é que, periodicamente, ou episodicamente, retomo alguma leitura dessas. A última que retomei, não faço sempre, mas foi porque estava procurando alguma coisa para a canção dos sem-terra, foi o Guimarães Rosa, que não lia havia muito tempo. E aí comecei a ler como se não tivesse lido, porque eu não lembrava. Lembro de coisas assim vagas, soltas, uma aqui, outra ali, uma imagem, uma coisa assim. Mas é um horror isso, porque tem tanta coisa para ler, principalmente o que você já leu, não tem fim. Então, não sei, Machado de Assis não leio há muito tempo. De repente, amanhã posso entrar nessa viagem, começar a reler tudo. Vou reler como se estivesse virgem de Machado de Assis.

José Arbex Jr. - Você tem saudade da FAU? Qual é a tua relação com São Paulo hoje? O que você sente por São Paulo?

Chico Buarque - Já não sei mais andar muito em São Paulo. A São Paulo que conheci era pequena. Na verdade, a minha geografia de São Paulo se restringia a Pacaembu, Higienópolis e Rua Haddock Lobo, onde passei minha infância, os Jardins. Era muito andar, e o que eu andava aquilo a pé, antes de ser um homem deprimido (risos), andava muito ali do Pacaembu, onde eu morava, pra qualquer canto desses. Tinha uma namorada que morava lá perto de onde hoje é o MASP, não existia o MASP...

Plínio Marcos - Você pegou o bonde ainda?

Chico Buarque - Peguei. Do Santa Cruz (colégio), no Alto de Pinheiros, ia de bicicleta e subia a Rebouças "chocando caminhão", como se diz. Subia a Rebouças agarrado num caminhão. Muita bicicleta. Eu me lembro de ter ido ao Morumbi, que estava em obras, conhecer o Morumbi, que ainda não estava pronto, de bicicleta. E o pneu estourou naquela ladeira que desce pro Morumbi e voltei a pé carregando aquela bicicleta. (risos) Quilômetros e quilômetros. Hoje, quando vou a São Paulo, já fico em hotel, já sou visita, não é?

José Arbex Jr. - Você nunca mais voltou para a USP, a FAU, visitar, não te dá saudade?

Chico Buarque - Olha, não sou muito de curtir passado, não. Isso me dá até uma certa aflição. A FAU minha era a da Rua Maranhão, a da Cidade Universitária não conheci. Mas, dizer que **gostaria** de ir lá hoje, não tenho a menor vontade de ver como está aquilo.

Regina Echeverria - A tua casa continua à venda. Passo todo dia e vejo a placa. Alguém **devia comprar** aquela casa, montar alguma coisa ali. Mas não é mais de vocês, não é?

Chico Buarque - Ainda é da família, sim. Tinha uma idéia do Fernando Morais, que era secretário da Cultura, de fazer uma casa que servisse como local de pesquisa para historiadores. Instalar lá alguma coisa assim. Mas depois não deu em nada.

Sérgio de Souza - Você não gosta de voltar ao passado, mas o passado não tem escapatória. Você falou de uma namorada, você teve quantas paixões, se posso perguntar isso, dessas arrasadoras?

Chico Buarque - Não sei... (risos)

José Arbex Jr. - Não inventadas, bem entendido, inventada não vale.

Chico Buarque - De repente você não sabe o que é inventado e o que não é, né?

Ana Miranda - Tenho conversado muito com a garotada e eles reclamam muito que são "os herdeiros do vazio". Quer dizer, na nossa geração a gente teve a luta política, até citam você: "Vocês tiveram Chico Buarque, tiveram a luta política, tiveram Che Guevara, tiveram um Darcy Ribeiro." E realmente foi uma época fabulosa em termos de produtividade, criatividade, revolução no mundo ocidental inteiro, e o oriental um pouco também. Mas agora parece que está muito fechado para os jovens. Você tem essa sensação também quando conversa com o jovem?

Chico Buarque - Muito. E esse tipo de emigrante vejo muito por lá, em congressos, por exemplo, garotos brasileiros de Minas Gerais, em Paris, fazendo serviço de pedreiro. De repente, o cara é brasileiro, começo a conversar: "O que você está fazendo aqui, e tal." E é um emigrante sui generis o brasileiro, é classe média. Esses eram de uma família de comerciantes bem instalada no interior de Minas, e de repente não têm nenhuma perspectiva profissional ou pessoal. De repente, aquilo é uma aventura. Foram para a Espanha, depois para a Itália, e acabaram se estabelecendo em Paris, e fazem esses serviços, às vezes clandestinos. Garotada assim, amigos de filhas minhas, está a mesma coisa. Vão para lá ou para os Estados Unidos, e vão pegar no serviço pesado. Lavar chão, como essa Iracema que voou pra América, ou são garçons, coisas que não **fariam** aqui no Brasil vão fazer lá fora. É curioso, porque o brasileiro pobre mesmo não emigra. Não existe isso, eles não sabem o que é um passaporte.

Ana Miranda - Você acha que isso tem uma conotação muito íntima com a situação política, a situação econômica, com a política econômica dos últimos governos?

Chico Buarque - Tem a ver com isso tudo. Com a falta de perspectiva de emprego em relação a um tempo atrás, a facilidade até com que você consegue um diploma, mais a péssima qualidade de ensino. Você está diplomado mas não está habilitado a exercer a profissão, a triagem, que existia antigamente no vestibular, hoje foi adiada para depois da faculdade. E daí? O sujeito está formado numa faculdade qualquer aí, e vai fazer o quê? Nada. Mas não é só isso. Também é a falta de perspectiva pessoal.

José Arbex Jr. - Você vai ter ou já tem o site oficial na Internet?

Chico Buarque - Já tem.

José Arbex Jr. - Você navega na Internet?

Chico Buarque - Não.

José Arbex Jr. - (ri) Eu estava desconfiado. Você sabe entrar na Internet, sabe consultar o teu site, por exemplo?

Chico Buarque - Não, não tenho Internet em casa.

Regina Echeverria - Você escreve em computador ou máquina?

Chico Buarque - Escrevo em computador, uso aquele básico para texto.

Ana Miranda - Você tem um modem para e-mails, essas coisas, ou não?

Chico Buarque - Não.

Ana Miranda - Nem e-mail você usa, é um sortudo. (risos)

José Arbex Jr. - Você não tem curiosidade de entrar na Internet, saber o que está rolando?

Chico Buarque - Tenho muita, mas vou ficar horas naquilo. (risos) Esses joguinhos aí, fico brincando antes de entrar no redator, fico jogando paciência, e perco um tempão. Aí, se eu começar a brincar de Internet... Sei que é útil para pesquisa, mas prefiro não ter. Vou lá na minha enciclopédia, porque tenho certeza de que **iria ficar** preso e viciado mesmo.

Sérgio de Souza - Você participou da última campanha do PT de alguma forma?

Chico Buarque - Participei apoiando o Lula, o Cristóvão Buarque, o Olívio Dutra.

Sérgio de Souza - Mas fez algum trabalho ou simplesmente apoiou?

Chico Buarque - Como, trabalho?

Sérgio de Souza - Participando de algum comício ou...?

Chico Buarque - Não, não cheguei a esse ponto. Gravei mensagem para a televisão, fui a um evento lá em São Paulo do PT, enfim. E votei não só no PT, aliás, meu voto foi amplo, aqui no Rio de Janeiro foi no PT, PDT, PSB e PV. (risos) Porque é isso o que vejo. Está se anunciando aí de novo, como possível, e acho que é o que interessa, uma aliança suprapartidária. Não me interessa muito o discurso partidário. Sempre fui um pouco avesso a isso. Com o próprio PT sempre tive problemas muito grandes. Já falei isso, o PT é o partido onde estão os melhores quadros do Brasil e os maiores chatos. (risos) E é uma coisa que tem de ser contornada. Fico com uma pena do Lula, e do trabalho que ele tem. Os adversários de fora e os adversários de dentro. O trabalho que essa gente dá ao PT! Um dia, conversando com um pessoal do Espírito Santo, falávamos do trabalho que dá eleger um governador como o Buaiz e daqui a pouco ser impossível governar com o PT. Isso tem que ser resolvido através de uma aliança.

José Arbex Jr. - E o que está acontecendo com o Pinochet, o que você acha do pedido de prisão dele?

Chico Buarque - Acho que o julgamento de certa forma já aconteceu. Eu estava em Paris quando ele foi preso.

José Arbex Jr. - E a comparação que fazem dele com o Fidel Castro?

Chico Buarque - É uma comparação engraçada, porque são trajetórias absolutamente opostas, não é? A começar pela origem. Tem que comparar primeiro o Batista com o Allende. Como é que o Batista ascendeu ao poder, como o Allende ascendeu ao poder, como um caiu, como o outro caiu. Qual era a função do Pinochet quando era ministro do Exército, quer dizer, o homem de confiança do Allende, e o que era o Fidel. Outro tipo de argumentação que leio bastante é "que, apesar de tudo, o Pinochet abriu o Chile para a economia mundial e foi um sucesso a política econômica do Pinochet, e Fidel Castro fechou o país e a economia de Cuba é um grande desastre". Você não pode comparar a economia de Cuba com o Chile. Você pode comparar a economia de Cuba com a Nicarágua, Honduras, países que estão lá próximos, mas não há possível correlação de riquezas naturais, potencial. Depois, pode também tentar não falar apenas em sucesso econômico, e tentar enxergar um pouco o que foi conseguido em Cuba, um país muito pobre, em outros termos. Em termos do que todo mundo já sabe, de medicina, de saúde pública, de educação, de pesquisa científica, é um fenômeno.

Sérgio de Souza- Sem contar o bloqueio.

Chico Buarque - Pois é, aí entra na história quem são os adversários que o Fidel teve de enfrentar esse tempo todo, desde o começo, principalmente a partir de 61. E, ao contrário, com que facilidade Pinochet subiu ao poder, com o apoio de quem ele subiu ao poder, entende?

Plínio Marcos - Mas me deixa um pouco triste a gente ver o Fidel abraçando Antônio Carlos Magalhães, Fernando Henrique...

Chico Buarque - Tem de tentar romper de alguma forma o isolamento em que ele se encontra, não é?

Ana Miranda - Ele foi visitar o Lula também.

Chico Buarque - Foi visitar o Lula também. Tem de ter boas relações com o governo brasileiro, senão, meu bem...

José Arbex Jr. - Por outro lado, é impressionante a paralisia da esquerda brasileira. Pinochet preso lá e não houve nenhuma manifestação exigindo que o Fernando Henrique Cardoso peça a punição dele.

Chico Buarque - Esse tempo todo, quando ele foi preso, eu, lá em Paris, perguntava no telefone: "E aí, o que está dando aí no Brasil?" E o governo brasileiro parece que pelo menos não assinou um documento do Frei para o Brasil falando de imunidade etc.

Sérgio de Souza - E o que a gente pode esperar nos próximos dois anos ou no próximo ano, com esse governo reeleito? Que tipo de expectativas você tem em relação ao governo brasileiro, diante do quadro atual?

Chico Buarque - Realmente não sei. Não sei porque agora começa um novo governo não só porque houve uma reeleição, mas começa um novo governo porque não há mais a preocupação com a reeleição, que foi o que praticamente conduziu o governo nos últimos meses. Agora caiu na real, veio esse pacote de restrição. Os efeitos sociais e políticos desse pacote a gente vai sentir daqui a pouco. Não sei até que ponto vai permanecer esse alinhamento do PSDB com o PFL, não sei o que vai acontecer... não sei.

José Arbex Jr. - Como rolou a história do MST? Quem te procurou, o Sebastião Salgado?

Chico Buarque - Foi o Tião Salgado.

José Arbex Jr. - Aí vocês contrataram o Saramago, e rolou a coisa?

Chico Buarque - Foi tudo o Tião, o Salgado. Já me trouxe mais ou menos um esboço do que **seria** o livro (Terra), algumas fotos, não estava ainda todo montado, e me fez a proposta, e depois ele falou com o Saramago.

José Arbex Jr. - É impressionante que você pode quase fazer uma justaposição de discurso - se você pegar o que os generais falavam dos estudantes, dos que faziam manifestação durante a ditadura, "comunistas, subversivos, estão querendo bagunçar o país etc.", e pegar o que o Fernando Henrique fala dos sem-terra, dá uma justaposição perfeita. Aquilo que o FHC falou dos sem-terra é o que os generais falavam de quem fazia greve ou passeata nos anos 60/70, o mesmo discurso: "Os sem-terra são desordeiros, querem bagunçar o país..."

Sérgio de Souza - Plantam maconha...

Chico Buarque - Plantam maconha, acho que foi um general que falou, né?

Sérgio de Souza - Você não gosta de fazer crítica ao governo, né? Ou ao Fernando Henrique diretamente?

Chico Buarque - Não, ao Fernando Henrique diretamente não me interessa estar fazendo crítica...

Sérgio de Souza - Como governante, como presidente.

Chico Buarque - Porque acontece o seguinte: como tive uma relação mais ou menos próxima com o Fernando Henrique, tudo o que eu disser sempre pode ser conduzido para uma questão pessoal, e isso estou sempre procurando evitar. Porque essa coisa, aqui no Brasil é muito... não porque é no Brasil, acho que é porque tivemos durante muitos anos ditadura e generais que viviam naquele mundo fechado. Como havia pouco acesso, ninguém sabia o que pensava um general tal, general qual. Depois do Sarney, do Collor, do Itamar, finalmente aparece um cidadão conhecido da mídia, conhecido do mundo acadêmico, conhecido de artistas, de intelectuais, onde parece que há uma intimidade. Todo mundo conhece Fernando Henrique. Outro dia chegou um paulista pra

mim: "Ué, por que é que você se afastou do Fernando?" Perguntei: "Que Fernando?" Porque eu conheci Fernando Henrique e nunca chamei de Fernando. Meu pai, professor dele, nunca vi meu pai falar "Fernando". Agora, as pessoas já estão daqui a pouco "Fernandinho", "Fê", e fica uma promiscuidade aí, e um julgamento muitas vezes favorável também, em que entram em consideração as virtudes pessoais, a simpatia, o charme, não sei o que do Fernando Henrique - isso não interessa, não interessa se gosto, não gosto, se gostava, deixei de gostar, e sempre há uma certa tendência de colocar em termos pessoais uma divergência que eu possa ter com o governo, e não é. Não é! Uma pessoa que nunca mais vi, o Fernando Henrique. Vi a última vez um pouco antes da eleição, minha divergência com ele não é, de forma alguma, pessoal.

Regina Echeverria - Mas é pessoal dele quando fala mal da sua música. Bem pessoal quando fala do seu trabalho.

Chico Buarque - Sim, mas ele não tem resposta minha.

Sérgio de Souza - Eu estava perguntando para saber se você tem uma crítica ao governo, ao modelo.

Chico Buarque - Só estou falando isso porque há uma insistência, Fernando Henrique, Fernando Henrique, Fernando Henrique, Fernando Henrique...

Sérgio de Souza - Eu não estava ligando as pessoas, não uma coisa pessoal, acho isso uma coisa muito fechada para o leitor.

Chico Buarque - Você perguntou se eu não gostava de falar mal...

Sérgio de Souza - Se é uma decepção, se é uma coisa que você pode ter acreditado no começo que **seria** a solução para o país, e o encaminhamento todo te decepcionou, se você está esperando um Brasil pior ou melhor...

Chico Buarque - Nunca fui muito otimista em relação ao Fernando Henrique, desde as eleições de 94, falei isso na época, acontece que, quando ele foi eleito, aí desejei boa sorte, me perguntaram, eu falei: "Não, vamos dar um tempo, vamos ver o que vai ser isso." Mas já desde aquela primeira greve dos petroleiros falei: "Epa! Não é o que eu estava torcendo para que fosse, é mais o que eu estava temendo que acontecesse."

Sérgio de Souza - E agora você vê saídas para o Brasil? Estou imaginando um desastre nacional, breve, estou sentindo isso até dentro da própria editora, desse tamanico. O Brasil mesmo, como você está vendo?

Chico Buarque - Estou assustado com essa coisa toda, a gente vê nas notícias que a gente tem, que invocam gente próxima e tal... a TV Globo demitiu não sei quantos, a TV Globo! Altos funcionários. Para onde é que vai? E estou falando aqui perto de mim, do ambiente que tenho frequentado ultimamente, pessoal de gravadora, está todo mundo assustado, não é?

José Arbex Jr. - A gente estava querendo que você desse uma declaração explosiva.

Chico Buarque - Sabe o que é? Não vou explodir. O que me dá um certo fastio na questão da política é que parece que qualquer coisa que eu diga já me ouvi dizendo, não tenho nada de novo a dizer.

Sérgio de Souza - Então não tem nada que esteja te enchendo o saco na questão da política?

Chico Buarque - O que acho mais chato em entrevista é quando leio e me vejo repetindo, porque as perguntas às vezes são as mesmas, e em relação ao governo vou repetir o que falei na primeira campanha. Me perguntaram porque que eu votei no Lula, e respondi: "Voto no Lula porque prezo muito o Fernando Henrique Cardoso, prezo muito diversos quadros do PSDB e acho que no governo do Lula eles **teriam** lugar. O PT não vai governar sozinho, enquanto que, se voto no Fernando Henrique, **estaria** votando no governo do PFL." Falei em 94 e na época ele disse: "O Chico está equivocado." Disse que o meu voto era sentimental, mas acho que eu não estava equivocado, não.

Marco Frenette - Voltando à produção musical, tem algum disco que você considere mais feliz em termos de música?

Chico Buarque - Não, gosto desse. Normalmente, a gente gosta do que está fazendo, não é?

José Arbex Jr. - A Clarice Lispector declarou várias vezes a paixão dela por você.

Chico Buarque - Isso é com a Ana Miranda. (risos)

José Arbex Jr. - Por que com a Ana Miranda?

Chico Buarque - Ela sabe disso mais do que eu, ela sabe de coisas que não sei...

José Arbex Jr. - Isso ela declarou na imprensa, publicamente, nas crônicas etc. Vejo muito ponto de contato entre as tuas personagens principalmente femininas e o universo da Clarice. Você vê isso?

Chico Buarque - Pode ser, adoro a Clarice Lispector, não sei se os meus personagens femininos têm a ver com ela, isso eu nunca tinha pensado. Mas, naquela lista que não fiz de autores que me marcaram e marcam até hoje, a Clarice está. Há pouco tempo, inclusive, reli e notei algumas coisas, porque é o seguinte: tenho a impressão de ter lido a Clarice antes da hora, quando conheci a Clarice não entendia direito o que que era a Clarice, nem a literatura dela, e outro dia comecei a ler e li e anotei várias coisas do Água Viva. Notei coisas que esse livro que já estava manuseado, eu mesmo já tinha lido aquele exemplar com o autógrafo dela, reli e falei: "Mas que coisa! Nunca tinha percebido isso!" Que coisa maravilhosa, as observações dela sobre a escrita inclusive, coisas que anotei, tinha uma de pescar as palavras, não lembro exatamente como é que era. Aquilo anotei. E é isso, tive um contato com ela pessoal sem na verdade... se tivesse a dimensão da Clarice Lispector naquela época, **teria** mais pânico do que tive, porque ela era uma pessoa que me deixava um pouco assustado, gozado isso.

Ana Miranda - Você **contaria** publicamente aquela história que contou pra mim, Chico?

Chico Buarque - Eu conto! A minha versão é a versão real, a sua é que eu...

José Arbex Jr. - Que versão é essa?

Chico Buarque- Um dia, ela me convidou para jantar. Eu já tinha estado com ela algumas vezes, e ela me dizia algumas coisas meio desconcertantes, saía da sala e dizia: "Escreve aí um poema." Ia para a cozinha e voltava, e eu que não escrevo poema tinha de escrever, ficava um pouco assustado (os versos: Como Clarice pedisse/ Um versinho que eu não disse/ me dei mal/ Ficou lá dentro esperando/ Mas deixou seu olho olhando/ Com cara de Juízo Final). Aí ela me convidou para jantar e perguntei: "Clarice, posso levar uns amigos"? (para me cercar) "Pode, mas aqui na minha casa não tem bebida." Eu estava no Antonio's e falei com o Vinícius e com o Carlinhos de Oliveira: "Vamos na casa da Clarice?" "Vamos." "Só que lá não tem bebida, então vamos beber aqui." E a gente já foi bebido, chegamos e ficamos lá, os quatro, conversando, conversando, quando deu 1 hora da manhã, a gente: "Então, Clarice, boa noite." (ri) Não houve jantar, saímos de lá e voltamos pro Antonio's pra comer.

José Arbex Jr. - E qual é a versão da Ana Miranda?

Ana Miranda - Ficcionalizei essa história deles: que tinha uma mesa já posta, e ela esperando o homem que está esperando há anos, para jantar, os olhos, aquela coisa bem ficcional, aí ele chega trazendo uma outra pessoa, então eles sentam e ela fala umas loucuras, invento coisas que a Clarice **teria** dito, o tempo vai passando, as horas e a conversa, e fica alternando entre o discurso interior dela e as coisas que as pessoas estão falando, até que eles vão embora e no final ela diz assim: "Esqueci de dizer que o jantar era eu!" (risos) Mas fiquei com uma dor de consciência, fiquei noites e noites sem dormir por causa disso. (risos)

José Arbex Jr. - Por que abriu o segredo?

Ana Miranda - Fiquei pensando: será que o Chico está bem nessa história? Uma coisa de consciência.

Sérgio de Souza - Fiquei surpreso quando olhei a tua idade no jornal, eles põem lá, "fulano de tal, 54". Francamente falando, tomei um susto, não sei se todo mundo tomou. Você se vê com 54 anos, internamente, ou não?

Chico Buarque - Eu me vejo, mas tendo a achar que 54 anos não é nada. Não tenho sensação nenhuma de estar envelhecido. Estou com a minha idade. Uma geração que está com 54 anos hoje é uma adolescência, quase. (ri) Falar nisso, tenho uma foto lá em casa, onde tem uma porção de autores de música, no apartamento do Vinícius de Moraes, todos nós garotos e o Vinícius, um senhor. Aí fiz as contas, ele tinha 54 anos! (risos) Isso foi em 67.

Plínio Marcos - Com toda sinceridade, com que idade você vai encerrar a sua participação como jogador de futebol? Vai dar a volta olímpica, vai ter festa de despedida, como vai ser?

Chico Buarque - Rapaz, outro dia fui jogar aqui no Monte Líbano, e tinha um jogador de 78 anos, e se mexia, ficava na frente assim...

José Arbex Jr. - Quando você vai jogar nesses lugares aqui no Rio é assediado pelo pessoal?

Plínio Marcos - O beque marca ele. (risos)

José Arbex Jr. - Fora o beque, quando você anda na rua aqui no Rio, ou quando vai jogar, pessoal te pede autógrafo?

Chico Buarque - No Rio está combinado que ninguém pede autógrafo pra ninguém. Nas férias, aí começa esse negócio de autógrafo. Estranho quando estou dando autógrafo aqui no Rio, mas é o pessoal que vem de fora.

José Arbex Jr. - Você nunca fez uma música para o futebol?

Chico Buarque - Fiz, uma música chamada O futebol. Dedicada a Mané, Didi, Pagão, Pelé e Canhoto.

Sérgio de Souza - Você tem assistido muito a futebol?

Chico Buarque - Não, nem gosto tanto assim de futebol. Gosto de jogar.

Carlos Tranjan - Teu melhor fundamento qual é, o lançamento?

Chico Buarque - Posso dizer que sou um jogador completo! (risos) Passe, profundidade, passe em velocidade, drible em velocidade, chicote, se bobear, drible do elástico. (risos) E menos um pouquinho finalização, gosto mais de servir.

Regina Echeverria - Você gostou da experiência de escrever para jornal sobre os jogos, na Copa?

Chico Buarque - Gostei. Mas deu trabalho.

José Arbex Jr. - Como é parir um texto jornalístico, foi tranquilo pra você, ter horário pra fechar e mandar...

Chico Buarque - Na verdade, já fui meio calçado, levei um artigo pronto, que publiquei antes da primeira partida, e o resto usei alguma coisa que já tinha escrito, mas não foi como tinha pensado. Começou a soar falso, porque estava preparado e na hora não acontecia. (risos) As coisas cismavam de não acontecer como eu tinha previsto. (risos)

José Arbex Jr. - Você sentiu pânico em algum momento, tem de fechar, escrever o texto, tem de mandar...

Chico Buarque - Pânico, não. Me senti um pouquinho preso. Achei que **ia passar** um mês, quarenta dias, me divertindo, vendo futebol, jogando bola, comendo, mas na verdade ficava quatro dias mais ou menos da semana preso, e assistindo, também tinha isso, assistindo um pouquinho preocupado com o que eu **ia escrever** depois. Então existia uma tensão a mais, não é?

Plínio Marcos - Você não quer escrever uma coluna pra Caros Amigos?

Chico Buarque - Eu não **gostaria** mais de ter compromisso em periódicos. Foi só essa vez da Copa.

Plínio Marcos – **Seria** um recurso grande. Você **venderia** mais revista, e a gente **aumentaria** o nosso ordenado.

José Arbex Jr. - Você está precisando de prestígio, está pendurando a chuteira...

Chico Buarque - Obrigado, sinceramente.

Sérgio de Souza- Muitíssimo obrigado dizemos nós, foi ótimo.

Chico Buarque - Não teve a explosão...